

Pesquisa sobre a situação de crianças e adolescentes em Manaus diante da crise social provocada pela pandemia de COVID19.



*Relatório*

*Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus*

Manaus, outubro de 2022

## Escritório Nacional

**Alberto Guimarães**

Gestor Nacional

**Sérgio Marques**

Subgestor Nacional - Advocacy, Relações  
Institucionais e Cooperação

**Adriana Laino**

Gerente de Desenvolvimento Humano

**Michéle Mansor**

Gerente de Desenvolvimento Programático

**Valmir Augusto**

Gerente de Finanças e Controles

**Yara Lanfredi de Andrade**

Assessora Executiva de Planejamento  
Estratégico e Informação

**Christofer Muller**

Diretor de Mobilização de Recursos

**Marcel Seco**

Gerente de Comunicação e Marketing

## Equipe envolvida no diagnóstico

**Maria do Perpétuo Socorro Muniz Fonseca**

Coordenadora das Aldeias Infantis SOS  
Amazonas

**Edson Neris Bahia**

Coordenador Programático das Aldeias Infantis  
SOS Manaus

**Jessica Cavalcante dos Santos**

**Jozilene Carlos Saraiva**

Suporte Administrativo

### EQUIPE DO NÚCLEO SOS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS

**Itaiçara Correa Mar**

**Adriana Christina Souza Andrade**

**Elizaneide Machado Evangelista**

**Fabiola Almeida de Mello Silva**

**Francileide de Souza Figueiredo**

**Joelma Rodrigues Guerreiro**

**Kellyanne Baraúna Medeiros**

**Renéa da Silva Freitas**

### EQUIPE DE PESQUISA

**José Carlos Sturza de Moraes**

Supervisor (Instituto Bem Cuidar)

**Daiana Hermann**

Assessora de pesquisa

**Silvia Carla Macedo Cardoso Furtado**

Coordenadora de campo

**Francisco Cleones Cordeiro Antunes Filho**

**Larissa Vitória Teles**

**Marcelo Augusto Evangelista Frazão**

**Marcia dos Santos Nascimento**

**Samara Maria Carvalho de Lima**

**Taynara Picanço de Assis**

**Valeska Pereira Nery**

**Aldeias Infantis SOS Brasil**

**Escritório Nacional**

Rua Maracaju, 26 | Vila Mariana | São Paulo

CEP: 04013-020

Telefone: +55 11 5574-8199

**Aldeias Infantis SOS Brasil**

**Amazonas**

Rua Professora Cacilda Pedroso, 600

CEP: 69048-340 | Alvorada | Manaus

<https://www.aldeiasinfantis.org.br/>

**Redação final:** José Carlos Sturza de Moraes

## Sumário

Escritório Nacional .....	2
Equipe envolvida no diagnóstico .....	2
Lista de tabelas.....	5
Lista de gráficos.....	6
<b>Apresentação</b> .....	8
Delineamento geral do diagnóstico e do relatório .....	10
<b>PARTE 1</b> .....	13
<b>PESQUISA QUANTITATIVA EM ESCOLAS DE MANAUS</b> .....	13
- Escolas participantes.....	14
- Condições de moradia e cuidados parentais .....	16
- Trabalho .....	22
- Trabalho da família .....	24
- Benefícios sociais .....	25
- Impactos da Pandemia no emprego e na renda .....	25
- Espaços de socialização.....	28
- Impactos da pandemia na educação .....	28
- Impactos da pandemia na convivência familiar e saúde mental.....	31
- Equipamentos de proteção social.....	36
- Espaços seguros e inseguros na visão dos/as estudantes .....	37
- Estudantes com filhos/as .....	41
- Violências .....	42
<b>PARTE 2</b> .....	48
<b>MANAUS, UMA CIDADE COM MUITOS DESAFIOS</b> .....	48
- Uma abordagem qualitativa para compreender as condições de vida, no contexto pandêmico de Manaus.....	49
- Viver em Manaus durante a pandemia, alguns relatos .....	50
- Aldeias Infantis SOS e a solidariedade à comunidade venezuelana .....	60
- Sinalleiras, estratégia de sobrevivência ou infração penal? .....	67
- Algumas vozes adolescentes e jovens .....	72

Sobre Manaus e seus desafios .....	82
<b>O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS EM MANAUS, POR ALGUNS DE SEUS ATORES .....</b>	<b>86</b>
- Núcleo da Criança e Adolescente da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - NUDECA .....	87
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA .....	91
- Conselhos Tutelares de Manaus .....	95
- Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA.....	100
- Rede Acolher .....	106
- Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas - ADVAM.....	121
- Movimento Indígena em Manaus.....	125
Sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em Manaus e seus desafios .....	130
<b>PARTE 3 .....</b>	<b>137</b>
<b>RESUMO CONTEXTUAL E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>137</b>
- Resumo contextual .....	137
- Recomendações .....	142
Referências.....	145

## Lista de tabelas

<b>Tabela 1:</b> Escolas participantes da pesquisa	14
<b>Tabela 2:</b> Distribuição de estudantes entrevistados/as em termos de etapas e modalidades de ensino	14
<b>Tabela 3:</b> Informação sobre o sexo das pessoas participantes	15
<b>Tabela 4:</b> Informação sobre a orientação sexual das pessoas participantes	15
<b>Tabela 5:</b> Cor autodeclarada, de acordo com os parâmetros do IBGE	15
<b>Tabela 6:</b> Faixas etárias dos/as estudantes participantes	15
<b>Tabela 7:</b> Informação sobre religiosidade/crença dos/as estudantes participantes	16
<b>Tabela 8:</b> Informação sobre identificação religiosa dos/as estudantes participantes que responderam sim sobre ter alguma religiosidade e/ou crença (resposta múltipla)	16
<b>Tabela 9:</b> Informação sobre moradia em acolhimento ou abrigo	16
<b>Tabela 10:</b> Informação sobre com quem a/o adolescente ou jovem mora	17
<b>Tabela 11:</b> Informação sobre residência em palafitas, leito de igarapés ou rios	17
<b>Tabela 12:</b> Informação sobre quem cuida da/o adolescente/jovem	18
<b>Tabela 13:</b> Informação sobre se a/o adolescente/jovem cuida de alguém	18
<b>Tabela 14:</b> Informação sobre quem a/o adolescente/jovem cuida ou ajuda a cuidar	18
<b>Tabela 15:</b> Informação se o/a adolescente/jovem passou a morar com outra pessoa por ele/a responsável, durante a pandemia	22
<b>Tabela 16:</b> Sobre eventual trabalho de estudantes pesquisados/as, atualmente ou no passado [atividade pela qual ganha ou ganhou dinheiro e/ou alimentação]	22
<b>Tabela 17:</b> Sobre eventual trabalho de pessoas responsáveis pelos/as estudantes	24
<b>Tabela 18:</b> Sobre desemprego entre maiores de 16 anos de idade, residentes com a/o estudante	24
<b>Tabela 19:</b> Sobre se houve morte na moradia da/o estudante em decorrência da pandemia	25
<b>Tabela 20:</b> Sobre perda de emprego durante a pandemia no local de moradia da/o estudante	25
<b>Tabela 21:</b> Informação a respeito de renda, se diminuiu na pandemia	26
<b>Tabela 22:</b> Sobre outras participações sociais, além da escola	28
<b>Tabela 23:</b> Referente a acesso à <i>internet</i> no local de moradia	29
<b>Tabela 24:</b> Informação sobre se a/o estudante teve aulas <i>on-line</i> durante a pandemia.	29
<b>Tabela 25:</b> Forma de acesso à <i>internet</i> informada por estudantes que responderam sim sobre ter acesso à <i>internet</i> em casa	29
<b>Tabela 26:</b> Sobre se a/o estudante teve dificuldades em acompanhar aulas remotas	29
<b>Tabela 27:</b> Sobre vivências tidas por estudantes pesquisados/as referentes a saúde mental, desde o início de 2020	32
<b>Tabela 28:</b> A respeito de em quem os/as estudantes entrevistados/as mais confiam	39
<b>Tabela 29:</b> Comparativo entre os níveis de confiança na mãe, no pai, em amiga/o e os níveis de confiança de adolescentes e jovens que já sofreram algum tipo de vitimação	39
<b>Tabela 30:</b> A respeito de em quem os/as estudantes entrevistados/as menos confiam	41
<b>Tabela 31:</b> Comparativo entre os níveis de não confiança no vizinho, em amiga/o e no pai e níveis de não confiança de adolescentes e jovens que já sofreram algum tipo de vitimação	41
<b>Tabela 32:</b> Sobre se a/o estudante tem filho/s e/ou filha/s)	42
<b>Tabela 33:</b> Sobre se na turma da/o estudante existe alguma estudante com filha/o ou grávida.	42
<b>Tabela 34:</b> Sobre se a/o estudante já passou por situações constrangedoras, em que alguém tocou sem permissão seu corpo ou mostrou ou enviou fotos íntimas sem sua permissão	45

<b>Tabela 35:</b> A respeito de se alguém já tentou ou conseguiu realizar algum ato de conotação sexual sem o consentimento da/o estudante	46
<b>Tabela 36:</b> Sobre se a/o estudante recebeu ajuda quanto à situação de constrangimento sexual [apenas aqueles/as que informaram ter passado por esse tipo de violência]	46
<b>Tabela 37:</b> A respeito de se a/o estudante gostaria de receber ajuda [apenas aqueles/as que informaram ter passado por ato de conotação sexual sem seu consentimento]	47
<b>Tabela 38:</b> Evolução da população de Manaus e do Estado do Amazonas	48
<b>Tabela 39:</b> Informação sobre as capitais com população similar ou menor que Manaus e a existência das unidades básica (CRAS) e de média complexidade (CREAS) da política de Assistência Social	132
<b>Tabela 40:</b> Serviços de acolhimento institucional, modalidades abrigo e casa-lar, conforme público atendido, gestão, capacidade de atendimento (vagas) e total de crianças, adolescentes e jovens atendidos/as, em 2021	134

## Lista de gráficos

<b>Gráfico 1:</b> Proporção da distribuição entre meninos e meninas, adolescentes e jovens, que cuidam ou ajudam a cuidar de alguém onde residem	19
<b>Gráfico 2:</b> Proporção da distribuição, conforme a autodeclaração de cor, de adolescentes e jovens, que cuidam ou ajudam a cuidar de alguém onde residem	19
<b>Gráfico 3:</b> Proporção da distribuição, conforme faixas etárias, de adolescentes e jovens, que cuidam ou ajudam a cuidar de alguém onde residem	19
<b>Gráfico 4:</b> Proporção da distribuição, conforme a situação de quem trabalha ou de quem não trabalha, de adolescentes e jovens, que cuidam ou ajudam a cuidar de alguém onde residem	20
<b>Gráfico 5:</b> Proporção da distribuição, conforme envolvimento no cuidado ou no auxílio de cuidado de outra pessoa residente em seu local de moradia e relação com dificuldade em acompanhar aulas remotas ( <i>on-line</i> )	21
<b>Gráfico 6:</b> Distribuição percentual de estudantes que informaram trabalhar, por faixas etárias, a partir de quem informou trabalhar atualmente ou que já trabalhou no passado	23
<b>Gráfico 7:</b> Idades de início do trabalho de estudantes, adolescentes e jovens, por faixas etárias, a partir de quem informou trabalhar atualmente ou que já trabalhou no passado	23
<b>Gráfico 8:</b> Percentuais de estudantes que já trabalharam ou trabalham atualmente, conforme a cor autodeclarada, a partir de quem informou trabalhar atualmente ou que já trabalhou no passado.	24
<b>Gráfico 9:</b> Sobre o recebimento por algum integrante da família com a/o qual a/o adolescente reside de Aposentadoria, Auxílio Brasil ou Benefício de Prestação Continuada	25
<b>Gráfico 10:</b> Perda de emprego por membro da família, durante a pandemia, a partir da cor autodeclarada	26
<b>Gráfico 11:</b> Diminuição da renda da família durante a pandemia, a partir da cor autodeclarada	26
<b>Gráfico 12:</b> Motivos para a diminuição da renda da família, durante a pandemia, considerando a totalidade de respondentes	27
<b>Gráfico 13:</b> Falta de comida na residência, antes e durante a pandemia, considerando a totalidade de respondentes	27
<b>Gráfico 14:</b> Dificuldades para acompanhar as aulas remotas durante a pandemia, considerando a totalidade de respondentes	30
<b>Gráfico 15:</b> Dificuldades para acompanhar as aulas remotas durante a pandemia, por cor autodeclarada, considerando a totalidade de respondentes	30

<b>Gráfico 16:</b> Notas dadas ao próprio aprendizado, de 0 a 10, durante as aulas remotas durante a pandemia, considerando a totalidade de respondentes	30
<b>Gráfico 17:</b> Sobre se recebeu auxílio para alimentação e/ou higiene durante as aulas remotas durante a pandemia, considerando a totalidade de respondentes	31
<b>Gráfico 18:</b> Sobre como está a convivência entre as pessoas com quem mora, desde o começo da pandemia, considerando a totalidade de respondentes	31
<b>Gráfico 19:</b> Sobre como está a convivência entre as pessoas com quem mora, desde o começo da pandemia, por orientação sexual, considerando a totalidade de respondentes	32
<b>Gráfico 20:</b> Sobre como está a própria saúde emocional, por sexo, desde o começo da pandemia, considerando a totalidade de respondentes	33
<b>Gráfico 21:</b> Sobre como está a própria saúde emocional, por orientação sexual, desde o começo da pandemia, considerando a totalidade de respondentes	34
<b>Gráfico 22:</b> Sobre como a/o estudante se sente em relação ao futuro, considerando a totalidade de respondentes	35
<b>Gráfico 23:</b> Sobre como a/o estudante se sente em relação ao futuro, por sexo, considerando a totalidade de respondentes	35
<b>Gráfico 24:</b> Sobre como a/o estudante se sente em relação ao futuro, por orientação sexual, considerando a totalidade de respondentes	35
<b>Gráfico 25:</b> Sobre se a/o estudante já ouviu falar, já foi atendida/o ou se alguma pessoa de sua família já foi ou é atendida pelo Conselho Tutelar, considerando a totalidade de respondentes	36
<b>Gráfico 26:</b> Sobre se a/o estudante conhece ou já ouviu falar, já foi ou é atendida/o no CRAS ou pelo CREAS, considerando a totalidade de respondentes	36
<b>Gráfico 27:</b> Locais em que a/o estudante se sente <u>mais</u> protegida/o, segura/o, considerando a totalidade de respondentes	37
<b>Gráfico 28:</b> Locais em que a/o estudante se sente <u>mais</u> desprotegida/o, insegura/o, considerando a totalidade de respondentes	37
<b>Gráfico 29:</b> Pessoa em que a/o estudante <u>mais</u> confia, considerando a totalidade de respondentes	38
<b>Gráfico 30:</b> Pessoa em que a/o estudante <u>menos</u> confia, considerando a totalidade de respondentes	40
<b>Gráfico 31:</b> Informação sobre o que é violência para a/o estudante, a partir das categorias “agressão física” e “agressão psicológica”, considerando a totalidade de respondentes	42
<b>Gráfico 32:</b> Informação percentual sobre tipo e incidência de vitimização por violência de estudantes, considerando a totalidade de respondentes	43
<b>Gráfico 33:</b> Informação percentual sobre tipo e incidência de vitimização por violência de estudantes, por sexo, considerando a totalidade de respondentes	43
<b>Gráfico 34:</b> Informação percentual sobre tipo e incidência de vitimização por violência de estudantes, por orientação sexual, considerando a totalidade de respondentes	44
<b>Gráfico 35:</b> Informação sobre vitimização entre estudantes por <i>bullying</i> , considerando a totalidade de respondentes	44
<b>Gráfico 36:</b> Informação sobre vitimização entre estudantes por <i>bullying</i> , por orientação sexual, considerando a totalidade de respondentes	45
<b>Gráfico 37:</b> Informação sobre vitimização por assédio sexual, por sexo, considerando a totalidade de respondentes	45
<b>Gráfico 38:</b> Informação sobre vitimização por assédio sexual, por orientação sexual, considerando a totalidade de respondentes	46
<b>Gráfico 39:</b> Informação sobre conhecimento e utilização por estudantes dos serviços tipo disque-denúncia, considerando a totalidade de respondentes	47

## Apresentação

Com 352 anos de história, Manaus é a capital do estado do Amazonas e o município mais populoso da região norte do Brasil, de acordo com o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010. Conforme a estimativa populacional atual, a cidade conta com 2.255.903 habitantes, correspondendo a 52,8% da população do estado (IBGE, 2022), que possui 62 municípios.

Aldeias Infantis SOS faz parte da história dessa cidade há quase 30 anos, com diversas iniciativas em prol do cuidado de qualidade, em condições de dignidade, de crianças, adolescentes e jovens, apoiando e promovendo suas famílias.

Em 2020, devido à emergência da crise humanitária gerada pela pandemia de COVID-19, nossa organização reforçou as ações de apoio às famílias, mobilizando diversos parceiros em nível local, nacional e internacional para aplacar a fome e a insegurança sanitária de famílias em situação de maior vulnerabilidade social. Criamos, em 2021, o Núcleo SOS de Apoio às Famílias (NAF SOS), iniciativa que visou reduzir os impactos do período pandêmico sobre as famílias atendidas, favorecendo o direito à convivência familiar e comunitária em condições de dignidade.

No NAF SOS em Manaus, foram atendidas 224 famílias até julho de 2022, das quais 45 com acompanhamento muito próximo e frequente, devido ao risco de ruptura de vínculos por conta da perda do cuidado parental de mães e pais em relação aos seus filhos e suas filhas. Em relação a 43 famílias, percebeu-se que o trabalho foi importante, em alguns casos fundamental, para que se evitasse a perda da guarda de crianças e adolescentes por parte de seus pais, mães ou outras pessoas responsáveis por eles e elas. Essa ação demandou, em plena pandemia, mais de 170 visitas domiciliares, 50 rodas de conversas e inúmeros contatos frequentes, por telefone, aplicativos e outros meios (dos quais quase mil foram registrados).

Com os cuidados sanitários necessários, de proteção individual de colaboradores/as e participantes, famílias brasileiras e venezuelanas em diversas condições de vulnerabilidade social (vivendo em moradia precária e/ou em situação de grave insegurança alimentar, de mendicância, com seus filhos e suas filhas pedindo em sinaleiras) foram atendidas de forma presencial e ininterrupta pelo NAF SOS. As ações estavam voltadas exatamente para as vulnerabilidades encontradas, dando apoio alimentar e atendendo a outras urgências, incluindo acompanhamento em saúde, desde consultas e exames até casos de hospitalização.

O trabalho do NAF SOS também apoiou ações que favoreceram o acesso de estudantes das famílias atendidas ao ensino *on-line* e presencial e se estendeu por todas as regiões de Manaus, com maior intensidade nas Zonas Norte (56,6%) e Centro-Sul (33,5%), indo ao encontro das famílias em suas residências e nas ruas, contando com apenas duas bases físicas: a sede das Aldeias, na Zona Centro-Oeste, e o Clube de Mães Dr. Mário Cunha, na Zona Norte, no bairro Cidade de Deus.

Além dessas ações, Aldeias Infantis SOS entendeu que deveria aprofundar o conhecimento acerca das realidades de vida de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade e de suas famílias, para buscar melhorar suas ações atuais e futuras de cuidado baseado em evidências. Para tanto, como parte das ações previstas no projeto do NAF SOS, promoveu uma pesquisa sobre a situação de crianças e adolescentes em Manaus diante da crise social provocada pela pandemia de COVID19, produzindo o presente relatório diagnóstico que traz aspectos mais amplos acerca do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em Manaus. Este esforço visa também contribuir para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Manaus e do Amazonas.

O diagnóstico foi realizado a partir da aplicação de questionários, entrevistas e grupos focais. Depois de mais de dez meses de planejamento, trabalho de campo e análise, enfrentando a pandemia de COVID-19, o surto de Influenza H3N2, chuvas torrenciais e cheias dos rios que causaram enormes dificuldades à equipe, entregamos à sociedade e aos poderes públicos os resultados alcançados.

O fundador das Aldeias Infantis SOS, Hermann Gmeiner, deixou para a organização e todas as pessoas humanistas uma convocação: “Não saia do caminho, não esqueça objetivos, não perca corações”. E assim se busca proceder, para que toda e qualquer criança possa viver e crescer em uma família e que essa família, com o apoio da sociedade, possa lhe proporcionar cuidado de qualidade para que ela se torne a melhor versão de si mesma, com uma infância e uma adolescência felizes.

**Aldeias Infantis SOS - Manaus, outubro de 2022**

## Delineamento geral do diagnóstico e do relatório

Com a supervisão do Instituto Bem Cuidar, instituição das Aldeias Infantis SOS para ações de assessoria, consultoria e pesquisa, o diagnóstico foi realizado de forma qualitativa e quantitativa, visando ao levantamento de informações sobre as situações de vida de crianças, adolescentes e jovens em Manaus, com destaque para o período da crise humanitária e de saúde provocada pela pandemia de COVID-19.

Em termos quantitativos, o público-alvo é constituído por adolescentes e jovens entre 12 e 29 anos de idade, de ambos os sexos, estudantes nas redes públicas de ensino municipal e estadual de Manaus, nos níveis fundamental, médio e na modalidade educação de jovens e adultos (EJA), de todas as regiões da cidade. Em termos qualitativos, foram escutados adolescentes e jovens em atendimento em uma organização social e internos em um Centro de Atendimento Socioeducativo, e pessoas com diferentes responsabilidades no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Na Parte 1 deste relatório, apresentam-se os dados quantitativos, alcançados graças ao apoio da SEDUC (Secretaria de Estado de Educação e Desporto), das direções de escolas e fundamentalmente das pessoas entrevistadas, estudantes adolescentes e jovens, que nos trazem um pouco mais de conhecimento sobre como está sendo para a adolescência e a juventude viver em Manaus nesta contemporaneidade. A opção por entrevistar estudantes em geral e não apenas aqueles e aquelas atendidos/as em programas sociais destinados a famílias em situação de maior vulnerabilidade, visou oferecer um olhar ampliado das condições de vida da população infanto-juvenil da capital amazonense.

Na Parte 2, são apresentadas algumas das informações conseguidas em campo, fruto da valorosa disposição de profissionais do SGDCA<sup>1</sup>, de pessoas atuantes em organizações governamentais e não governamentais, conselheiros/as tutelares e dos direitos da criança e do adolescente, inclusive com incumbências enquanto autoridades públicas corresponsáveis pela

---

<sup>1</sup> “Art. 1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal. § 1º Esse Sistema articular-se-á com todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamentária, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade. § 2º Igualmente, articular-se-á, na forma das normas nacionais e internacionais, com os sistemas congêneres de promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos, de nível interamericano e internacional, buscando assistência técnico-financeira e respaldo político, junto às agências e organismos que desenvolvem seus programas no país. Art. 2º Compete ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações.” (CONANDA, Resolução 113, 2006).

efetivação da proteção integral na cidade de Manaus e/ou no Estado do Amazonas. Também estão sendo socializadas opiniões, traços das histórias de vida de pessoas (adolescentes, jovens, mães e pais) que viveram em Manaus durante a pandemia.

São relatos de dores, angústias, esperanças e sonhos, contribuições que, socializadas da forma autoral com que chegaram à pesquisa, verbalizam condições de vida e trajetórias de tantas outras pessoas não ouvidas. Em todos os casos, atendido o compromisso de cuidado com a ética e o sigilo, expresso nos Termos de Consentimento Livres e Esclarecidos (TCLE) e nos Termos de Assentimento Livres e Esclarecidos (TALE), socializa-se um documento útil para pensar e repensar procedimentos de cuidado e políticas públicas.

As diversas contribuições aqui socializadas convocam à sensibilidade aguçada, em favor de intervenções mais humanizadas, focadas no respeito às trajetórias das pessoas e que considerem os resultados coletivos do modelo excludente que temos no Brasil em termos de distribuição dos frutos do trabalho. Pelo menos é o que se espera, visto que cada pessoa lê e enxerga a partir de suas próprias lentes analíticas.

Nesse sentido, é importante destacar que não se encontrou nesta pesquisa famílias desestruturadas, mas pessoas sobrevivendo com o que a vida lhes legou, tentando (e conseguindo, conforme suas forças) refazer-se das consequências ainda opressoras das muitas adversidades sociais em que vivem e daquilo que creem ser sua responsabilidade em suas próprias trajetórias. Do mesmo modo, não se encontrou profissionais desempenhando funções de polícia de famílias, mas majoritariamente pessoas que questionam o trabalho que realizam e questionam a si mesmas, não buscando a falhas-faltas do outro, do outro serviço-autoridade, mas as próprias e as do sistema, especialmente do SGDCA.

Ainda quanto a esse aspecto, a expressão “família desestruturada” é uma construção social, uma expressão popular. Pouco técnica, quase nada informa de fato a respeito de uma determinada família, mas tem servido para um certo enquadramento social de inadequação, de menos-valia no *status* social. Trata-se de uma espécie de resumo diagnóstico que deveria conferir uma informação acerca do contexto familiar, mas não o faz. Para Fonseca,

“desestruturada” é uma palavra usada para descrever a família dos outros. Não simplesmente outros [...] ainda por cima, pobres. É como se, numa espécie de lógica *post ipso facto*, uma pessoa bem-sucedida, por definição, não poderia vir de uma família desestruturada. Passando por esse tipo de filtro classista, conseguimos usar, para ricos e pobres, termos diferentes, carregados de avaliações opostas, para descrever comportamentos muito semelhantes:

Ricos “escolhem” sua família.	Pobres “submetem-se” à biologia.
Maternidade assistida.	Controle da natalidade.
Produção independente.	Mãe solteira.
Família recomposta (divórcio e recasamento).	Família desestruturada.

É para evitar esse tipo de dualismo, para rechaçar uma perspectiva moralista que pressupõe muito mais do que deveria, que a antropologia insiste no elemento (auto-) REFLEXIVO do olhar analítico. (FONSECA, 2005).

Assim se deseja que as lentes analíticas a serem utilizadas para a leitura desta produção coletiva sejam menos criminalizadoras, menos pré-julgantes, e mais empáticas e solidárias. Pois o direito à convivência familiar e comunitária, na forma expressa no Artigo 227 da Constituição Federal, traz um desafio de novo tipo para a sociedade, o de reconhecer que tão importante quanto os demais direitos humanos é o direito inalienável de origem, de um berço-colo primeiro, o direito à convivência familiar e comunitária.

É importante destacar que, para análise das informações coletadas, se buscaram outras fontes de dados secundárias, como informações em bancos de dados oficiais, planos e outros documentos públicos, para favorecer uma avaliação diagnóstica mais aprofundada em relação a alguns temas aqui tratados, sem buscar esgotá-los.

Finalmente, a Parte 3 traz algumas sugestões-recomendações, ainda preliminares, que emergem da pesquisa, desejando que a leitura apoie a sociedade e as autoridades de Manaus na construção de outras tantas sugestões, recomendações e fundamentalmente estratégias e ações concretas em prol do direito à convivência familiar e comunitária com dignidade. Esse direito emergiu com força nos relatos, tanto como impossibilidade e violação de direitos quanto como compromisso, preocupação e esforço em prol de sua efetivação. O compromisso foi assumido por mães, pais, adolescentes, jovens, profissionais e autoridades corresponsáveis por políticas públicas de cuidado.

## PARTE 1

### PESQUISA QUANTITATIVA EM ESCOLAS DE MANAUS

Todos os dados quantitativos primários foram obtidos a partir de *survey* junto a adolescentes e jovens entre 12 e 29 anos de idade, de ambos os sexos, estudantes nas redes municipal e estadual, nos níveis fundamental (anos finais), médio e modalidade educação de jovens e adultos (EJA), estudantes de todas as regiões da cidade.

Segundo o Censo da Educação Básica 2021 (INEP, 2022), Manaus possui 1.095 escolas de ensino fundamental, médio e EJA, sendo predominante o nível fundamental, com 757 escolas, incluídas as redes municipal, estadual, federal e privada. Em termos de matrículas, excetuada a educação infantil, na educação básica estão 476.200 estudantes, 70% dos/as quais apenas no ensino fundamental, majoritariamente atendidos/as pela rede municipal (56,5%). Do total de estudantes matriculados/as em anos finais do Ensino Fundamental nas redes municipal e estadual, 127.891 (52,3%) estão na rede estadual e 47,7% na rede municipal. Quanto ao Ensino Médio, 100% estão na rede estadual (99.687) e, na modalidade EJA, 64,8% dos/as 38.666 estudantes matriculados/as também integram a rede estadual, enquanto a rede municipal atende a 35,2%.

A amostra foi construída idealmente para 400 entrevistados/as, distribuídos/as nas escolas de forma proporcional entre o número de estudantes de cada rede, divididos em 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, a partir de decisão de se entrevistar apenas adolescentes e jovens. A amostra não inclui crianças porque para crianças seria preciso utilizar questionário e metodologias diferenciadas, sendo que o custo e prazo da pesquisa não permitiram.

A partir de contatos com a Secretaria Estadual e Municipal de Educação, assim como diretamente com direções de escolas, conseguiu-se autorização para a pesquisa, apresentando Carta de Intenções e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Também em função do prazo e de recursos não se fez a busca de aprovação em um Comitê de Ética em Pesquisa ou registro na Plataforma Brasil, embora tenha se observado os procedimentos usuais de cuidado na pesquisa com seres humanos, sendo a construção dos compromissos éticos também alicerçados pelas normativas da Convenção Sobre os Direitos da Criança, do Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Política de Proteção Infantil e Salvaguarda das Aldeias Infantis SOS.

Tendo em vista o período pandêmico de COVID-19, o surto de Influenza H3N2, as chuvas torrenciais e a cheias dos rios, houve diversas dificuldades para chegar às escolas, obter a aceitação de cada direção e a autorização de pais, mães ou outra pessoa responsável, no caso de adolescentes. Não foi registrada nenhuma dificuldade de adesão por adolescentes e jovens estudantes.

Decorrente das situações relatadas, a aplicação do questionário, que deveria ter ocorrido ainda no final de 2021, aconteceu entre 29 de março e 12 de maio de 2022 e superou os 400 questionários. Foi aplicado um total de 411 (quatrocentos e onze) questionários, com o descarte de um (0,2%), restando 410 (quatrocentos e dez) válidos (99,8%). Prevê-se erro amostral de 4,8% para mais ou para menos para resultados gerais e nível de confiança de 95%.

## - Escolas participantes

A amostra foi coletada em 20 educandários, 15 (quinze) dos quais estaduais (75%) e 5 (cinco) municipais (25%), não tendo havido adesão, embora buscada, de escolas privadas.

**Tabela 1:** Escolas participantes da pesquisa

C.E.T.I. João dos Santos Braga
Colégio Brasileiro Pedro Silvestre (Estadual)
CPMP III - E.E. Prof. Waldocke Fricke de Lyra
E.E. Antônio da Encarnação Filho
E.E. Arthur Araújo
E.E. Cívico Militar Prof. Reinaldo Thompson
E.E. Farias Brito
E.E. Getúlio Vargas
E.E. Homero de Miranda Leão
E.E. Pedro Gislandy
E.E. Prof. Antônio Maurity Monteiro Coelho
E.E. Profa. Hilda de Azevedo Tribuzy
E.E. Professor Ruy Alencar
E.E. Vicente Schettini
E.E. Zulmira Bittencourt
E.M. Biólogo Adolpho Duce
E.M. Carolina Perolina Raimunda Almeida
E.M. Desembargador Oyama Ituassu
E.M. Gilberto Rodrigues dos Santos
E.M. José Sobreira do Nascimento

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

## - O perfil dos/as adolescentes e jovens estudantes

A amostra é composta por 79% de estudantes do Ensino Fundamental, 15% do Ensino Médio e 6% da Educação para Jovens e Adultos (EJA).

**Tabela 2:** Distribuição de estudantes entrevistados/as em termos de etapas e modalidades de ensino

	Frequência	Percentual
Fundamental	325	79,3
Médio	61	14,9
EJA	24	5,9
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Dos/as estudantes, 50% são do sexo feminino e 48% do sexo masculino. Quanto à orientação sexual, cerca de 18% se disseram LGBTQIA+ (bissexuais, homossexuais, pansexuais, assexuais e lésbicas) ou “em questionamento”.

**Tabela 3:** Informação sobre o sexo das pessoas participantes

	Frequência	Percentual
Feminino	205	50,0
Masculino	196	47,8
Não binário	2	0,5
Se sente menino e menina	1	0,2
Não deseja responder	6	1,5
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

**Tabela 4:** Informação sobre a orientação sexual das pessoas participantes

	Frequência	Percentual
Heterossexual	319	77,8
Bissexual	42	10,2
Homossexual	20	4,9
Pansexual	6	1,5
Assexual	3	0,7
Lésbica	3	0,7
Em questionamento	1	0,2
Não deseja responder	10	2,4
Não sabe	5	1,2
Nenhum	1	0,2
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

55% se autodeclararam de cor parda. Autodeclarados/as de cor preta e parda somam 68% da amostra. 30% são de cor branca.

**Tabela 5:** Cor autodeclarada, de acordo com os parâmetros do IBGE

	Frequência	Percentual
Parda	226	55,1
Branca	122	29,8
Preta	51	12,4
Amarela	8	2,0
Indígena	1	0,2
Não sabe	2	0,5
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Têm entre 12 e 14 anos de idade 63% dos/as estudantes. Já 33% têm entre 15 e 18 anos. Outros/as 4% respondentes têm entre 19 e 29 anos.

**Tabela 6:** Faixas etárias dos/as estudantes participantes

	Frequência	Percentual
Entre 12 e 14 anos	258	62,9
Entre 15 e 18 anos	135	32,9
Mais de 18 anos	17	4,1
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Quase 60% das pessoas adolescentes e jovens entrevistadas afirmam que seguem ou se identificam com alguma religião. Destas, 33% citaram a religião católica e 30% citaram religiões evangélicas pentecostais.

**Tabela 7:** Informação sobre religiosidade/crença dos/as estudantes participantes

	Frequência	Percentual
Sim	241	58,8
Não	161	39,3
Não sabe	6	1,5
Não deseja responder	2	0,5
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

**Tabela 8:** Identificação religiosa dos/as estudantes participantes que responderam sim sobre ter alguma religiosidade e/ou crença (resposta múltipla).

	Frequência	Percentual
Católica	81	33,6
Evangélica pentecostal	74	30,7
Evangélica não pentecostal	56	23,2
Cristã	15	6,2
Umbanda, Candomblé e outras religiões de matriz africana	4	1,7
Adventista	3	1,2
Espírita kardecista	3	1,2
Testemunhas de Jeová	3	1,2
Wicca	2	0,8
Acredita, mas não segue nenhuma	1	0,4
Bruxa	1	0,4
Elohismo	1	0,4
Igreja do Norte	1	0,4
Mórmon	1	0,4
Projeto Semear	1	0,4

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

## - Condições de moradia e cuidados parentais

Dentre as 410 pessoas adolescentes e jovens que participaram do diagnóstico, cinco (1,2%) declararam morar em entidade de acolhimento ou abrigo. Destas, duas têm entre 12 e 14 anos e três têm entre 15 e 18 anos. Quatro destas informaram residir em entidade de acolhimento ou abrigo com a família, dado que indica o alcance da institucionalização de pessoas e famílias em Manaus, sendo um elemento importante para a afirmação do direito à convivência familiar e comunitária em condições de dignidade.

**Tabela 9:** Informação sobre moradia em acolhimento ou abrigo

	Frequência	Percentual
Não	405	98,8
Sim	5	1,2
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

A média de habitantes na residência de jovens e adolescentes é de 4,9 pessoas. A média de cômodos da residência é de 5 cômodos/peças.

Quanto às pessoas que vivem com adolescentes/jovens, 77% citaram a mãe e 62% citaram irmão/s e/ou irmã/s. Apenas 52% residem com o pai. E, em 9% dos casos, adolescentes/jovens vivem apenas com a mãe ou com a mãe e irmão/s e irmã/s.

**Tabela 10:** Informação sobre com quem o/a adolescente ou jovem mora

	Frequência	Percentual
Mãe	312	77,0
Irmão/s e irmã/s	252	62,2
Pai	212	52,3
Avó / avô	85	21,0
Tio / tia	77	19,0
Primos / primas	54	13,3
Padrasto / companheiro da mãe	50	12,3
Sobrinha/o	20	4,9
Cunhada/o	15	3,7
Madraستا / companheira do pai	11	2,7
Filha/o	5	1,2
Cônjuge	3	0,7
Namorado / cônjuge	3	0,7
Cunhada/o	3	0,7
Sogra/o	2	0,5
Madraستا (companheira da mãe)	2	0,5
Sogra	1	0,2
Mãe da madraستا	1	0,2
Bisavó	1	0,2
<b>Total</b>	<b>405</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Das pessoas adolescentes e jovens pesquisadas, 17% residem em palafitas - leito de igarapés ou rios. Esse percentual representa 71 jovens e adolescentes. Destes, 25 informaram que a residência sofre com alagamentos (6% dos entrevistados).

**Tabela 11:** Informação sobre residência em palafitas, leito de igarapés ou rios

	Frequência	Percentual
Não	334	81,5
Sim	71	17,3
Mora em entidade de acolhimento	5	1,2
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Quase metade das pessoas adolescentes e jovens disseram que são cuidadas pela mãe. Já 21% disseram que são cuidadas pela mãe e pelo pai. Outras 7% disseram que são cuidadas apenas pelo pai.

**Tabela 12:** Informação sobre quem cuida da/o adolescente/jovem

	Frequência	Percentual
Mãe	200	48,8
Pais / pai e mãe	87	21,2
Pai	29	7,1
Avó	26	6,3
Tios / tio / tia	19	4,6
Cuida de si mesma/o	18	4,4
Outros	31	7,6
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Cerca de 40% das pessoas entrevistadas afirmam que cuidam ou que ajudam a cuidar de outra pessoa. Mesmo entre adolescentes de 12 a 14 anos, é elevada a proporção de quem afirma cuidar ou que ajuda a cuidar de alguém: 36%.

O perfil das pessoas adolescentes e jovens que cuidam é majoritariamente feminino e negro: é mais expressiva a proporção de meninas que cuidam de outra pessoa (44%) do que de meninos (35%). Também é mais expressiva a proporção de jovens e adolescentes pretos/as e pardos/as que afirmam cuidar ou ajudar a cuidar de alguém (42%), em comparação com autodeclarados/as de cor branca (31%).

**Tabela 13:** Informação sobre se a/o adolescente/jovem cuida de alguém

	Frequência	Percentual
Sim	160	39,0
Não	250	61,0
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Entre aquelas que cuidam, a maioria cuida de irmão/s e/ou irmã/s: 99 adolescentes/jovens, cerca de 1/4 das pessoas entrevistadas.

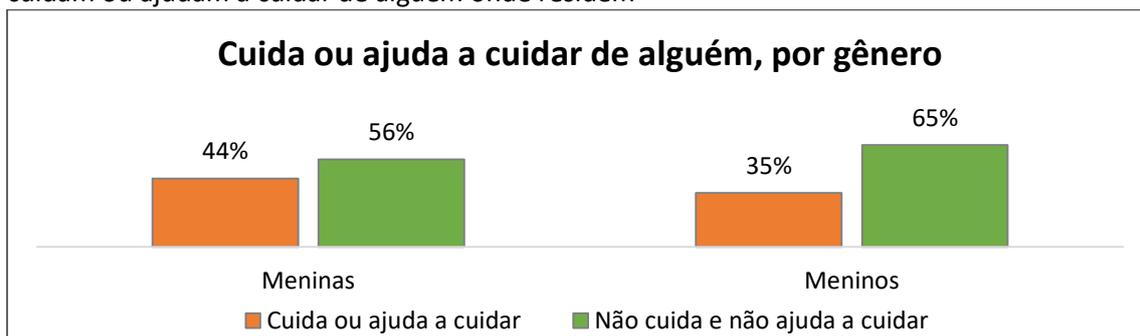
**Tabela 14:** Informação sobre quem a/o adolescente/jovem cuida ou ajuda a cuidar

	Frequência	Percentual
Irmã / irmão / irmãos/as	99	24,1
Sobrinhos	23	5,6
Primo / prima / primos/as	11	2,7
Filha/o	9	2,2
Avós / avó / avô	7	1,7
Mãe	4	1,0
Outros	7	1,7
Não se aplica - não cuida de outra pessoa	250	61,0
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Exercer o papel de cuidador/a, mesmo quando adolescente ou jovem, é demarcado pelo gênero: são as meninas que cuidam em maior proporção em comparação aos meninos, embora estes também apareçam com percentual significativo como cuidadores. Dentre as meninas, 44% disseram que cuidam ou que ajudam a cuidar de alguém; dentre os meninos, 35% cuidam ou ajudam a cuidar de outra pessoa.

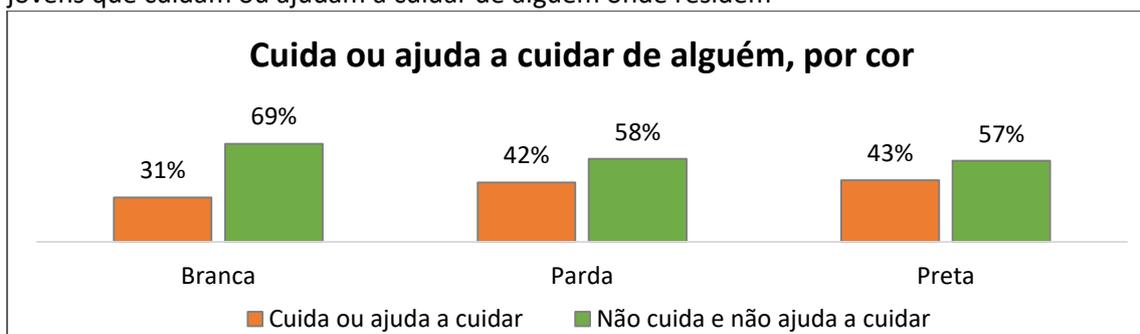
**Gráfico 1:** Proporção da distribuição entre meninas e meninos, adolescentes e jovens, que cuidam ou ajudam a cuidar de alguém onde residem



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Pessoas adolescentes e jovens autodeclaradas brancas são demandadas a cuidar ou a ajudar a cuidar em menor proporção, se comparadas a pessoas adolescentes e jovens autodeclaradas de cor parda ou preta.

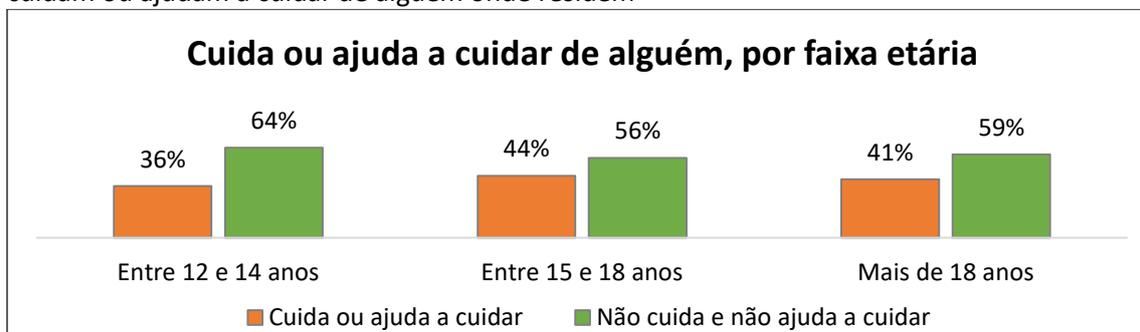
**Gráfico 2:** Proporção da distribuição, conforme a autodeclaração de cor, de adolescentes e jovens que cuidam ou ajudam a cuidar de alguém onde residem



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Entre adolescentes de 12 a 14 anos, 36% relataram que cuidam ou ajudam a cuidar de alguém. Entre adolescentes e jovens com 15 anos ou mais, a proporção é maior: mais de 40%.

**Gráfico 3:** Proporção da distribuição, conforme faixas etárias, de adolescentes e jovens que cuidam ou ajudam a cuidar de alguém onde residem



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Entre as pessoas adolescentes e jovens que trabalham, é maior a proporção das que também cuidam ou ajudam a cuidar de alguém: 46% são cuidadoras, ao passo que entre aquelas que não trabalham 38% são cuidadoras.

**Gráfico 4:** Proporção da distribuição, conforme a situação de que trabalha ou de que não trabalha, de adolescentes e jovens que cuidam ou ajudam a cuidar de alguém onde residem



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Entre adolescentes e jovens que declararam ser cuidadores/as, 68% disseram ter enfrentado dificuldades para acompanhar as aulas remotas durante a pandemia. Já entre aqueles/as que declaram não ser cuidadores/as, esse percentual foi um pouco menor: 61%.

Essa situação faz emergir aspectos estruturais da sociedade sobre as juventudes, especialmente pobre, negra e do sexo feminino, confirmando que as desigualdades de renda, cor da pele e gênero têm impactos objetivos sobre a vida das pessoas, como a dupla ou tripla jornada de trabalho precoce. Claro que as dificuldades para acompanhar estudos tendem a acarretar rendimento e aprovações/reprovações escolares também diferenciadas.

Embora o cuidado entre irmãos/as e de outras pessoas por adolescentes e jovens possa ter componentes positivos de unidade familiar, solidariedade e corresponsabilidade, a prática continuada (não eventual), especialmente quando desempenhada por adolescentes, pode acarretar riscos importantes para quem cuida e para quem é cuidado, assim como pode gerar sofrimentos emocionais importantes. Isso denota uma fragilidade da família e eventualmente de equipamentos/serviços que lhe deem apoio mais do que uma oportunidade de aprendizado para a vida<sup>2</sup>.

Ademais, a não universalização das escolas de tempo integral em Manaus e o fato do município não contar com atendimento minimamente suficiente para crianças e adolescentes na primeira infância em creche (0 a 3 anos), assim como ainda não ter universalizado o acesso de todas as crianças em idade adequada à pré-escola (a partir dos 4 anos) denotam uma situação estrutural que não tem na família a única ou maior responsável por adolescentes e jovens cuidarem de irmãos, irmãs, primos e primas, por exemplo.

A oferta de creches no município é baixa, atende menos de 12% das crianças até 3 anos. É importante lembrar que os estímulos, a socialização e a atenção que as crianças podem receber ali são um impulso ao desenvolvimento pleno dos indivíduos. A meta proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE) é de 50% de atendimento até 2024. E o Índice de Necessidade de Creches (INC),

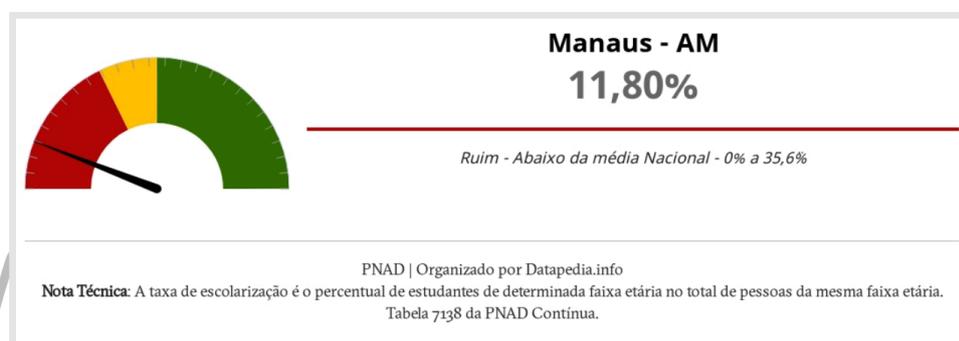
<sup>2</sup> Sugestão de leitura: file:///C:/Users/GS/Downloads/6538-Texto%20do%20Artigo-69226-1-10-20210126%20(1).pdf.

metodologia que permite estimar a quantidade de vagas necessárias com base na priorização dos grupos que mais precisam delas, aponta uma demanda ainda maior, de 56,9%. A taxa de matrículas na pré-escola também está aquém do razoável, já que a meta para esta etapa da educação é a universalização. Hoje, o município atende 89,2% das crianças entre 4 e 5 anos. Não é à toa que esta é a primeira etapa obrigatória da educação básica – já foi comprovado que ela é crucial para todas as crianças por oferecer os estímulos essenciais para o desenvolvimento. (Primeira Infância no Município, Manaus - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020).

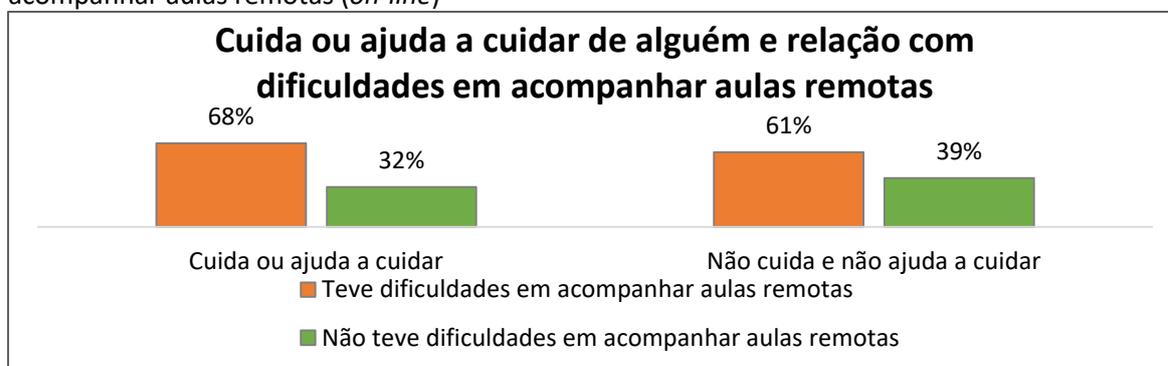
De acordo com o Índice de Necessidade por Creche (INC), que é composto de 3 indicadores: proporção de crianças de zona urbana em famílias pobres, proporção de crianças de zona urbana não pobres em famílias monoparentais e parcela da proporção de crianças de zona urbana não pobres em famílias não monoparentais, cuja mãe é economicamente ativa ou seria economicamente ativa se houvesse vaga em creche, Manaus descuida da maior parte de suas crianças entre 0 e 3 anos de idade, atendendo apenas 11,8% em creche. E, segundo o INC, 57% das crianças entre 0 e 3 anos em Manaus se enquadram nos critérios de necessidade. Mas, das cerca de 162 mil crianças nesta faixa etária, menos de 4% são atendidas em estabelecimentos de educação infantil públicos municipais (FMCSV, 2020).

#### Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos (2016-2019)

Dado apenas para as capitais. A diferença deste indicador para o de atendimento em creche é que neste caso contamos o percentual de estudantes de 0 a 3 anos em relação ao total de crianças da mesma faixa etária, baseado na PNAD Contínua. O indicador anterior foi construído com base no número de matrículas em creche, divulgado pelo Inep, dividido pela estimativa da população de 0 a 3 anos no ano de referência no território.



**Gráfico 5:** Proporção da distribuição, conforme envolvimento no cuidado ou no auxílio de cuidado de outra pessoa residente em seu local de moradia e relação com dificuldade em acompanhar aulas remotas (*on-line*)



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Durante a pandemia, 12% das pessoas estudantes, adolescentes e jovens, passaram a residir com outras pessoas. Destas que passaram a residir com outras pessoas, a parcela mais expressiva (14 casos) foi motivada pelo fato de a pessoa cuidadora ou de algum familiar ter sido infectada/o por COVID-19. Em dois casos, a motivação foi a morte da pessoa cuidadora por COVID-19. Percentual próximo do verificado pelo Relatório Nacional Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (2ª edição, maio de 2021) que apontou 13% de jovens que não moravam com as mesmas pessoas (*Atlas das Juventudes*, 2021).

Em seis casos, adolescentes/jovens mudaram de residência devido a conflitos e brigas familiares. Houve registro de um caso em que uma adolescente foi expulsa de casa pelo pai. Esta estudante se autodeclarou lésbica na pergunta sobre orientação sexual.

**Tabela 15:** Informação se o/a adolescente/jovem passou a morar com outra pessoa por ele/a responsável durante a pandemia.

	Frequência	Percentual
Sim	49	12,0
Não	361	88,0
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

## - Trabalho

Cerca de 17% das pessoas respondentes disseram que trabalham atualmente e 13% afirmaram que, embora não trabalhem atualmente, já trabalharam no passado.

Entre aquelas que trabalham atualmente, 91% informaram trabalhar em troca de dinheiro. Já 4 respondentes (6% dos que trabalham) o fazem em troca de alimentação. Um adolescente com idade entre 12 e 14 anos trabalha em troca de alimentação em uma oficina automotiva e um adolescente, também com idade entre 12 e 14 anos, não recebe nenhum tipo de remuneração pelo trabalho de auxiliar de padeiro.

Além disso, perguntou-se se trabalham atualmente ou se já haviam trabalhado na sinaleira ou na rua. Das 410 pessoas respondentes, 16 já trabalharam na sinaleira no passado e uma disse trabalhar atualmente. As atividades realizadas na rua/sinaleira foram, de modo geral, relacionadas a vendas (flores, água, bala, picolé, peixe etc.).

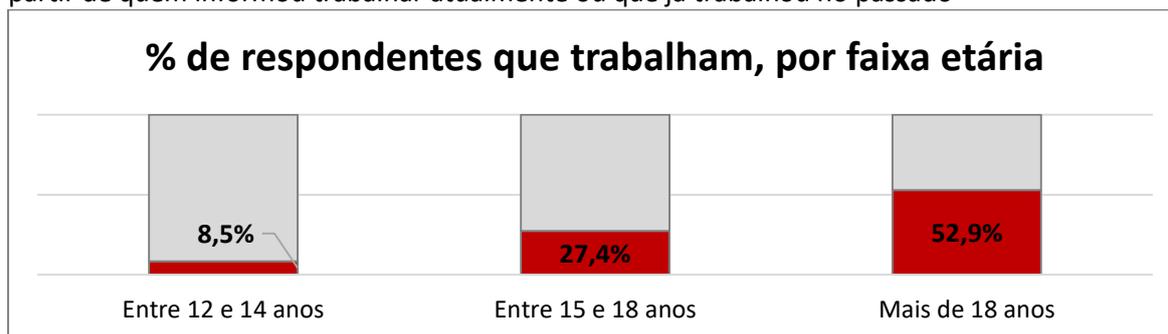
**Tabela 16:** Sobre eventual trabalho de estudantes pesquisados/as, atualmente ou no passado [atividade pela qual ganha ou ganhou dinheiro e/ou alimentação].

	Frequência	Percentual
Trabalha atualmente	68	16,6
Não trabalha atualmente, mas já trabalhou no passado	54	13,2
Não trabalha / nunca trabalhou	288	70,2
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Das pessoas entrevistadas entre 12 e 14 anos, 8,5% trabalham atualmente (22 casos, dos quais 18 disseram que trabalham informalmente ou fazem “bicos”; uma delas disse que trabalha como jovem aprendiz e uma disse que não gostaria de informar).

**Gráfico 6:** Distribuição percentual de estudantes que informaram trabalhar, por faixas etárias, a partir de quem informou trabalhar atualmente ou que já trabalhou no passado



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Dentre os/as adolescentes e jovens que já trabalharam no passado ou que trabalham atualmente, 9% começaram a trabalhar antes dos 12 anos de idade. Já 46% começaram a trabalhar quando tinham entre 12 e 14 anos.

**Gráfico 7:** Idades de início do trabalho de estudantes, adolescentes e jovens, por faixas etárias, a partir de quem informou trabalhar atualmente ou que já trabalhou no passado



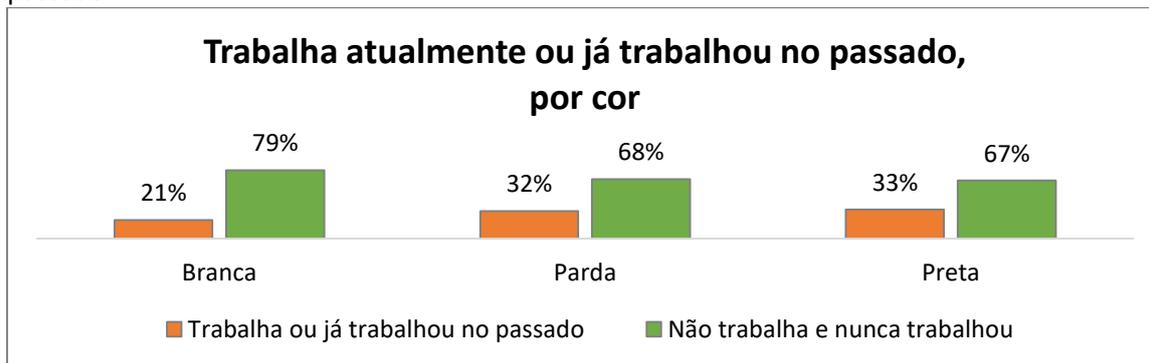
Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Ao analisar adolescentes e jovens que disseram trabalhar atualmente ou que já trabalharam no passado, observa-se que os/as de cor preta e parda têm, em maior proporção, trajetórias de trabalho precoce, em comparação com adolescentes e jovens autodeclarados/as de cor branca.

Estudantes, adolescentes ou jovens não são considerados/as na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) enquanto força de trabalho, embora, a partir de 14 anos de idade, se procuram emprego ou estão trabalhando integrem a força de trabalho<sup>3</sup>. Nesse sentido, considerando que pessoas maiores de 18 anos constituíram apenas 4,1% da amostra desta pesquisa (Tabela 6), os 29,8% de estudantes entre 12 e 29 anos de idade constituem um contingente alto de adolescentes já no mercado de trabalho, sem o direito de dedicarem-se apenas aos estudos.

<sup>3</sup> Ver: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>.

**Gráfico 8:** Percentuais de estudantes que já trabalharam ou trabalham atualmente, conforme a cor autodeclarada, a partir de quem informou trabalhar atualmente ou que já trabalhou no passado



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

## - Trabalho da família

Em 86% dos casos, a pessoa responsável (ou as pessoas responsáveis) por adolescente/jovem tinha trabalho no momento da aplicação do questionário.

**Tabela 17:** Sobre eventual trabalho de pessoas responsáveis pelos/as estudantes

	Frequência	Percentual
Sim	354	86,3
Não	52	12,7
Não sabe	4	1,0
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Considerando todas as pessoas que residem na mesma casa com a pessoa entrevistada, adolescente ou jovem, perguntou-se quantas estavam desempregadas no momento da entrevista. Em apenas cerca de 1/3 das residências não havia nenhuma pessoa maior de 16 anos desempregada.

Já em 31% das residências havia duas ou mais pessoas desempregadas à época.

**Tabela 18:** Sobre desemprego entre maiores de 16 anos de idade, residentes com a/o estudante

	Frequência	Percentual
Nenhuma	143	34,9
1 pessoa está desempregada	140	34,1
2 pessoas estão desempregadas	73	17,8
3 pessoas estão desempregadas	35	8,5
4 pessoas estão desempregadas	10	2,4
5 pessoas estão desempregadas	4	1,0
6 pessoas estão desempregadas	2	0,5
7 pessoas estão desempregadas	1	0,2
Não informou	1	0,2
Não sabe	1	0,2
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

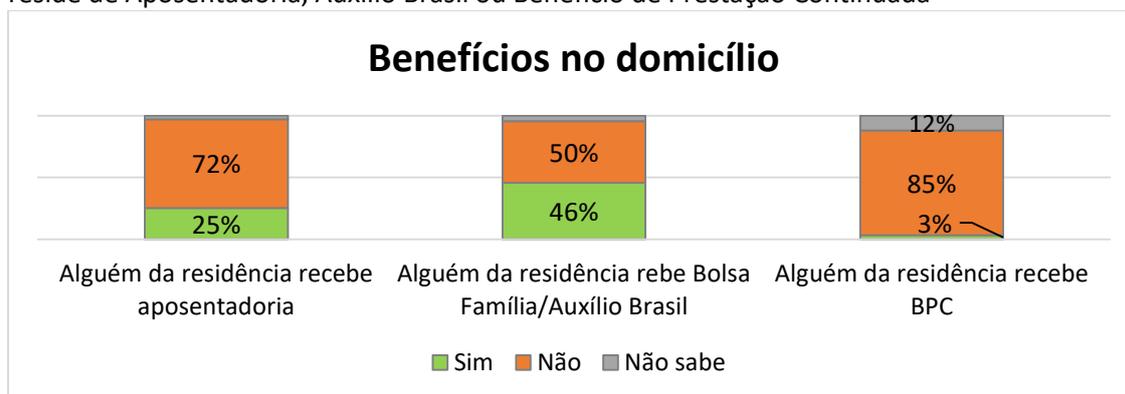
Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

## - Benefícios sociais

Em cerca de 1/4 das residências de jovens e adolescentes havia, à época da pesquisa, alguma pessoa residente que recebia aposentadoria. Já em 46% das residências havia alguma pessoa moradora que recebia Bolsa Família (Auxílio Brasil).

No que se refere ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), este foi identificado em 3% das residências. Um percentual expressivo, porém, não soube responder a esta questão (12%).

**Gráfico 9:** Sobre o recebimento por algum/a integrante da família com a/o qual a/o adolescente reside de Aposentadoria, Auxílio Brasil ou Benefício de Prestação Continuada



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

## - Impactos da Pandemia no emprego e na renda

Das pessoas entrevistadas, adolescentes e jovens, 11% relataram que alguém com quem moravam faleceu devido à COVID-19 (47 casos). Em 20% dos casos (9 relatos), mais de uma pessoa que vivia com elas faleceu devido à COVID-19.

**Tabela 19:** Sobre se houve morte na moradia da/o estudante em decorrência da pandemia

	Frequência	Percentual
Sim	47	11,5
Não	363	88,5
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Em 22,4% dos casos, alguém que mora com adolescente ou jovem participante da pesquisa perdeu o emprego durante a pandemia.

**Tabela 20:** Sobre perda de emprego durante a pandemia no local de moradia da/o estudante.

	Frequência	Percentual
Sim	92	22,4
Não	311	75,9
Não sabe	7	1,7
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Em 43% das famílias houve diminuição da renda durante a pandemia. A redução do salário (39%), bem como a demissão de alguém da família no período (30%) foram os principais motivos da diminuição da renda familiar.

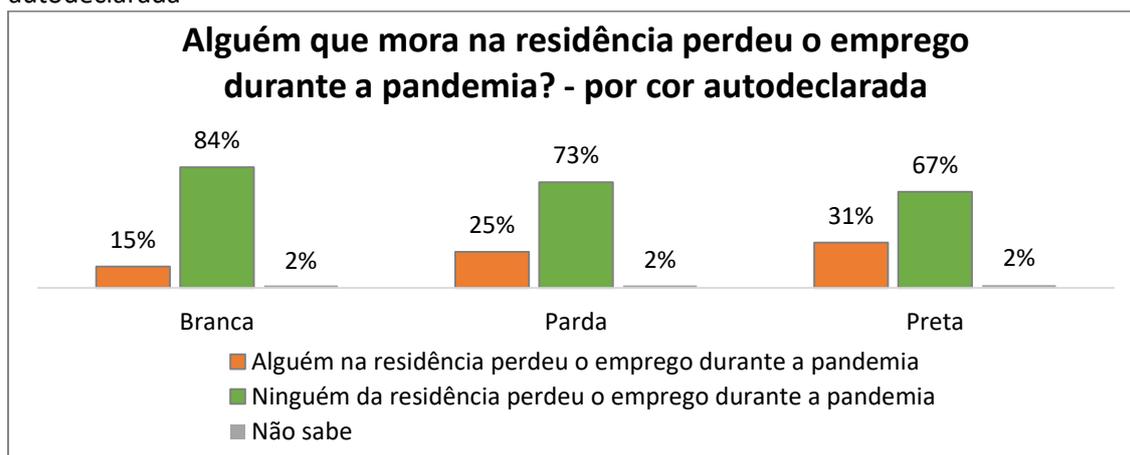
**Tabela 21:** Informação a respeito de renda, se diminuiu na pandemia

	Frequência	Percentual
Sim	178	43,4
Não	211	51,5
Não sabe	21	5,1
Total	410	100,0

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

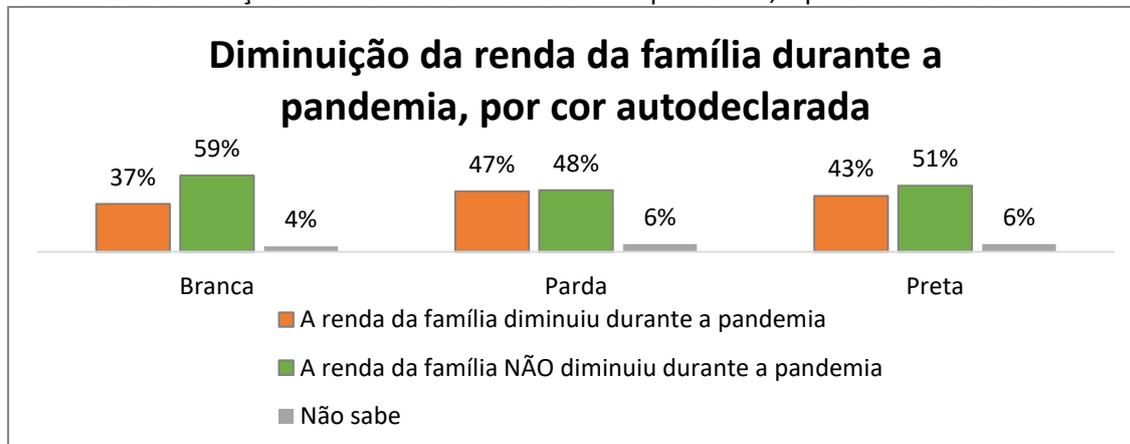
Entre as pessoas adolescentes e jovens autodeclaradas de cor preta e parda, é maior a proporção que relata ter havido pessoas corresidentes que perderam o emprego durante a pandemia, se comparadas a estudantes autodeclaradas/os de cor branca. Da mesma forma e como consequência, é maior a proporção de adolescentes e jovens autodeclaradas/os de cor preta e parda cuja renda familiar diminuiu no período da pandemia.

**Gráfico 10:** Perda de emprego por membro da família, durante a pandemia, a partir da cor autodeclarada



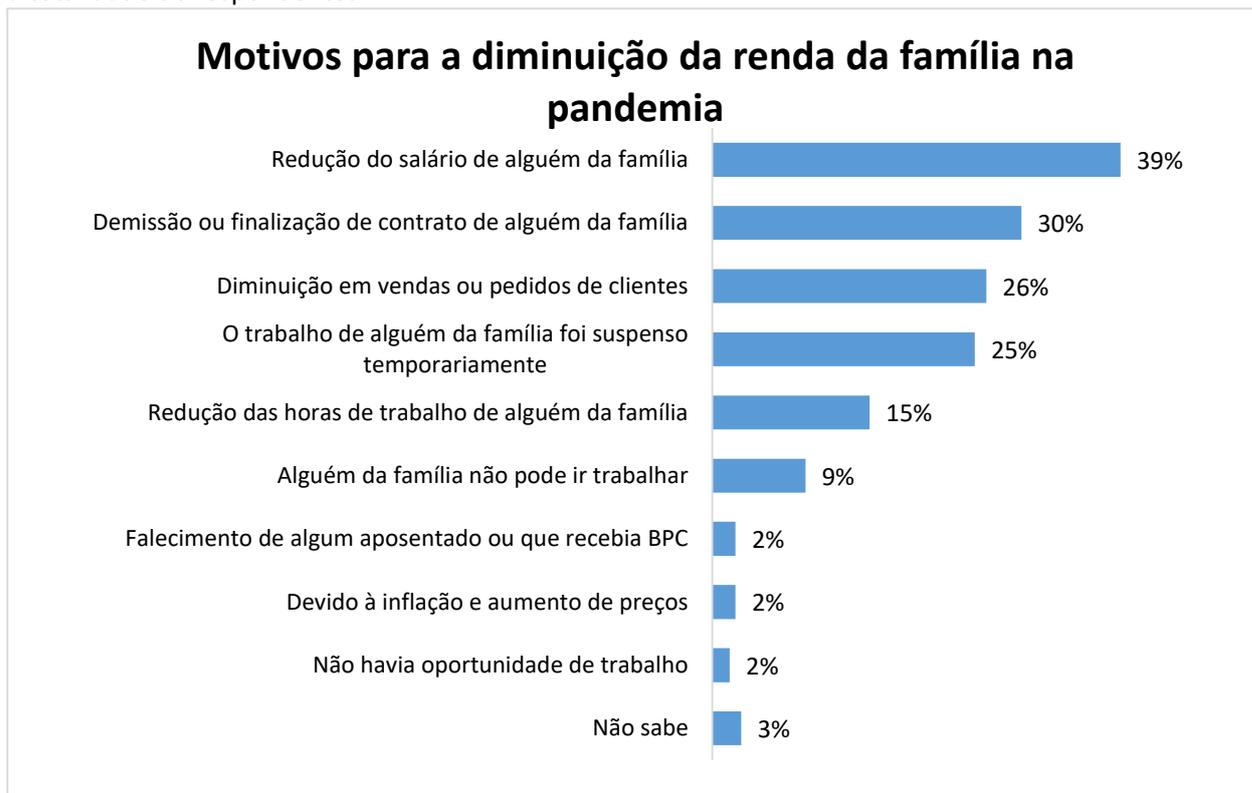
Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

**Gráfico 11:** Diminuição da renda da família durante a pandemia, a partir da cor autodeclarada



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

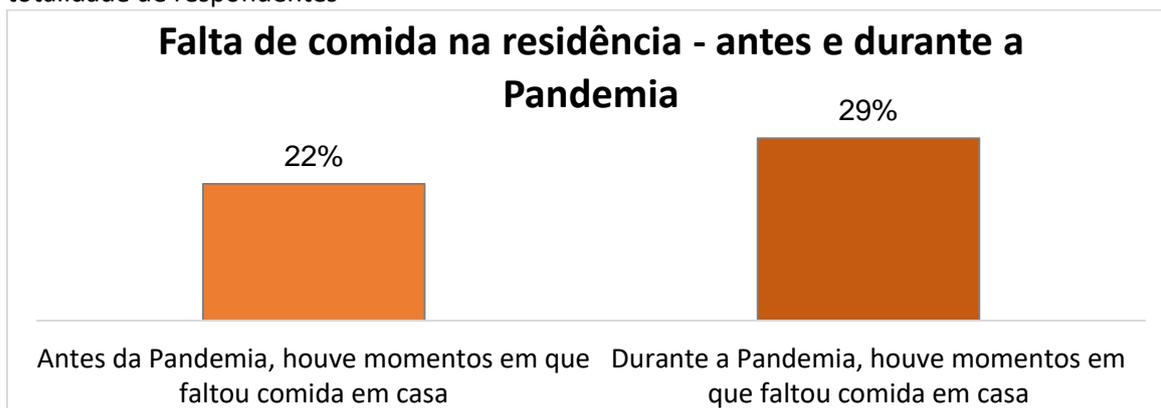
**Gráfico 12:** Motivos para a diminuição da renda da família, durante a pandemia, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Antes da pandemia, 22% dos/as estudantes já haviam experimentado falta de comida em casa. Durante a pandemia, esse percentual subiu para 29%.

**Gráfico 13:** Falta de comida na residência, antes e durante a pandemia, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Em 2/3 das famílias de estudantes participantes havia pessoas com 16 anos de idade ou mais desempregadas (Tabela 18), sendo que o impacto negativo da pandemia sobre as famílias em termos de emprego e renda foi maior para estudantes autodeclarados/as de cor preta e parda do que de cor branca (Gráficos 10 e 11).

Em 2022, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e demais parceiros lançaram a campanha “Proteção social para acabar com o trabalho infantil”, com objetivo de sensibilizar a sociedade “da urgente necessidade de efetivação do regramento jurídico existente de proteção à infância e à adolescência e da criação e ampliação dos investimentos em programas e políticas sociais com fins de redução à pobreza e à vulnerabilidade socioeconômica que incide sobre as famílias brasileiras, restringindo desse modo as principais causas que ocasionam o trabalho infantil” (FNPETI, 2022)<sup>4</sup>. A campanha visa chamar a atenção para o contexto de fome e miséria pela qual uma parte significativa da população brasileira passa, incluindo crianças, adolescentes e jovens.

Tendo em vista a Meta 8.7 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), de “até 2025 erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas”, os dados desta pesquisa em Manaus apontam para a necessidade de se conhecer melhor o cenário, a partir também das especificidades migratórias e em relação a gênero e cor/raça, e pensar em políticas efetivas de promoção social e não de criminalização das famílias e, por vezes, das próprias crianças e adolescentes.

## - Espaços de socialização

Dentre os distintos espaços de socialização, além da escola, frequentados por adolescentes e jovens, quase 20% afirmaram participar de grupos religiosos. Já 16% frequentam cursos profissionalizantes e 14% participam de grupos esportivos.

**Tabela 22:** Sobre outras participações sociais, além da escola

	Frequência	Percentual
Grupo religioso	78	19,0
Curso profissionalizante	66	16,1
Grupo esportivo	57	13,9
Curso de idiomas	28	6,8
Grupo cultural	10	2,4
Grupo de assistência social	6	1,5
Curso pré-vestibular	3	0,7

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

## - Impactos da pandemia na educação

Quase 85% dos/as estudantes disseram ter acesso à *internet* fixa em casa. Já 4% não têm acesso à *internet* na residência, sendo que 86% tiveram aulas remotas durante a pandemia. Destes/as, 18 adolescentes/jovens afirmaram que não tinham acesso à *internet* em sua residência no período.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://fnpeti.org.br/12dejunho/2022/>.

**Tabela 23:** Referente ao acesso à *internet* no local de moradia

	Frequência	Percentual
Sim, <i>internet</i> fixa	361	83,7
Sim, <i>internet</i> pelo celular	49	7,6
Não tem acesso à <i>internet</i> em casa	18	4,4

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

**Tabela 24:** Informação sobre se a/o estudante teve aulas *on-line* durante a pandemia

	Frequência	Percentual
Sim	354	86,3
Não	56	13,7
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Cerca de 3/4 dos adolescentes e jovens que tiveram aulas remotas acessavam as atividades escolares por meio de celular individual.

**Tabela 25:** Forma de acesso à *internet*, informada por estudantes que responderam sim sobre ter acesso à *internet* em casa

	Frequência	Percentual
Celular individual (usado só por você)	272	76,8
Celular de outra pessoa/dividido com outra pessoa	56	15,8
Computador onde você mora ou morava	41	11,6
Computador em outro local	4	1,1
O próprio <i>tablet</i>	2	0,6

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

O acompanhamento das aulas remotas ofereceu dificuldades para quase 2/3 dos/as estudantes entrevistados/as. Perguntados/as sobre que nota (de 0 a 10) dariam para seu aprendizado durante as aulas remotas, a média foi de 6,3. Um/a em cada três estudantes atribuiu nota baixa - entre 0 e 5 - para seu aprendizado durante as aulas remotas.

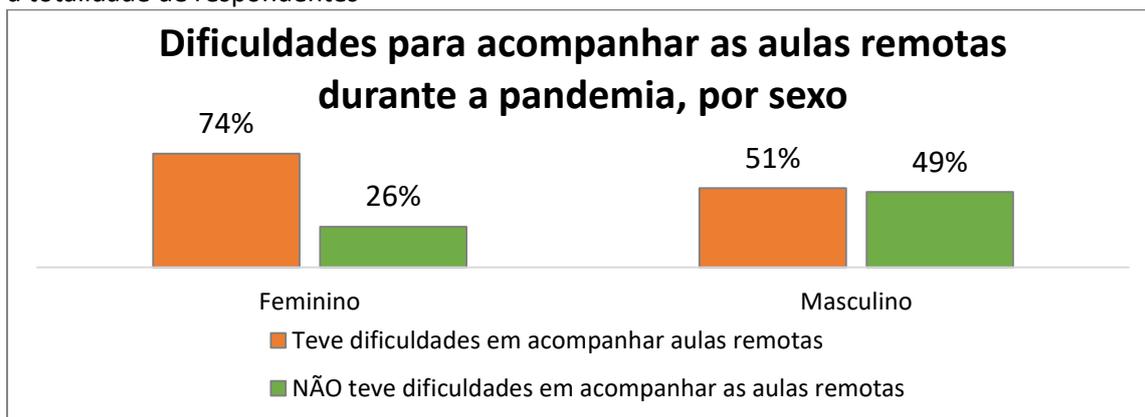
**Tabela 26:** Sobre se a/o estudante teve dificuldades em acompanhar aulas remotas

	Frequência	Percentual
Sim	224	63,3
Não	130	36,7
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

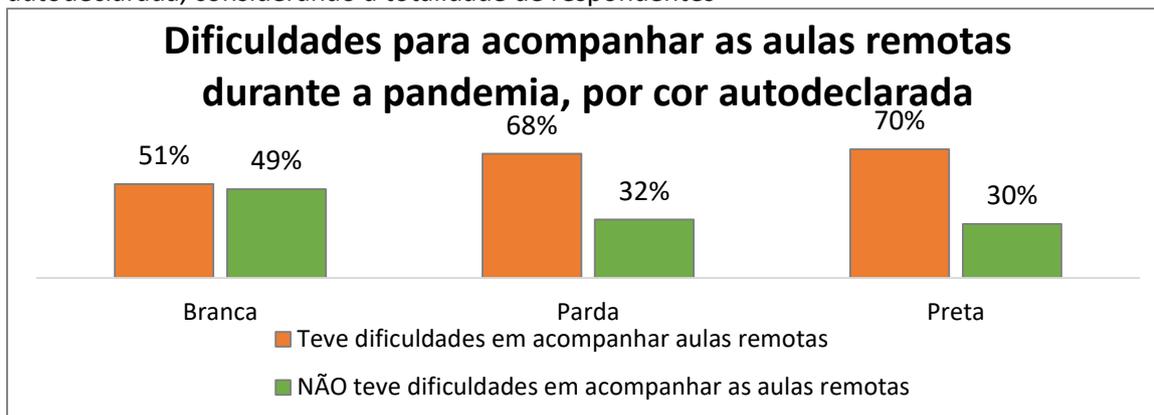
Entre adolescentes e jovens do sexo feminino, e entre autodeclarados/as de cor preta e parda observou-se maior proporção de relatos acerca de dificuldades para acompanhar aulas remotas durante a pandemia.

**Gráfico 14:** Dificuldades para acompanhar as aulas remotas durante a pandemia, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

**Gráfico 15:** Dificuldades para acompanhar as aulas remotas durante a pandemia, por cor autodeclarada, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

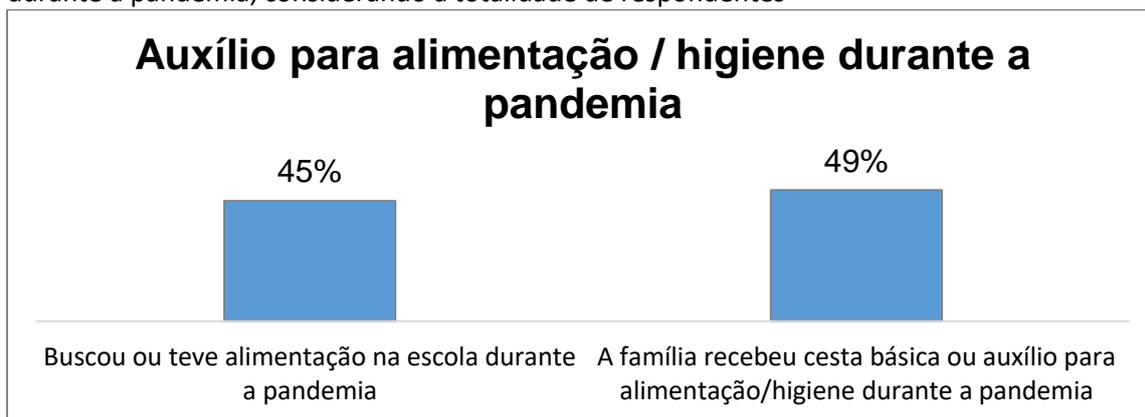
**Gráfico 16:** Notas dadas ao próprio aprendizado, de 0 a 10, durante as aulas remotas durante a pandemia, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Buscaram ou tiveram alimentação na escola durante a pandemia 45% dos/as estudantes. Quase metade das famílias recebeu cesta básica ou auxílio para alimentação/higiene no período.

**Gráfico 17:** Sobre se recebeu auxílio para alimentação e/ou higiene durante as aulas remotas durante a pandemia, considerando a totalidade de respondentes

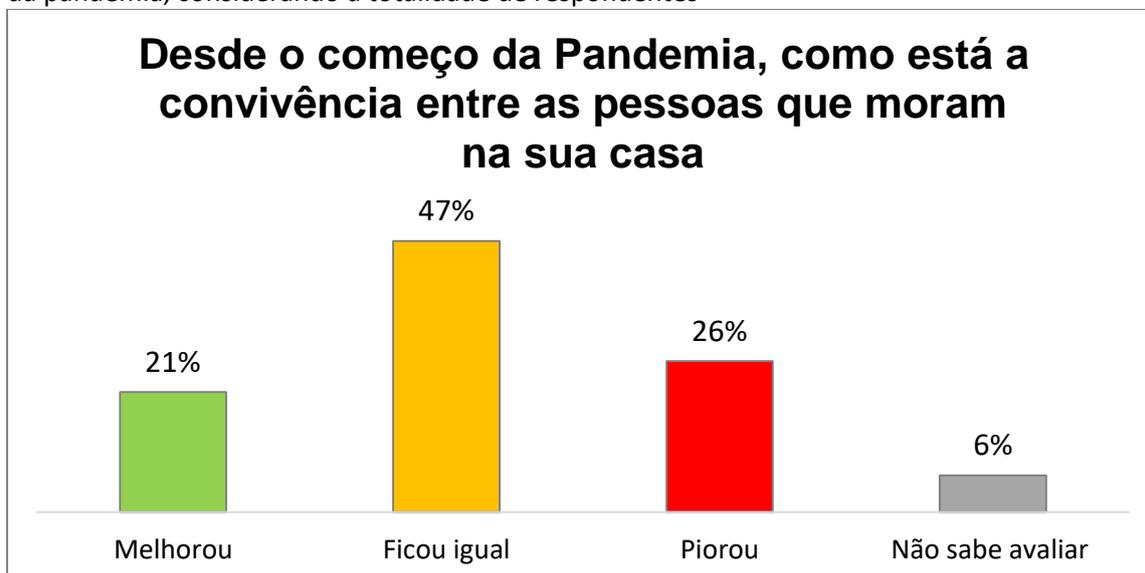


Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

## - Impactos da pandemia na convivência familiar e saúde mental

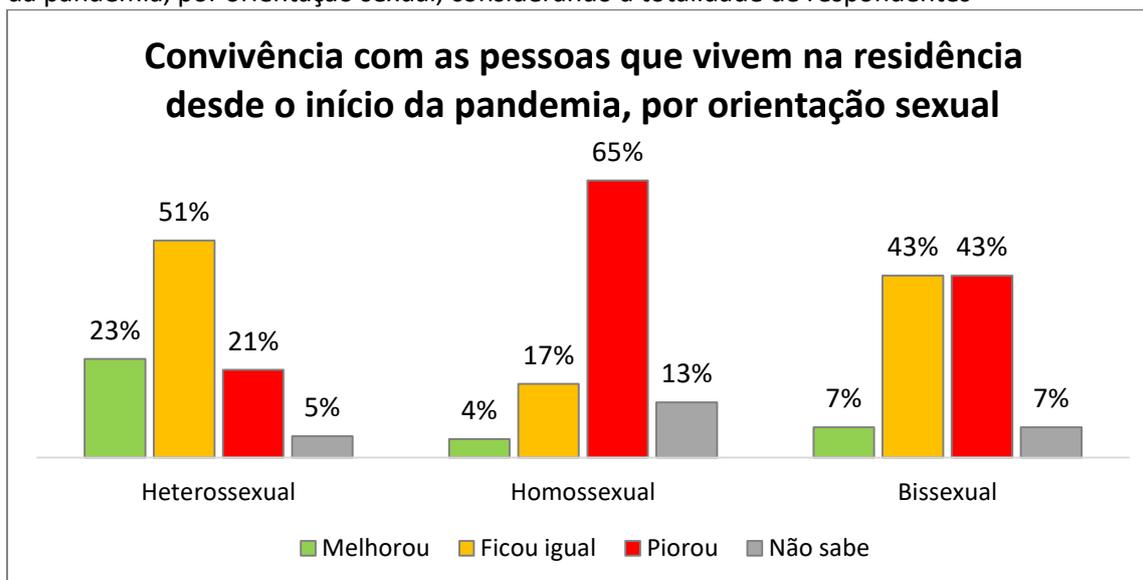
Para 1/4 dos/as estudantes, a convivência familiar piorou durante a pandemia de COVID-19. No entanto, esse percentual é muito mais expressivo entre adolescentes e jovens homossexuais e bissexuais: 65% e 43%, respectivamente.

**Gráfico 18:** Sobre como está a convivência entre as pessoas com quem mora, desde o começo da pandemia, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

**Gráfico 19:** Sobre como está a convivência entre as pessoas com quem mora, desde o começo da pandemia, por orientação sexual, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Uma série de sintomas relacionados à saúde mental foram vivenciados por estudantes a partir do começo da pandemia. Preocupação e medo em relação ao futuro (79%), mudanças repentinas de humor (67%) e alterações no sono (63%) foram os citados com mais frequência.

**Tabela 27:** Sobre vivências referentes à saúde mental tidas por estudantes pesquisados/as desde o início de 2020

	Frequência	Percentual
Muitas preocupações ou medo em relação ao futuro	323	78,8
Mudanças repentinas de humor e irritabilidade	276	67,3
Alterações no sono como insônia ou excesso de sono	259	63,2
Agitação, tristeza ou choro fácil e sem motivo	244	59,5
Sinais ou sintomas de ansiedade, como mãos frias, dormência nas extremidades ou outros	236	57,6
Alterações no apetite como fome descontrolada ou falta de apetite	233	56,8
Diminuição do interesse em atividades rotineiras	199	48,5
Ideias ou pensamentos relacionados à própria morte ou à de pessoas queridas	197	48,0
Pessoas que cuidam de você passaram a ficar mais irritadas	193	47,1
Aumento de brigas onde mora	162	39,5
Dificuldades para se controlar em situações de rotina	146	35,6
Machucados recorrentes e lesões estranhas	63	15,4

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

No entanto, os sintomas relacionados à saúde mental e emocional não impactaram com a mesma proporção a meninos e meninas: são as meninas que sofrem, em maior proporção, os efeitos da pandemia na saúde mental. Da mesma forma, adolescentes e jovens homossexuais e bissexuais também apresentaram maior sofrimento psíquico e mental, como pode ser observado em todos os indicadores analisados (Gráficos 20 e 21).

**Gráfico 20:** Sobre como está a própria saúde emocional, por sexo, desde o começo da pandemia, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

**Gráfico 21:** Sobre como está a própria saúde emocional, por orientação sexual, desde o começo da pandemia, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

A maioria dos/as estudantes se considera otimista em relação ao futuro: quase 70%. No entanto, também nesse aspecto, as meninas mostram-se menos otimistas se comparadas aos meninos. Da mesma forma, adolescentes e jovens homossexuais e bissexuais se mostram menos otimistas, se comparados/as aos/as autodeclarados/as heterossexuais.

**Gráfico 22:** Sobre como a/o estudante se sente em relação ao futuro, considerando a totalidade de respondentes



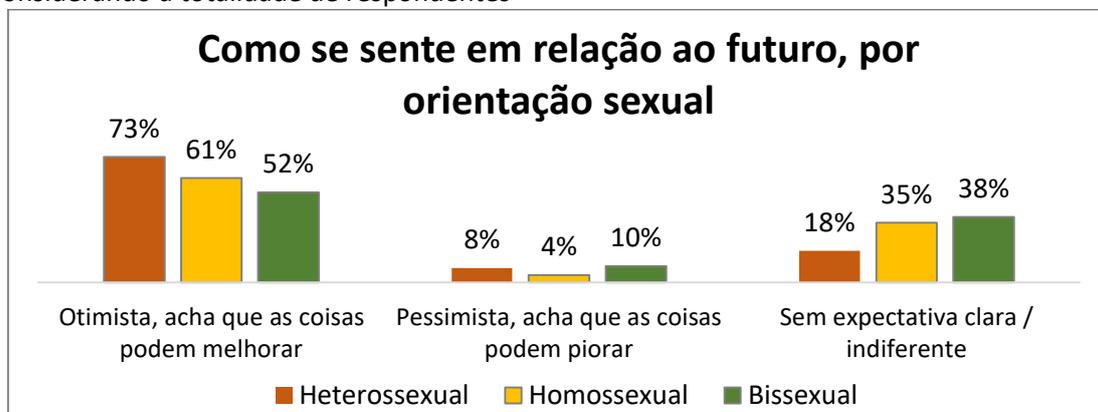
Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

**Gráfico 23:** Sobre como a/o estudante se sente em relação ao futuro, por sexo, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

**Gráfico 24:** Sobre como a/o estudante se sente em relação ao futuro, por orientação sexual, considerando a totalidade de respondentes

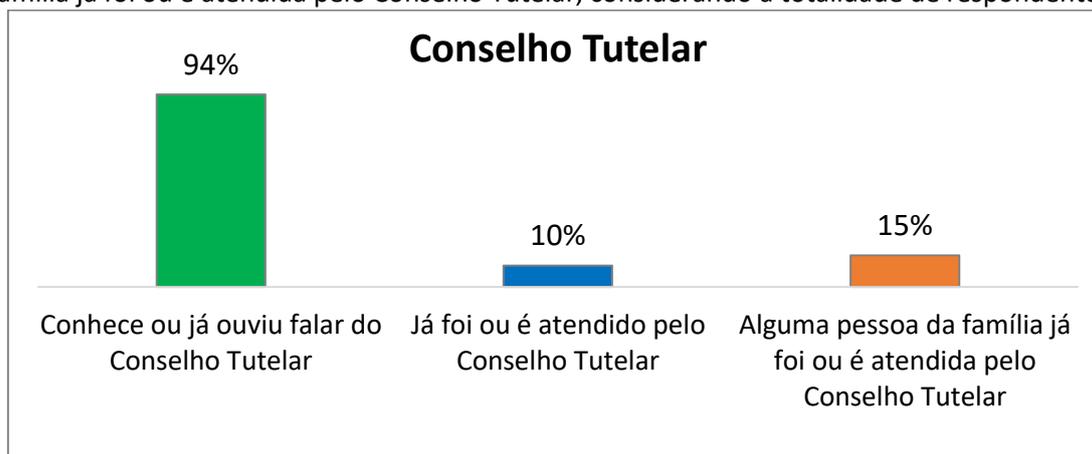


Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

## - Equipamentos de proteção social

A grande maioria dos/as estudantes conhece ou já ouviu falar do Conselho Tutelar (94%), 10% afirmaram que são ou já foram atendidos/as pelo CT. Já 15% disseram que alguma pessoa da família já foi ou é atendida pelo CT.

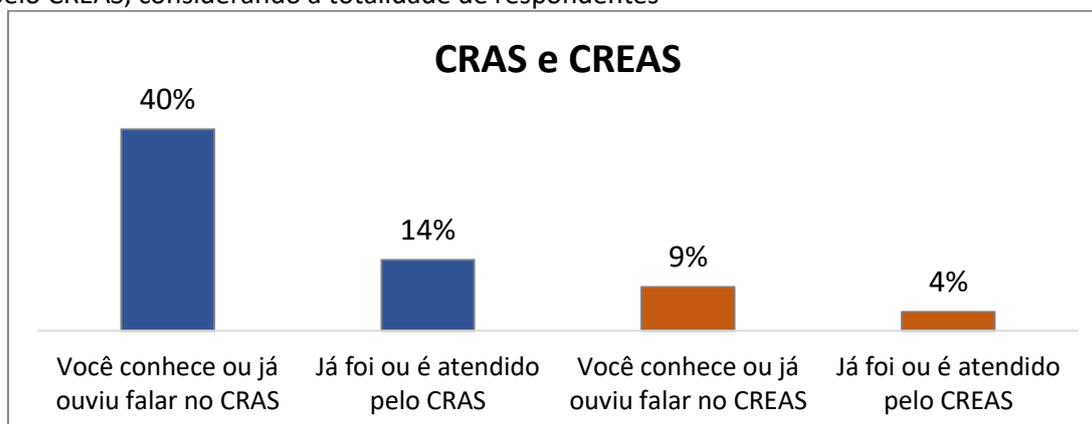
**Gráfico 25:** Sobre se a/o estudante já ouviu falar, já foi atendida/o ou se alguma pessoa de sua família já foi ou é atendida pelo Conselho Tutelar, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é conhecido por 40% dos/as respondentes, sendo que 14% já foram atendidos/as por este equipamento da proteção social. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no entanto, é menos conhecido: apenas 9% dos/as estudantes conhecem ou ouviram falar, e 4% já foram atendidos/as no CREAS.

**Gráfico 26:** Sobre se a/o estudante conhece ou já ouviu falar, já foi ou é atendida/o no CRAS ou pelo CREAS, considerando a totalidade de respondentes

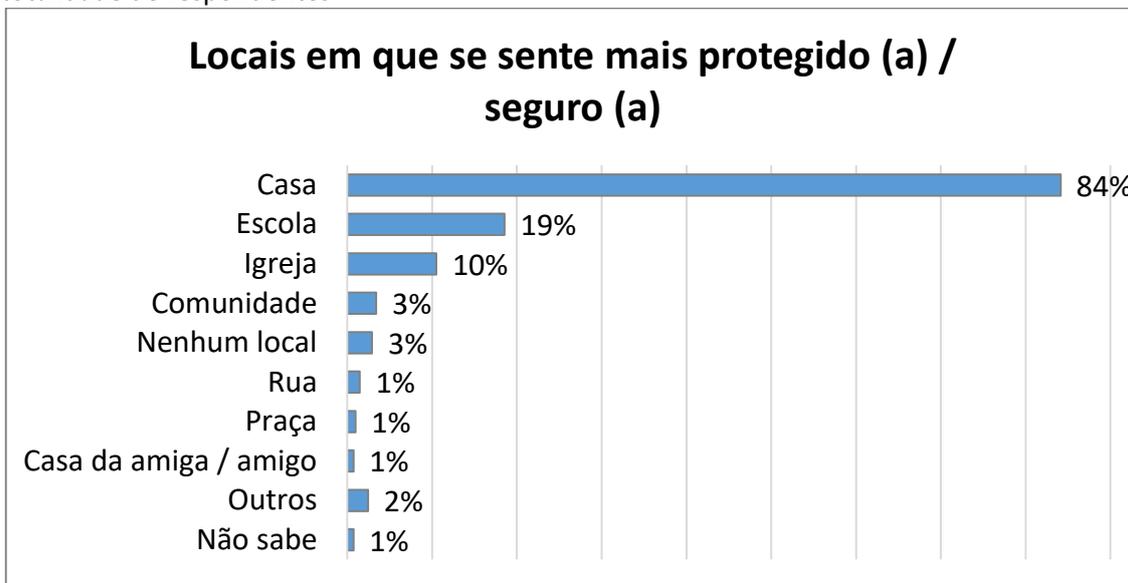


Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

## - Espaços seguros e inseguros na visão dos/as estudantes

A casa é o local em que adolescentes e jovens se sentem mais seguros/as e protegidos/as: 84% citaram a residência. Já 19% consideram a escola o local mais seguro.

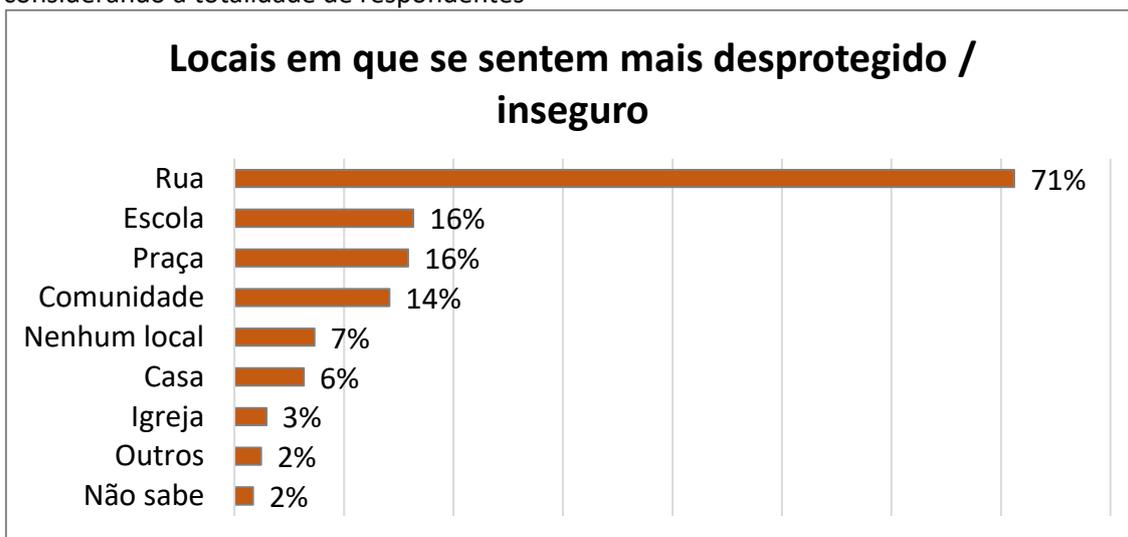
**Gráfico 27:** Locais em que a/o estudante se sente mais protegida/o, segura/o, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

A rua é o local mais inseguro para 71% dos/as estudantes. A escola aparece como segunda mais citada enquanto local mais inseguro (16%), juntamente com a praça (16%).

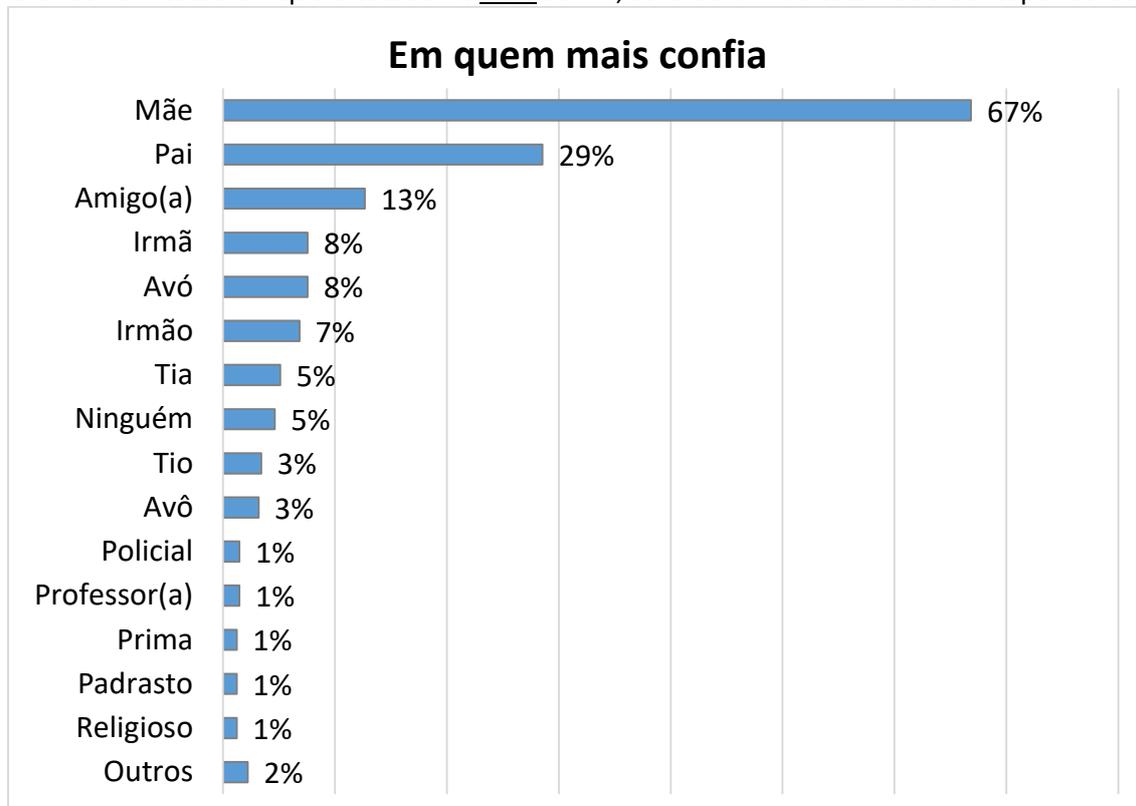
**Gráfico 28:** Locais em que a/o estudante se sente mais desprotegida/o, insegura/o, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Para 67% dos/as estudantes a mãe é a pessoa em quem mais confiam. O pai foi citado por 29% dos respondentes como sendo a pessoa em quem mais confiam.

**Gráfico 29:** Pessoa em que o estudante mais confia, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

A mãe, o pai e amiga/o foram os três mais citados como sendo as pessoas em quem os/as adolescentes e jovens entrevistados/as mais confiam. No entanto, quando comparados os níveis gerais de confiança com os níveis de confiança daqueles/as adolescentes e jovens que já passaram por experiências de vitimização, observa-se que a confiança na mãe e no pai cai entre todos os tipos de experiência de vitimização. A confiança na mãe cai especialmente entre aqueles que foram vítimas de ato de conotação sexual sem consentimento, mas também cai de forma significativa entre quem foi vítima de violência ou castigo físico, racismo e preconceito sexual. Já a confiança no pai cai especialmente entre quem foi vítima de preconceito sexual e de ato de conotação sexual sem consentimento, mas também de forma expressiva entre aqueles/as que sofreram racismo e tentativa de ato de conotação sexual sem consentimento.

**Tabela 28:** Em quem os/as estudantes entrevistados/as mais confiam

	Meninas	Meninos
Mãe	64%	68%
Pai	20%	39%
Amiga/o	15%	10%
Irmã	10%	
Tia	7%	3%
Avó	6%	9%
Irmão	5%	6%
Ninguém	5%	5%
Tio	2%	5%
Marido / namorado	1%	
Prima	1%	
Avô	1%	5%
Policial	1%	2%
Prima	1%	
Professor/a	1%	2%
Namorada	0%	
Madrasta	0%	
Padrasto	0%	2%
Religioso	0%	2%
Conselheira/o tutelar		1%
Família		1%
Patrão		1%
Colegas de sala		1%

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Por outro lado, a confiança em amigo ou amiga aumenta entre adolescentes e jovens que sofreram algum tipo de vitimização, especialmente entre aqueles/as que sofreram preconceito sexual, preconceito religioso, racismo e violência física.

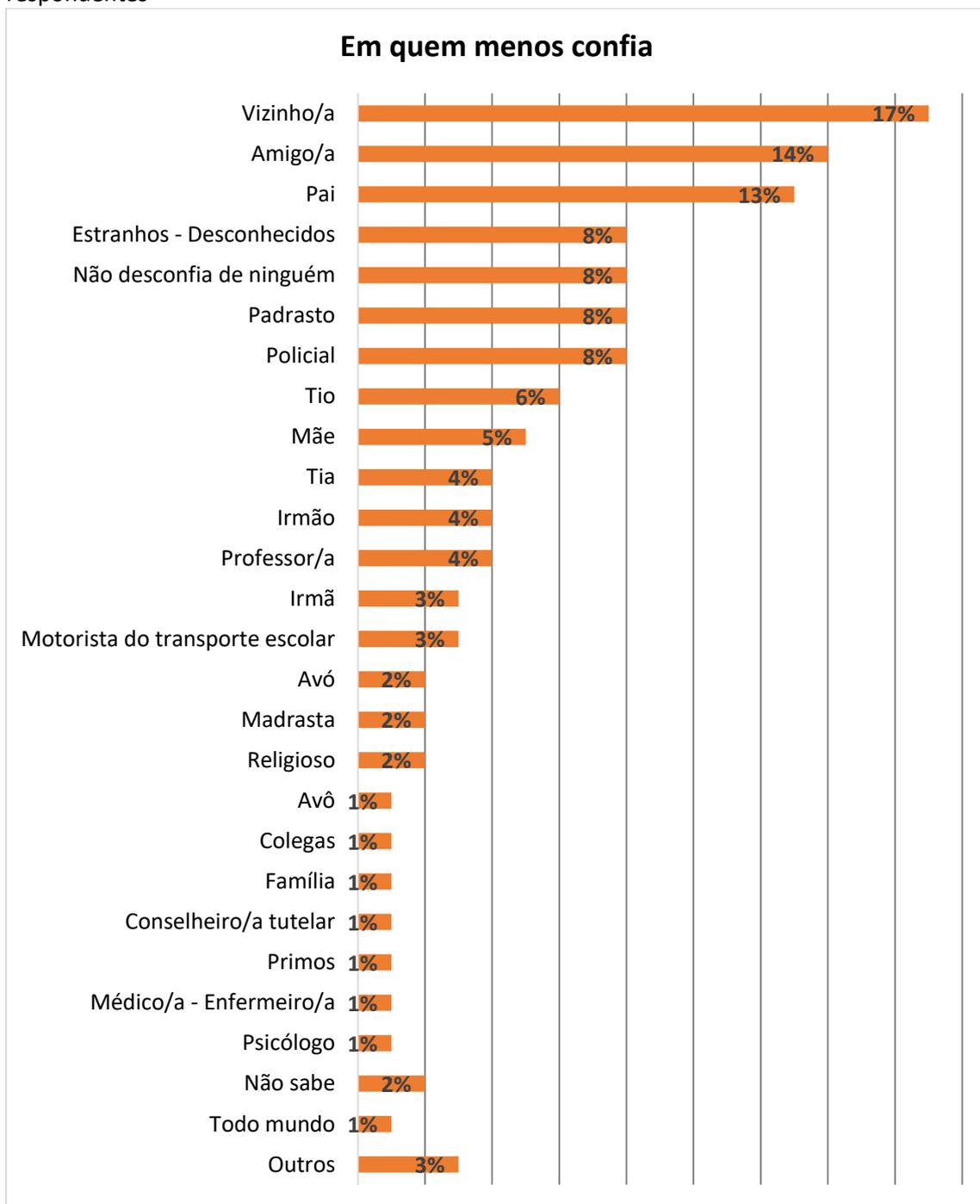
**Tabela 29:** Comparativo entre os níveis de confiança na mãe, no pai, em amiga/o e níveis de confiança de adolescentes e jovens que já sofreram algum tipo de vitimização

	Confia na mãe	Confia no pai	Confia em amigo/a
% gerais de confiança	67%	29%	13%
% de confiança de quem já sofreu violência/castigo físico	51%	20%	22%
% de confiança de quem já sofreu violência psicológica	60%	22%	19%
% de confiança de quem já sofreu racismo	51%	16%	22%
% de confiança de quem já sofreu preconceito religioso	57%	25%	26%
% de confiança de quem já sofreu preconceito sexual	51%	7%	35%
% de confiança de quem já sofreu <i>bullying</i> na escola	63%	22%	15%
% de confiança de quem já foi vítima de tentativa de ato de conotação sexual sem consentimento	63%	15%	17%
% de confiança de quem já foi vítima de ato de conotação sexual sem consentimento	42%	8%	17%

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Ao citarem a pessoa em que menos confiam, observou-se uma maior variação nas respostas: 17% citaram o vizinho; 14% citaram a/o amiga/o; 13% citaram o pai.

**Gráfico 30:** Pessoa em que a/o estudante menos confia, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Em relação à pessoa em quem menos confiam, ao se lançar um olhar sobre adolescentes e jovens que já sofreram algum tipo de vitimização, não se observa níveis mais expressivos de não confiança em vizinho/a e amigo/a. No entanto, no que se refere à não confiança no pai, esta é mais expressiva entre aqueles/as que já passaram por processos de vitimização, especialmente entre quem já sofreu preconceito sexual e tentativa de ato de conotação sexual sem consentimento.

**Tabela 30:** A respeito de em quem os/as estudantes entrevistados/as menos confiam

	Meninas	Meninos
Pai	17%	8%
Vizinha/o	17%	15%
Amiga/o	10%	18%
Padrasto	10%	4%
Não desconfia de ninguém	9%	10%
Policial	7%	8%
Mãe	6%	3%
Tio	6%	6%
Tia	5%	3%
Irmã	4%	2%
Professor/a	4%	4%
Avó	4%	
Estranhos / desconhecidos	3%	13%
Motorista do transporte escolar	3%	3%
Madrasta	2%	
Religioso	2%	
Irmão	2%	7%
Outros - 1% ou menos	11%	10%

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

**Tabela 31:** Comparativo entre os níveis de não confiança no vizinho, em amiga/o e no pai e níveis de não confiança de adolescentes e jovens que já sofreram algum tipo de vitimação

	Não confia no vizinho	Não confia no amigo/a	Não confia no pai
% gerais de não confiança	17%	14%	13%
% de não confiança de quem já sofreu violência/castigo físico	15%	15%	19%
% de não confiança de quem já sofreu violência psicológica	15%	13%	21%
% de não confiança de quem já sofreu racismo	14%	18%	18%
% de não confiança de quem já sofreu preconceito religioso	17%	13%	17%
% de não confiança de quem já sofreu preconceito sexual	18%	11%	29%
% de não confiança de quem já sofreu <i>bullying</i> na escola	15%	16%	16%
% de não confiança de quem já foi vítima de tentativa de ato de conotação sexual sem consentimento	15%	14%	24%
% de não confiança de quem já foi vítima de ato de conotação sexual sem consentimento	8%	8%	17%

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

## - Estudantes com filhos/as

Entre os/as 410 adolescentes e jovens estudantes abordados/as neste diagnóstico, 11 (2,7%) têm filhos/as. Entre estes/as 11, 07 têm mais de 18 anos e 04 têm entre 15 e 17 anos. Dois dos adolescentes/jovens com filhos/as também trabalham. Em 01 caso, um adolescente/jovem com filhos perdeu alguém da família devido ao COVID-19.

**Tabela 32:** Sobre se a/o estudante tem filho/s e/ou filha/s

	Frequência	Percentual
Sim	11	2,7
Não	399	97,3
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

23% dos/as estudantes afirmaram que, na sua turma, existe algum/a estudante com filha/o ou grávida.

**Tabela 33:** Sobre se na turma da/o estudante existe algum/a estudante com filha/o ou grávida

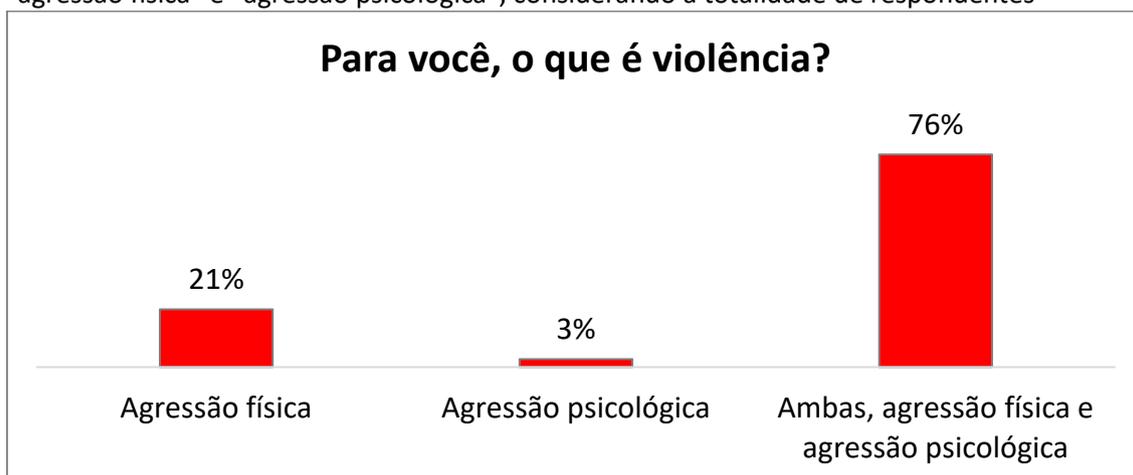
	Frequência	Percentual
Sim	95	23,2
Não	260	63,4
Prefere não responder	1	0,2
Não sabe	54	13,2
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

## - Violências

A maioria dos/as estudantes (¾) entendem que violência é tanto agressão física quanto agressão psicológica. No entanto, cerca de uma em cada cinco pessoas respondentes entendem por violência apenas a agressão física.

**Gráfico 31:** Informação sobre o que é violência para a/o estudante, a partir das categorias “agressão física” e “agressão psicológica”, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

44% dos/as estudantes afirmaram que já sofreram violência psicológica e 25% relataram já ter sofrido violência física.

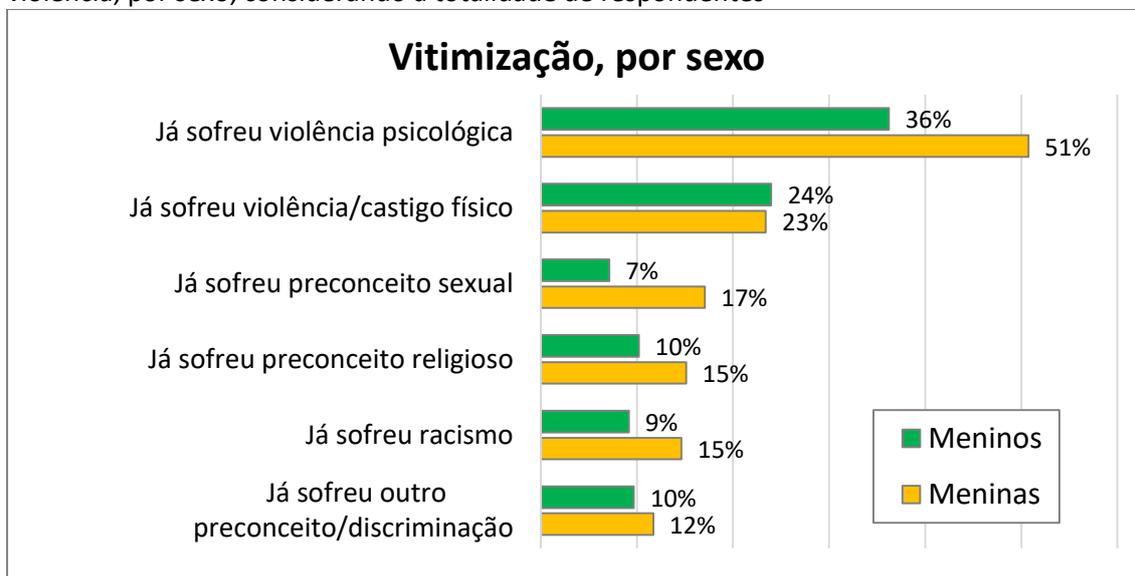
**Gráfico 32:** Informação percentual sobre tipo e incidência de vitimização de estudantes por violência, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

As meninas relataram proporcionalmente maior incidência de violências sofridas se comparadas aos meninos, especialmente no que tange à violência psicológica e ao preconceito sexual.

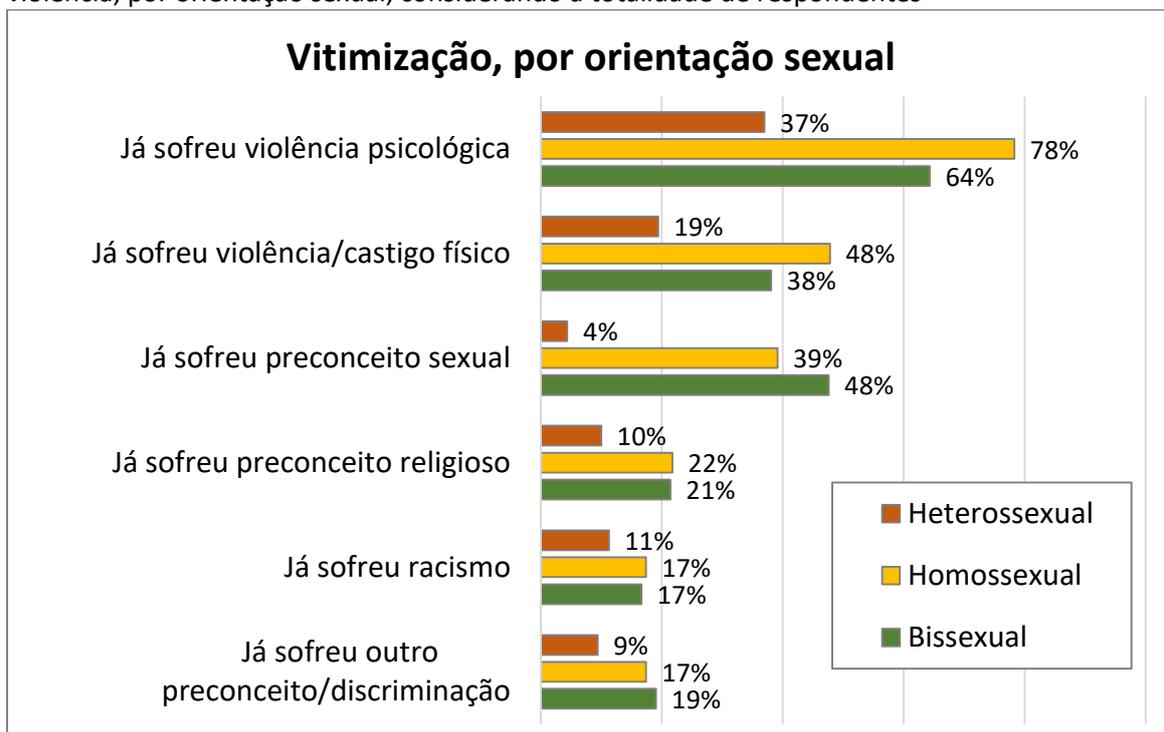
**Gráfico 33:** Informação percentual sobre tipo e incidência de vitimização de estudantes por violência, por sexo, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

A vitimização é significativamente mais frequente entre adolescentes e jovens homossexuais e bissexuais, em comparação com estudantes heterossexuais, em todos os tipos de violência abordados.

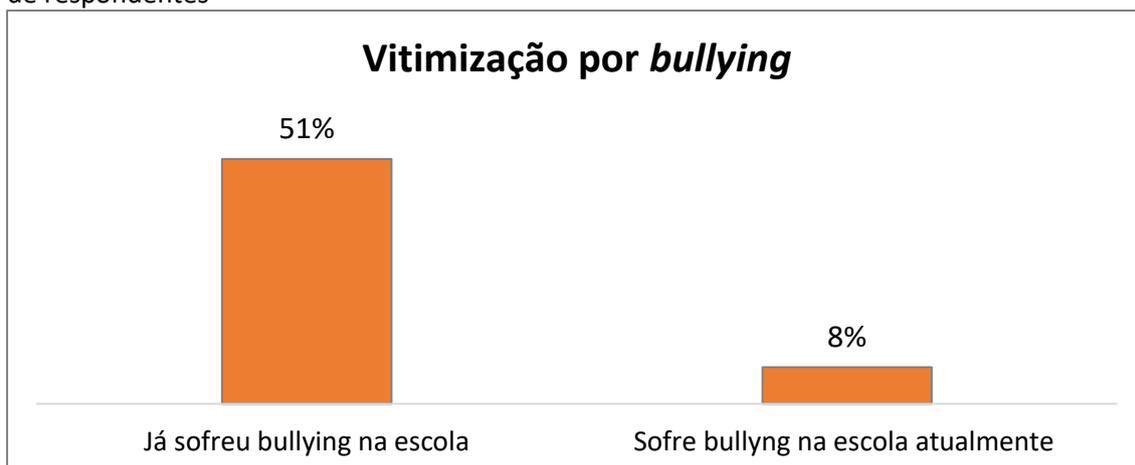
**Gráfico 34:** Informação percentual sobre tipo e incidência de vitimização de estudantes por violência, por orientação sexual, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Mais da metade dos/as estudantes relataram já ter sofrido *bullying* na escola em algum momento de suas vidas, ao passo que 8% disseram estar sofrendo *bullying* na escola.

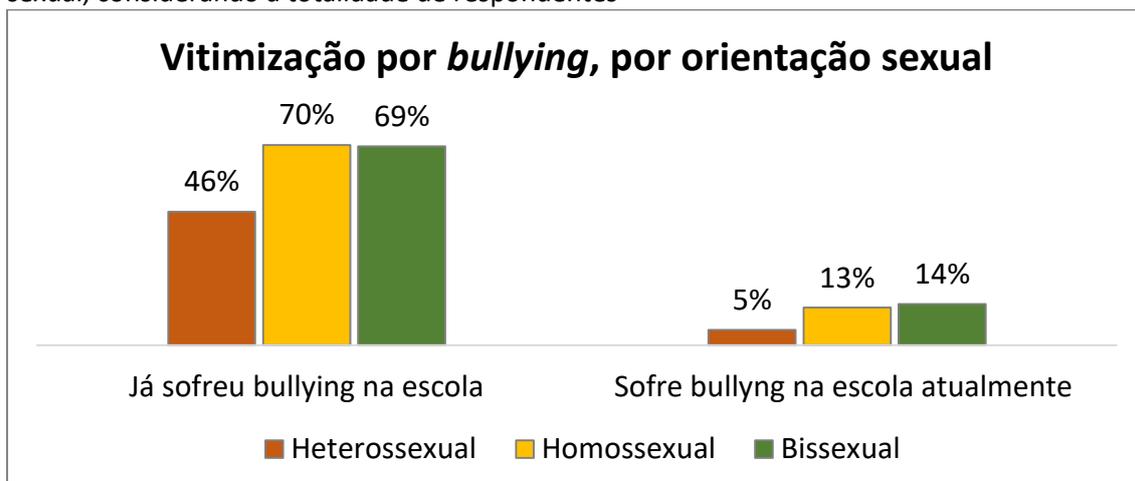
**Gráfico 35:** Informação sobre vitimização de estudantes por *bullying*, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Entre estudantes homossexuais e bissexuais a incidência de *bullying* é mais expressiva, em comparação aos/as estudantes heterossexuais.

**Gráfico 36:** Informação sobre vitimização por entre estudantes por *bullying*, por orientação sexual, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Quase 30% dos/as adolescentes e jovens entrevistados/as já sofreram assédio sexual, tais como toques sem permissão ou envio de fotos íntimas sem consentimento.

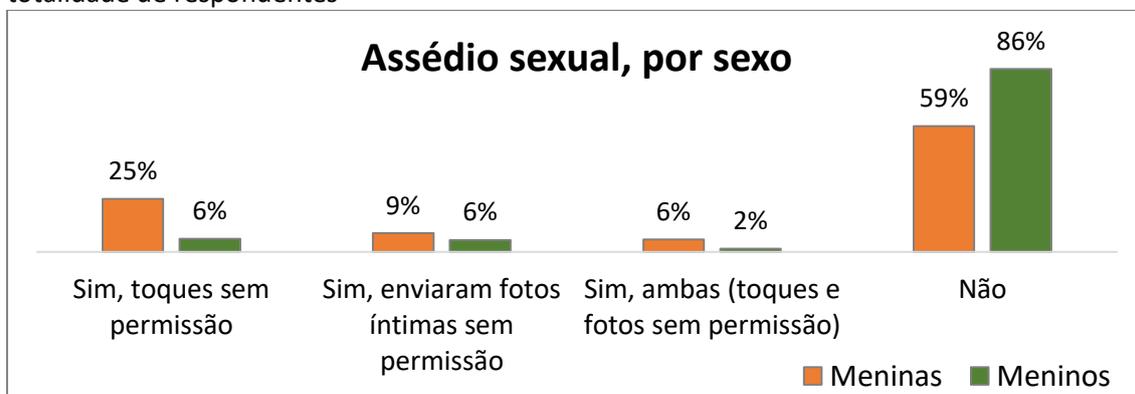
A incidência de assédio sexual entre meninas é mais expressiva do que entre meninos. Da mesma forma, adolescentes e jovens homossexuais e bissexuais sofreram assédio sexual com maior frequência, se comparados com adolescentes e jovens heterossexuais.

**Tabela 34:** Sobre se a/o estudante já passou por situações constrangedoras, em que alguém tocou sem permissão seu corpo ou mostrou ou enviou fotos íntimas sem sua permissão

	Frequência	Percentual
Sim, toques sem permissão	67	16,3
Sim, enviaram fotos íntimas sem permissão	30	7,3
Sim, ambas (toques e fotos sem permissão)	16	3,9
Prefere não responder	5	1,2
Não	292	71,2
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

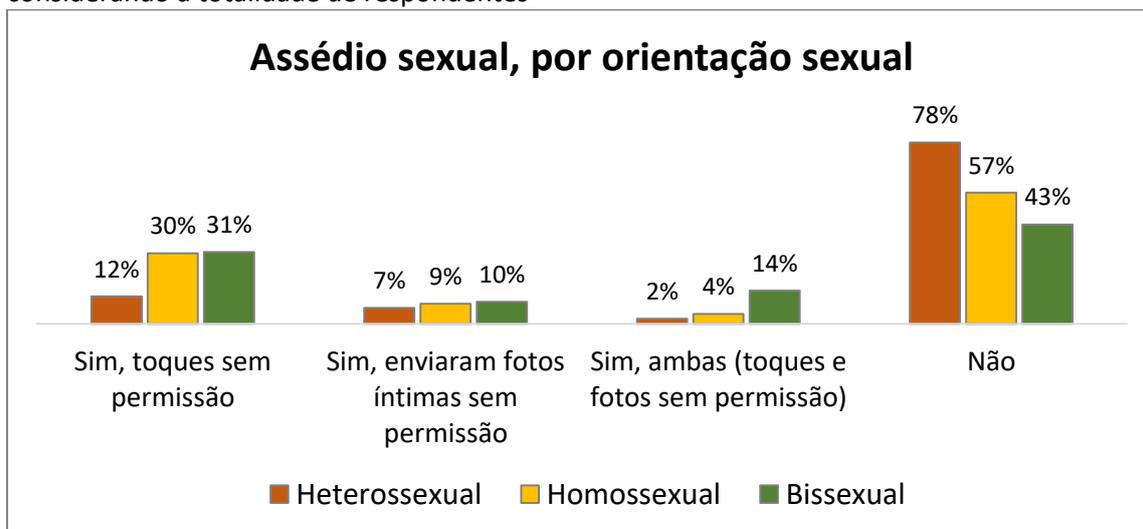
Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

**Gráfico 37:** Informação sobre vitimização por assédio sexual, por sexo, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

**Gráfico 38:** Informação sobre vitimização por assédio sexual, por orientação sexual, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Do conjunto de estudantes, 14% afirmaram que já sofreram tentativa de violência sexual, enquanto 3% relataram que já sofreram violência sexual. Esses percentuais representam 71 adolescentes/jovens da amostra de 410 estudantes entrevistados/as.

Dos/as 11 adolescentes/jovens que têm filhos/as, 02 sofreram ato de conotação sexual sem consentimento.

**Tabela 35:** A respeito de se alguém já tentou ou conseguiu realizar algum ato de conotação sexual sem o consentimento da/o estudante

	Frequência	Percentual
Sim, tentou	59	14,4
Sim, conseguiu	12	2,9
Prefere não responder	6	1,5
Não	333	81,2
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Destes/as 71, apenas 24 (34%) receberam ajuda na situação de violência sexual. Ao serem questionados/as se gostariam de receber ajuda, apenas 30% disseram que “sim”; 17% disseram que preferem pensar melhor e responder em outro momento ou preferem não responder e 54% que não gostariam de receber ajuda.

**Tabela 36:** Sobre se a/o estudante recebeu ajuda na situação de constrangimento sexual [apenas aqueles/as que informaram ter passado por esse tipo de violência]

	Frequência	Percentual
Sim	24	33,8
Não	46	64,8
Prefere não responder	1	1,4
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

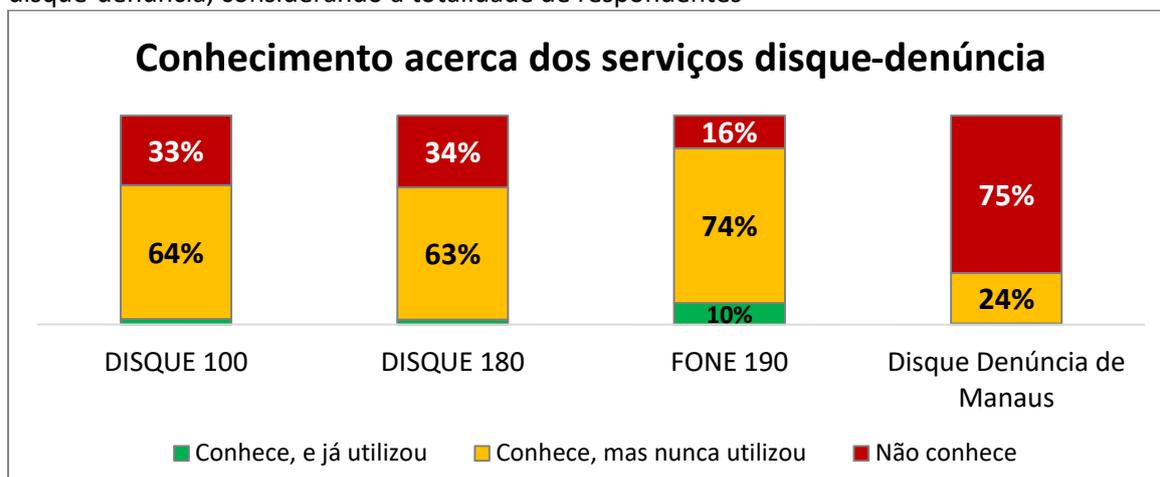
**Tabela 37:** A respeito de se a/o estudante gostaria de receber ajuda [apenas aqueles/as que informaram ter passado por ato de conotação sexual sem seu consentimento]

	Frequência	Percentual
Sim	21	29,6
Prefere pensar melhor e responder em outro momento	7	9,9
Prefere não responder	5	7,0
Não	38	53,5
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Uma parcela muito pequena dos/as estudantes já fez uso de serviços de disque-denúncia. O mais conhecido entre as pessoas entrevistadas é o Fone 190 (84% conhecem ou já utilizaram). Já o disque-denúncia de Manaus (08000 92 14 07) é desconhecido de três em cada quatro estudantes.

**Gráfico 39:** Informação sobre conhecimento e utilização por estudantes dos serviços tipo disque-denúncia, considerando a totalidade de respondentes



Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Houve orientação a todas as pessoas entrevistadas, adolescentes e jovens, que informaram aceitar receber ajuda, sobre como e onde a poderiam buscar. Algumas foram diretamente encaminhadas. Contudo, o grande desconhecimento sobre canais de busca de informações e ajuda é preocupante entre estudantes, ainda mais que as pessoas entrevistadas, enquanto estudantes, nas 20 escolas, tinham 12 anos de idade ou mais.

## PARTE 2

### MANAUS, UMA CIDADE COM MUITOS DESAFIOS

Apenas no século XXI, a população de Manaus cresceu 37,7%, variando de 1.405.835, em 2000, para 2.255.903 pessoas em 2021, com um acréscimo de 850.068 habitantes, concentrando 52,8% da população do Amazonas. A população de Manaus é quase 20 vezes superior à da segunda mais populosa cidade amazonense, Parintins, cuja população é estimada em 116.439 (IBGE, 2022).

**Tabela 38:** Evolução da população de Manaus e do Estado do Amazonas

	Manaus	Amazonas
Censo de 2000	1.405.835	2.812.557
Censo de 2010	1.802.014	3.483.985
Estimativa populacional em 2021	2.255.903	4.269.995

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Além de ser a sétima mais populosa entre as capitais brasileiras, Manaus é uma cidade rica, a sexta mais rica do Brasil (IBGE, 2022). Sua riqueza, contudo, como na maior parte do Brasil, não é distribuída. Segundo dados do Observatório das Metrôpoles, com informações de 20 regiões metropolitanas, a partir de comparação utilizando o coeficiente de Gini<sup>5</sup>, entre os anos de 2014 e 2021, observou-se, na grande maioria das regiões metropolitanas, a ocorrência de elevado aumento da desigualdade de renda no período de sete anos. Ao mesmo tempo em que: “Nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste, com exceção de Fortaleza e Natal, o percentual de pessoas em situação de pobreza superou um terço da população e chegou a ultrapassar 40% nas regiões metropolitanas de Grande São Luís e de Manaus” (SALATA, RIBEIRO, 2022).

Conforme informações do Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania (MC), a partir de dados oficiais repassados pela Prefeitura Municipal, acentuou-se não só a pobreza, mas também a extrema pobreza. Em junho de 2022, Manaus contava com 160.690 famílias vivendo em situação de extrema pobreza, correspondendo a 445.130 pessoas nessa situação, ou seja, 19,7% de sua população (MDS, 2022), praticamente uma em cada 5 pessoas vive em situação de miséria na capital do Amazonas.

Essa situação se agrava no interior do Estado do Amazonas, visto que, no mesmo documento do MC, a população em extrema pobreza, no mesmo período, perfazia 1.579.270 pessoas, ou seja, 37% das pessoas residentes no território. Ainda com base no mesmo documento, o Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos traz um

<sup>5</sup> O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo PNUD, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. (IPEA)

elemento a mais sobre o perfil das famílias mais vulneráveis: 14.550 destas estão identificadas como grupos populacionais específicos, sendo 8.250 (56,7%) de famílias coletoras de material reciclável e 556 (3,8%) de famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo na capital amazonense.

## - Uma abordagem qualitativa para compreender as condições de vida, no contexto pandêmico de Manaus

Cada pessoa e cada família vivenciam os processos sociais em que estão inseridas de maneira própria, singular. Viver numa mesma cidade, bairro ou rua, numa mesma época, não produz experiências necessariamente comuns. Nesse sentido, para buscar conhecer condições de vida de algumas famílias, crianças e adolescentes e as realidades em que estão inseridas, foram realizadas, na etapa qualitativa da pesquisa, entrevistas, por meio de visitas domiciliares e em locais de atendimento, assim como conduzidas conversas com pessoas na condição de trabalhadoras em cuidado, algumas das quais são autoridades públicas com responsabilidades diferenciadas no Sistema de Garantia de Direitos.

No que se refere a pessoas e famílias, muitas das entrevistas foram realizadas entre fevereiro e junho de 2022. Nas páginas seguintes, são trazidos relatos de mulheres e homens, responsáveis por suas famílias, parte das quais são atendidas diretamente pelo Núcleo SOS de Apoio à Famílias e/ou pelo Projeto Súper Panas (projetos desenvolvidos pela Aldeias Infantis SOS).

As entrevistas trazem elementos possivelmente comuns às realidades vividas por outras tantas famílias na capital amazonense, entre elas migrantes venezuelanas, inclusive indígenas da etnia Warao e indígenas brasileiras.

Trata-se de famílias que buscam sustento nas sinaleiras, moradoras de zona rural e alojadas na Rodoviária de Manaus. Trata-se de famílias indígenas, tratadas como intrusas na própria terra, embora a cidade conte com quase 50 povos com 36 diferentes línguas próprias.

Essas famílias e culturas compõem um mosaico potente de realidades que não dão conta do contexto mais geral do município, mas oferecem elementos para se conhecer melhor parte das características das famílias em maior situação de vulnerabilidade social. Muitas dessas famílias correm o risco de perda do cuidado parental de seus filhos e filhas, devido a condições de vida, decorrentes de situações socioeconômicas, em geral preexistentes, que foram - em grande parte - agravadas durante a pandemia.



Equipe de pesquisa, visitando uma família

## - Viver em Manaus durante a pandemia, alguns relatos

As condições de vida das pessoas e de suas famílias foram afetadas durante a pandemia de COVID-19 de diversas maneiras, que ainda precisam ser estudadas tanto para que suas consequências possam ser trabalhadas e políticas públicas e procedimentos pensados para outras crises similares quanto para que se possa agir agora, pois as sequelas estão latentes e são graves. Extrema pobreza é sinônimo de miséria e a miséria, por si só, já é uma violência social que acomete uma em cada cinco pessoas em Manaus.

A seguir alguns relatos captados durante o estudo diagnóstico. São pessoas, não números.



**Cirlene<sup>6</sup>** é mãe solo de 10 pessoas. Com 39 anos de idade, tem oito filhos morando com ela na Zona Norte de Manaus. Engravidou aos 14 anos e saiu da casa para tentar a vida sozinha.

Com 14 anos eu saí de casa. Fugi mesmo de casa, não porque eram pais ruins, não. Minha mãe era uma benção. Eu não podia tipo falar em: “vou ali rapidinho” ou “mãe, eu posso namorar?”. Não podia. A mais nova já de mim [sua uma irmã] podia e eu não podia. Isso aí tudo foi me revoltando, entendeu? A outra podia, por que eu não podia, sendo a mais velha? Aí tipo, vinha, me batia, fazia aquelas coisas. Tudo isso foi me entristecendo. Então eu saí de casa com 14 anos. [...] Hoje em dia, ela [sua mãe] me elogia, meus irmãos me elogiam: “tu és uma mãe excelente porque tu criaste 10 filhos”. Eu fiz coisa errada? Sim, para poder sustentar meus filhos. Porque os dois maridos que eu tive não foram homem o suficiente de dar um suporte que uma família precisa, porque eu acho na minha opinião o homem tem que trabalhar, a mulher também tem, que é para ajudar. Mas o homem é o cabeça da casa, né? E eles tinham que mostrar isso, e nenhum dos dois me mostraram isso, então eu optei em me separar, entendeu? Eu criei meus filhos, só eu e Deus, com ajuda de muitos que Deus me proporcionou, botou no meu caminho, entendeu? [...] Fazem oito anos que eu mudei minha vida, parei com as coisas erradas.

---

<sup>6</sup> **Nome fictício**, como todos os demais citados sem sobrenome, para preservar a identidade das pessoas que contribuíram com a pesquisa.

### Sobre família e filhos:

Tem gente que tem filhos com 38, 36, 39, depois que está com uma vida estabilizada, né? Que tem sua casa própria, seu emprego e seu marido. Nada nessa vida é planejado, mas quando a gente bota nas mãos do Senhor, eu creio que Deus lhe proporcione para que seja o melhor, entendeu? E um filho a gente jamais pode dizer que um filho não foi planejado, porque um filho é uma dádiva de Deus, então se Deus permitiu aquilo é porque ele sabe lá no futuro. [...] Mas eu era louca por uma menina, eu era doída por mais uma menina. Quando Deus me abençoou, engravidei dela e tive ela, eu disse que ia me operar, mas não consegui, aí foi quando eu engravidei deles [dos gêmeos] e fui presa de mandado de prisão porque estava violando a pulseira para fazer diária, que eu precisava trabalhar ou ir à feira fazer alguma coisa, entendeu? Precisava fazer alguma coisa e eles não me deixavam sair de casa, entendeu? Então eu violei, aí veio mandado de prisão. Dentro do presídio descobri que eu estava grávida de gêmeos, e aí tive mais essa oportunidade de sair, né? Mas agora não violo nada, tudo é dentro da Lei. Os gêmeos foi parto cesariana, então eu me operei [laqueadura]. [...] É difícil demais. Como mãe e como pai, né? Porque eu sou mãe e pai delas. Trabalhar é um sufoco, mas acordo todo dia e digo assim: “Oh Senhor, obrigado por mais esse dia. Que tu venhas me abençoar, me fortalecer para eu vencer mais esse dia”. Porque acordo de manhã cedo, levo os meninos para escola. Onze e trinta busco os meninos na escola, boto almoço no fogo, quando é meio-dia e meia levo mais três para escola e subo essa ladeira todinha para pegar o ônibus e ir trabalhar.

### O apoio familiar e o trabalho:

Uma vez eu liguei para elas [equipe do NAF SOS] pedindo. Tinha acabado o gás e eu não estava nem trabalhando. Na verdade, tinha começado a trabalhar, mas não tinha recebido, mas eu fiquei com vergonha. Depois ela foi e me explicou como era o projeto, entendeu? Mas às vezes eu faço não é nem por mim, é por elas [as crianças], porque criança não sabe, não entende, né? Quando não tem, a gente fala, mas eles não entendem. Eu recebi o Bolsa Família e já fui comprar material escolar, e a única coisa que não deu para comprar foi o fardamento porque dois pagamentos dão 160 [cento e sessenta reais] e a escola não dá fardamento, entendeu? Mas eu já encomendei, né? [...] A questão da pandemia foi difícil, porque antes eu trabalhava em quatro casas, eu fazia diárias, entendeu? Então, por dia eu tinha meu dinheiro. Cem reais todos os dias. Tipo, trabalhava 3, 4 dias na semana e tinha aquele dinheiro. Depois que veio a pandemia. Eles [seus patrões] não puderam mais me chamar, porque eles eram do grupo de risco, né? Idosos, né? E aí ninguém pôde mais me chamar, então foi quando veio essa oportunidade. Que eu conheço uma assistente social lá no CRAS do bairro da União. [...] aí foi quando eu comecei esse trabalho [atual].

#### Sobre a vida e o futuro:

Meu sonho mesmo. Deus sabe, que é ajeitar essa minha casa aqui para dar um conforto melhor para meus filhos. Às vezes a gente se entristece quando não tem nada, quando tá faltando alguma coisa aqui, mas Deus, ele é o Deus da Providência, então nós temos que ter fé nele, né? Eu confio somente nele. Meu pai faleceu faz oito meses. [...] A minha mãe, ela é meia carrasca, entendeu? E ela se afastou de todos os filhos, se afastou mesmo.

#### Sobre vida que segue, autoestima e sonhos:

Eu queria muito terminar meus estudos. Depois que eu comecei esse trabalho que eu vi como é que é o outro mundo, entendeu? Sair desse mundo que eu vivi. Vi outras oportunidades, entendeu? Das pessoas, tipo assim, te olhar e ver assim: nossa, Cirlene! Eu ganho muito elogio lá nesse meu trabalho e isso me bota para cima, entendeu? Eu fico muito feliz, e aí vem aquela força de vontade mesmo de querer fazer o que eu nunca tinha feito e nunca tinha pensado em fazer. Tipo, parei no sexto ano. Tentei realmente me matricular no final de janeiro, mas não consegui vaga, mas estou correndo atrás. E hoje penso assim: que eu quero estudar porque eu quero terminar meus estudos, porque eu quero cursar uma faculdade, arranjar um emprego. [...] Ah, meu sonho é de toda mãe e todo pai: terminar os estudos, cursar uma faculdade, né? Não tem coisa melhor do que a gente ver nossos filhos formados.

**Matilde** é mãe de 9 pessoas. Com 37 anos de idade, mora com um dos filhos. Com importante trajetória de rua, luta para reconstruir-se a cada dia.

24 horas por dia, antes eu cuidava de quatro [filhos]. Só eu e Deus. Aí eu entrei com problema de saúde, aí devido isso eles tiveram que afastar eles de mim. Tem até um papel ali, que ontem eu fui pra minha consulta com a médica e ela me encaminhou pro psiquiatra. Porque desde quando eles era pequenos, eu fui a única que fiquei com eles tudinho, aí vim de Manicoré pra cá. Passei um tempo morando na rua, com esse daqui e com mais dois que tá em Manicoré agora, devido a situação, que eu passei né, que eu tive crise, aí eles tiveram que afastar um pouco de mim. Aí aqui em Manaus só tem esse aqui e o bebezinho. Tenho um de um ano, mas sempre quem cuidou deles tudinho foi eu.

#### Outros filhos:

Meus dois meninos foram pra Manicoré ficar lá até terminar o meu tratamento. Que eu tô fazendo tratamento né, pra vê se eu posso realmente poder ficar com eles. Mas eu tô fazendo de tudo né, pra me melhorar, pra mudar a minha situação, por que eu quero meus filhos perto de mim, eu criei eles. Só eu e Deus, e aí eu me meti com esse rapaz aí [atual companheiro] e ele começou a cuidar também dos meus filhos comigo, né? Que ele não é pai dos três, só é pai do bebezinho. Aí até hoje eu fico um pouco deprimida assim de ter meus filhos longe né, e não poder tá eles perto de mim. Mas quando eu pego um dinheiro por mês, eu mando as coisas, mando as roupas pra eles. Mas eu, por mim, queria meus filhos tudo era comigo. Esses tempos que eu tava no começo de crise. Eu pensava mais neles né, porque quando eu cheguei a ficar internada, meus filhos tavam abandonados, na casa de um, na cada de outro [com lágrimas] e eu não tenho parente pra acolher os meus filhos. De poder contar é mesmo que eu não ter família, porque a minha infância toda foi na rua. Eu fui moradora

***“a minha infância toda foi na rua. Eu fui moradora de rua. Me criei em abrigo, mas eu não culpo a minha mãe. Eu não culpo ela pela vida que eu passei, por que cada um tem seus motivos, mas eu não quero dar pros meus filhos o que eu passei.”***

de rua. Me criei em abrigo, mas eu não culpo a minha mãe. Eu não culpo ela pela vida que eu passei, por que cada um tem seus motivos, mas eu não quero dar pros meus filhos o que eu passei. [...] Mãe é mãe. Nós quando se torna mãe, nós sabe o que é difícil, o que uma mãe passa pra saber educar o filho. Aí num ponto que eu tava mesmo desacolhida, que eu não podia contar com mais ninguém, eu não tinha mais em quem recorrer, às vezes eu pensava em largar tudo e voltar pra vida que eu vivia. Tem vezes que passa na minha cabeça, voltar pro mundo das drogas. Aí depois não, vem meus filhos na minha cabeça, pra me tentar mudar a minha vida por eles. Por que não é fácil, a pessoa largar uma vida de droga, mas eu superei a droga. Eu tentei, tô conseguindo até hoje me manter longe dela, mas tudo o que hoje eu tenho, a primeira pessoa que eu agradeço é Deus, todos os dias, pela vida boa que ele tá me dando.

Dando conta da própria vida:

Eu já cheguei a quase querer me matar esses tempo agora que eu tive crise, mas aí não. Eu vi que a vida é bela, a vida é maravilhosa. Então a gente tem que seguir em frente, por que na bíblia diz: quem tira a vida, não tem vitória, não tem nada e nunca vai ter o perdão de Deus, aí eu fico lembrando disso. Aí a minha vida tá melhorando, tô fazendo meu tratamento, tô indo direitinho. Eu não tinha uma responsabilidade de tá levando os meninos pras aulas. Eu fico feliz dele poder entrar numa sala, e como eu falo pra ele: meu filho você tem que estudar pra ser alguém, por que a gente sem estudo, não é nada. Mas a minha vida toda, eu nunca vou abandonar os meus filhos. Eu falo até pro meu marido, nunca vou abandonar meus filhos, nem pelo melhor homem do mundo. Meus [filhos] vêm em primeiro lugar, e hoje tudo o que eu passei e tudo o que eu tô passando, eu creio que um

dia meus filhos vai tá tudo unido comigo de novo. Porque é chato né, a gente tá doente e não poder contar com a família, porque eu tenho família aqui em Manaus, mas eu não posso ligar pra ela. Mãe, fica com os meus filhos. Meus filhos chegaram a correr risco de ser entregue pro abrigo, porque eu não tava numa condição de ficar com eles. Às vezes eu tento botar a minha cabeça no lugar, porque antigamente eu andava meio desorientada. Às vezes eu mesma me coloco no meu lugar de assim, eu quero dar uma moral pro meu filho, mas primeiro eu tenho que me reparar, pra ver no que eu tô errando, pra ver o que eu tô fazendo pra ele não querer me obedecer. Mas na minha vida eu faço assim, um dia eu faço uma coisa, aí depois eu olho que tá errado, outro dia eu acerto, e vejo que tá certo, mas eu vou levando.

Filhos como promessa de dias melhores:

***“eu queria ser uma assistente social, porque como eu me vi numa situação na rua, eu queria poder ter uma capacidade pra ajudar muitos moradores de rua, por que as vezes os moradores de rua é muito criticado, mas muitos não sabem o que se passou na família, pra julgar tem muito, mas pra ajudar tem pouco.”***

[...] eles que fizeram eu enxergar [em lágrimas]. Sem eles eu não sou nada, eu por mim, eu daria tudo pelos meus filhos. Eu tenho um de um ano, que às vezes eu choro por causa dele, por que ele não pode tá aqui comigo. Aí, de vez em quando, a gente vai pra mãe dele [do esposo], a irmã dele que tá cuidando do meu filho, mas ai me dói o coração, que o menino tá crescendo e já se pegando com ela. Daqui a pouco ele não vai mais me querer me chamar de mãe, não vai querer chamar mais ele de pai, mas todo dia nós tá presente perto dele. Ele vem pra cá, mas não é mais a mesma coisa, porque sempre eu aprendi: quem fez filho tem que cuidar. [...] Como eu fui moradora de rua, eu era mais nova e fui engravidando, peguei um filho atrás do outro, aí teve um tempo que eu perdi dois gêmeos, que faleceram em 2019. Aí eu engravidei do último, por conta da minha crise eu tava tendo um aborto e uma gravidez ao mesmo tempo, um se criou e o outro não. Aí comecei a ter várias crises, como eu tive agora, em janeiro. Toda a minha gravidez, que eu tenho filho, eu fico assim, eu ficava tendo crise, uma atrás da outra. Agora que eu tive duas vezes internada né, eu melhorei mais um pouco, mas antigamente eu não queria nem saber de tomar remédio, nem nada. Aí eu comecei a fazer o meu tratamento, e agora não, eu já durmo mais direito, já tenho mais calma.

Na Aldeias Infantis SOS achou uma família:

Não é uma vida ótima, que eu queria, mas é uma vida honesta. É uma vida que tudo isso que eu tenho na minha casa, foi construído com sonho meu, e eu creio nele, que daqui pra frente eu vou ser uma pessoa melhor. E agradeço também ao projeto, porque quando eu tava desacolhida, eu não conhecia a Aldeias. Eu conheci a Aldeia através do *Face*. Até hoje eu me lembro. Eu tava sem nada em casa, meu marido tava e tá até hoje desempregado. Nós não tinha nada o que comer e eu puxei no *Face* e entrei

no grupo, e eu agradeço muito também pelas pessoas de lá me acolher. Porque tem vezes que eu não sou fácil, tem vezes que eles já bateram muito a cabeça comigo. [...] Vieram na minha casa, fizeram a visita, e até hoje tão comigo, eu sendo teimosa ou não, tão comigo [com risadas]. Mas eu não tenho o que reclamar da Aldeia não, lá eu achei uma família né, porque quando eu tô precisando de alguma coisa, elas não mede esforço e me ajudam.

#### Sonho de poder envelhecer para ver os filhos bem:

Antigamente quando eu tava estudando, eu queria ser uma assistente social, porque como eu me vi numa situação na rua, eu queria poder ter uma capacidade pra ajudar muitos moradores de rua, porque às vezes os moradores de rua é muito criticado, mas muitos não sabem o que se passou na família, pra julgar tem muito, mas pra ajudar tem pouco. Eu nesse ponto não queria ser médica, eu não queria ser nada, eu queria ser apenas uma pessoa pra poder ajudar aquelas pessoas que tão passando por aquilo, porque eu sei que no mundo de droga, no mundo de rua, no mundo de prostituição, no mundo de abandono, que tem muita família abandonada, a família inteira se acaba, devido não ter uma ajuda, não ter aonde recorrer. Até hoje eu penso né, eu tenho medo de morrer e deixar e meus filhos assim, sem eles não tá grande. Não ter alguma coisa e ter a sua própria família. Eu peço pra Deus todo dia, que eu só queria sair do mundo, se Deus permitisse eu ficar até velha, pra eu ver meus filhos tudo organizado, tudo com a sua própria família, por que eu quero o melhor pra eles. Eu queria que eles tivessem um futuro, eu converso com eles, pra eles terem um futuro melhor do que o meu.

**Bentina** é mãe de 2 pessoas. Com 41 anos de idade, indígena da etnia Irawas, mora em Zona Rural ribeirinha de Manaus. Trabalhadora em educação, exercer o ofício de serviços gerais em uma escola.

Minha família foi fundadora da Comunidade. Eles chegaram em 62 aqui. 41 anos. Sempre morei aqui. [Tenho] duas meninas. Uma é de menor e outra é de maior. A de maior tem 20 anos e [outra] que tem 8 anos. Uma trabalha e a outra estuda. Ela trabalha em Manaus. Vai cinco e meia. Quem tá aqui no porto consegue atravessar, senão só nas das seis e meia. Ela trabalha no supermercado, no caixa. Ela terminou [a escola]. Ela tá fazendo radiologia.

#### Orgulho desbravador:

Essa comunidade foi fundada em 87 se não me engano. É porque era de madeira, aí foi passando. Aí é uma longa história... Os fundadores, a gente que, meus tios, meu pai que correu atrás tá. E nós pegamos. Aí meu pai chegou em 62 com a minha mãe. Não tinha nada, eles trabalhavam para o dono da terra [...]. Minha família pediu um pedaço de terra para construir uma moradia para eles. É... Ele pegou e falou que ia ver se ia dá para ceder ou não. Aí passou um tempo, aí chegaram, conversaram com eles de novo. Aí falaram: “vamos ceder a terra para vocês”. Aí o meu pai, ele, meu tio que (o meu tio foi o primeiro presidente) que ele que acompanhou tudo, sabe? Aí eles trouxeram eles aqui, aí mediram aí o tamanho espaço, aí da terra, até onde pode mexer. Aí falaram que iam construir uma comunidade. [...] Aí o meu tio moraram um tempo, ainda aqui era só casa de palha, né? Nesses tempo, né? Que não existia... eles iam para Marina do Davi, para Manaus que ele morava naquela cidade flutuante, chegaram na cidade flutuante ainda minha família. Aí da cidade flutuante que vieram para cá. Aí não tinha esse tempo motor para atravessar, eles iam de canoa daqui. Aí. Pois é, aí como foi indo, aí o meu tio com meu pai. A nossa família resolveu construir a comunidade. Aí começaram a medir os terreno tudo, 20 por 40 se eu não me engano, os terreno nas medidas. Aí começou a chegar os povoados, né? Aí a gente começamos, aí minha família começaram a dar, aí os segundos, já, terceira vez que já começaram a vender, né? Aí, formou essa comunidade hoje em dia. E o meu tio foi o primeiro presidente, correu atrás de escola, de quadra, delegacia, tudo foi ele.



Foto antiga da Escola em que trabalha (arquivo pessoal).

#### Tradição comunitária e escolar:

Comunidade Nossa Senhora de Fátima. Era. Aqui era Comunidade São José porque até a Igreja ali é São José. Aí criaram outra comunidade com o mesmo nome, aí deixaram São José lá. Aí tudo que meu tio conseguia que era pra cá. Aí o presidente de lá, puxava pra lá, entendeu? E tivemos que mudar, colocamos o nome Nossa Senhora de Fátima, aí começou a vim as coisas pra cá. Aí foi assim... Todo mundo cresceu aqui. Minha mãe trabalhou é, oito anos, quando era da antiga e ela chegou até no primeiro pavilhão, que depois, da antiga, era só um.

## Educação:

Assim, se tivesse assim, tipo uma escola tempo integral, entendeu? Ia melhorar muito, assim, na vida das crianças aqui, né? Até dos pais, de quem trabalha. Olha, a minha eu coloco lá para a Comunidade do Abelha para estudar lá porque lá é tempo integral, entendeu? Tempo integral para poder eu ficar trabalhando, né? Meu esposo trabalha e não tem com quem elas fique. Aí de lá eu coloco no tempo integral. Comunidade do Abelha? É só atravessar na lancha aqui, pertinho. [Tempo integral] só lá. Já vem tudo junto, os professores, [de lancha] pega as crianças e vão. Eu quero que elas terminem os estudos tudinho, entendeu? Fazer faculdade, como uma tá fazendo já. Aí isso aí, o estudo é a melhor coisa, né? Na vida da criança, né? Uma coisa boa. Ah, eu já falo pra minhas filhas: “olhas vocês tão vendo o espelho, eu sou espelho na vida de vocês, eu não quero que você passa por aquilo que já passei, né? Vocês têm que estudar”. E eu sempre apoio ela nos estudo, faço possível. [...] Ah, tava pensando em fazer pedagogia.

**“eu já falo pra minhas filhas: “olhas vocês tão vendo o espelho, eu sou espelho na vida de vocês, eu não quero que você passa por aquilo que já passei, né. Vocês têm que estudar”.”**

Pedagogia, é, é... Eu trabalho com os painéis, os painéis das escolas... Da escola aqui tudo é eu que faço, todos os painéis, entendeu? É, eu trabalho... artesanatos, tudo é eu trabalho. Aí eu tenho uma aldeia indígena também, que fica nos fundos do nosso sítio que eu doei.

Aldeia indígena:

Sim. É a Irawasu. A aldeia indígena fica por trás da casa da minha mãe, que a minha mãe mora lá, na Comunidade do Abelha, só que é mais separado... aí chegou os parentes um tempo, não tinham onde morar, né? Aí a gente pegamo, doamo lá a metade da nossa terra lá para eles. Aí eles moram lá, fizeram os canto dele lá. Aí tá lá... Aí tem a Aldeia Irawasu e tem a Aldeia Acural. Eu doei um pedaço de duas terras porque tem duas etnias, né? Mas só que dentro de uma tem várias... Lá eles não tem uma escolinha ainda. Lá o pessoal tão correndo para pôr uma escolinha para assim, sair dos costumes, entendeu? Mas tem umas indígena que estuda aqui e... e lá no Abelha também. Enquanto não tem escola, eles estão estudando. Nós estamos fazendo um projeto para a gente fazer uma escolinha indígena, que eu queria fazer tipo aqui, aqui na minha casa que tem.”

## Cuidado comunitário na pandemia:

Logo no início que morreu bastante gente, que todo mundo se isolou, entendeu? E não, graças a Deus que não chegou afetar aqui assim. Assim, morreu gente, mas, assim, que morava lá em Manaus. Tipo que vinha passear, que chegou, mas não chegou a vir passar para cá, aí todo mundo se cuidou bem mesmo. Os pessoal também, né? Os pessoal que vinham de lá, que vinham da lancha... Aí nesse tempo aí que morreu bastante gente,

graças a Deus que aqui foi tranquilo. Aí quando foi nessa... agora dessa segunda onda já que deu, já pro finalzinho das vacinas que tomaram já que, veio aparecer, já deu já em alguns, mas fraco devido a vacina. [...] Alimentação? A gente vinha comprar aqui mesmo, assim, negócio de alimento mesmo. Esse negócio a gente comprava aqui no comércio, mas todo mundo com cuidado, entendeu? A gente não deixava as crianças sair, só mesmo um adulto, entendeu? Aí se cuidar direitinho, chegar e já trocar de sapato, nada de sandália, deixava tudo de fora... deixava tudo do lado de fora. O pessoal tiveram bastante cuidado, assim. [As crianças] ajudaram bastante. Os pais tiveram nesse ponto, bastante cuidado, sabe? Assim, sabe a gente não via, ficava tudo calmo, sabe? À noite tudo tranquilo, ninguém saía, e também não tinha uma pessoa para abrir a quadra para brincarem, né? Porque o movimento da comunidade é assim, na rua à noite... porque tem muita criança que é solta a noite, entendeu? Aí vai vender droga, aí vai usar droga, entendeu? Aí o que que eu faço? Faço: pego as crianças e faço os jogos com ela na quadra, fico ocupando elas. A gente tem, tem 2 dias só. Na quarta e sexta, na comunidade, entendeu? A gente tem todo o cuidado, assim mesmo.

***“Eu fui praticamente sempre é, responsável, desde criança no caso, desde a idade de doze anos eu comecei a trabalhar pra ajudar meu pai e minha mãe. Quando nós chegamos pra cá isso aqui tudo era mato.”***

O acesso à vacina:

Olha, eles foram de casa em casa. Uns vinham tomar aqui no posto. Mais idosos eles, logo no começo eles foram nas casas. Tem, um posto bem aqui. Assim, para aquelas pessoas que têm problemas, assim, de emergência é difícil. Como já aconteceu de negligência, de casos. Como já aconteceu, duas pessoas já faleceram ali no flutuante, por negligência de barco, SAMU. São demora, entendeu? [...] Aí só que tem aquela demora, né? Sai lá da balsa, atravessa o rio. Tinha um senhor que morava ali, aí ele chegou a falecer.

**Otílio** é pai de 2 pessoas. Com 42 anos de idade, mora em Zona Rural ribeirinha de Manaus. Trabalhador em educação, exercer o ofício de serviços gerais em uma escola.

Eu morava aqui e trabalhava lá [região urbana de Manaus]. Só que quando eu fui para lá, passei mais de 12 anos morando para lá. Só quem morava aqui era meu pai, mas eu sempre vinha pra cá, quando davam as folgas eu sempre vinha pra cá. Hoje eu moro só aqui mesmo. [Com] Minha família, minha esposa, minhas filhas. Tem uma filha de 6 anos. Eu tenho outra de 17. Uma de manhã e a outra de noite, que ela já vai terminar o ensino

médio. Último ano, mas ela estudava no Castelo, só que teve um tempo que eu adoeci e não teve como bancar a passagem dela para ela ir lá em Manaus. Aí ela disse não pai, me puxa de volta para cá e eu trabalhava aqui. Graças a Deus tem o médio. [...] Eu terminei os estudo graças a Deus. Penso de fazer minha faculdade de gastronomia, né? Eu amo cozinhar. A cozinha pra mim é minha vida. Desde sempre.

#### Família numerosa:

[Somos em] Nove. Oito homens e uma mulher. Aliás, um que a gente tem hoje, ele é homossexual, mas a vida dele não interfere em nada. Cada um vive a vida do jeito que quer. Trabalha. Ele tem o salãozinho dele. Cara, minha vida assim, é uma vida de muitas turbulência. Assim porque meu pai, minha mãe, meus irmãos, a gente tinha um irmão que caiu no mundo das drogas, mas, graças a Deus voltamos a ajudar ele a sair. Mas, graças a Deus, agora tá num patamá unido, né? Minha vida. Eu fui praticamente sempre é, responsável, desde criança no caso, desde a idade de doze anos eu comecei a trabalhar pra ajudar meu pai e minha mãe. Quando nós chegamos pra cá isso aqui tudo era mato. Não era povoado como é agora. Quando eu cheguei aqui em 90 isso aqui era tudo mato. Antes a gente dormia tudo cedo. Era combustível, então quando dava dezenove horas já desligavam tudo. Não tinha [energia elétrica] e quando acabava a gente tinha que fazer colaboração pra arrecadar dinheiro pra comprar diesel.

#### Acesso à saúde pública:

É difícil assim: às vezes tem médico e às vezes não tem. E uma coisa que a gente não tem é ambulância. Às vezes a gente adoece e tem que ligar pra lá e demora uma hora ou uma hora e meia pra chegar aqui e você tendo uma ambulância aqui no porto não, você coloca o paciente e dentro e vai embora. O posto chegou sexta-feira eles já vão embora. [...] Cara, vou te falar a verdade. Eu penso assim em trabalhar em Manaus, não assim de morar pra lá entendeu? Eu posso ir e voltar no fim do dia. Assim. Final de semana eu trabalho com comida em casa, né? Eu queria me formar primeiro pra montar meu restaurante. É. Mas aqui também. Aqui dá pra montar também.

#### A vida na pandemia COVID-19:

Cara, foi difícil pra gente, ainda mais assim porque. Tava, começo logo. Eu estava desempregado e estava adoentado também. Passei quase 11 meses de cadeira de rodas. Tive um problema nas pernas e fiquei sem os movimentos. Nervo travado. O nervo ficava travando e parou nisso aqui. Aí foi muito complicado pra mim assim que sempre trabalhei com salgado e essas coisas assim. [...] Elas ficaram estudando *onli*, né? Tá tendo [internet] agora, porque tão botando aquela que é por debaixo da água. Porque agora né vem por baixo da água com os cabos. Mas agora ficou

melhor pra gente, porque as pessoas podem botar nas suas casas. Fica até bom pras minhas filhas que às vezes têm dificuldade. Aí elas vão lá pesquisar. [A pequena] Ela é quieta, mas e muito ativa. Muito ativa, digo assim peralta. Ela quer saber de tudo e ela é uma menina muito destacada. Quando ela me vê fazendo alguma coisa ela vem e bota pra me ajudar. E ela é assim. [A mais velha] Fica só em casa. Ela fica só estudando. Às vezes ela não gosta de sair de casa, mas é bom. Porque tem aquelas meninas lá de 12 anos que é assim pra frente que sai de noite. Acontece demais né? As meninazinha e os meninozinho assim uma hora da manhã na rua. Olha [na COVID] teve muitas dificuldades na minha família, as pessoas ficaram mais restritas pra sair de casa. Eu peguei COVID, mas nem senti nada. Nada, nada, mas a diretora teve que me suspender. Pego eu, pegou minha esposa, eu e minha esposa, nós pegamo. É não foi fácil. Já todo mundo vacinado, até a pequeninha já tomou já. Tomou a primeira dose e já tô esperando a segunda. [...] Olha no começo, logo assim, a gente passava muita necessidade assim, mas fome fome, fome, ninguém passou. Graças a Deus teve muita gente que ajudava a gente aqui, né?

## - Aldeias Infantis SOS e a solidariedade à comunidade venezuelana

Desde 2015, o Brasil passou a ser o destino de importante parcela da população de nosso país vizinho, a Venezuela, em fuga da crise política, econômica e social lá existente. Em 2018, a situação se agravou, com migrantes chegando aos milhares, em sua maioria a pé em Boa Vista (Roraima). Desde então, nosso país é o quinto destino mais procurado por venezuelanos. Entre janeiro de 2017 e março de 2022, o Brasil recebeu 325.763 venezuelanos que permaneceram aqui, sendo que o país que mais acolhe é a Colômbia, com 1.842.390 refugiados venezuelanos.

Diante dessa situação e também por pressão de organizações humanitárias nacionais e estrangeiras, o governo federal implementou uma força-tarefa humanitária, a Operação Acolhida, no intuito de organizar o fluxo migratório no país. O trabalho consiste em atender migrantes em Pacaraima, na fronteira, regularizar a documentação, abrigá-los/as e redistribuí-los/as, por meio de um processo de interiorização, para desfazer a concentração em Roraima e no Norte, oportunizando a outros estados do país o seu acolhimento. Aldeias Infantis SOS integra essa ação desde 2018, a partir de iniciativas, muito diálogo e com financiamento da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), já tendo apoiado - entre julho de 2018 e julho de 2022 - 1.032 famílias, correspondendo a 3.569 pessoas, das quais 1.765 crianças e adolescentes, por meio do Projeto Brasil Sem Fronteiras, desenvolvido em vários estados.

Estima-se que mais de 40 mil pessoas oriundas da Venezuela hoje vivam no Amazonas, não existindo um número exato de quantas residem em Manaus. Nesse sentido, a ACNUR e a OIM (Organização Internacional para as Migrações) solicitaram ao governo federal que pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas sejam incluídas no Censo Demográfico 2022. Essa ação já está acontecendo por conta de um Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições. Para a coleta de dados sobre a população venezuelana, a OIM dará suporte na tradução para o espanhol do questionário e dos materiais de divulgação, na mobilização e divulgação da pesquisa junto aos venezuelanos que vivem dentro (cerca de 7 mil pessoas) e fora dos abrigos federais em Boa Vista e também em Manaus, onde informações sobre as ocupações espontâneas estão sendo levantadas, inclusive para garantir uma abordagem culturalmente qualificada aos indígenas venezuelanos da etnia Warao.

Entretanto, este levantamento-diagnóstico traz alguns relatos de pessoas e organizações que já apresentam um pouco das condições de vida, do trabalho, dos projetos e sonhos da comunidade venezuelana em maior situação de vulnerabilidade social em Manaus. Foi ouvido, por exemplo, o relato de quatro pessoas entrevistadas na Rodoviária de Manaus que socializaram situações de vida de um longo período de privações, exposição a violências e infraestrutura de recepção precária.

Atualmente muitas famílias estão acampadas, residindo ou utilizando o espaço da Rodoviária como ponto de apoio para alimentação e/ou



Foto: Divulgação/Unicef

higiene pessoal. Para apoiá-las, atenuar seu sofrimento e promover oportunidades, parte delas são atendidas pelo projeto Súper Panas das Aldeias Infantis SOS, realizado em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O projeto, que até abril de 2022 foi realizado também em Belém (PA), oferece informações sobre regularização de documentos, recreação para as crianças, alimentação e encaminhamentos diversos, para possibilidades de trabalho e para novos abrigos provisórios.

Entre janeiro de 2020 e julho de 2022, apenas em Manaus, o Projeto Súper Panas já atendeu a 6.212 famílias, correspondendo a um total de 20.694 pessoas, das quais 9.216 são crianças e adolescentes, beneficiadas com atividades de educação não formal e proteção, oferecidas pelas equipes do projeto, somando mais de 45 mil atendimentos realizados no período.

Nas entrevistas, três mulheres-mães e um homem-pai nos trazem um pouco da realidade das condições de vida em que vivem, comuns a tantos outros milhares de famílias Brasil a fora. Elas nos falaram de suas trajetórias difíceis, do desespero de viver na precariedade, de suas buscas por sobrevivência, de seus desejos e sonhos. Em algumas falas, houve muita emoção

com as lembranças das dificuldades, assim como da própria situação de vida atual. O que essas pessoas desejam, no momento, para realização de seus sonhos, é emprego, regularização de diplomas e casa própria para ter uma melhor qualidade de vida e/ou voltar para a Venezuela. Almejam oportunidades.

**Esparta** é pai de cinco pessoas. Com 38 anos de idade, indígena Warao, mora na zona Centro-Norte, na área para imigrantes existentes junto a Rodoviária de Manaus. Trabalhador em educação, desempregado.

38 anos, casado. Pai de cinco filhos. Vivo no Brasil desde 2017. Cheguei em Manaus aonde vivo com minha esposa desde 2019. Sou indígena Warao, da Comunidade Araguabisi. [Tenho filhos], 2 anos, 4 anos, 7 anos, 9 anos e 11 anos [essa] que está na Venezuela com minha mãe. Sou professor. Trabalhava na Venezuela na escola Virgem de Guadalupe. Eu não tinha nenhum plano para vir ao Brasil. Eu tinha trabalho, tinha carreira de gestor na escola e o que eu amava que era a Escola Virgem de Guadalupe.

Mas a minha esposa como já tinha familiares aqui em Manaus decidiu vim. Então quando ela veio para cá eu acompanhei minha esposa. Eu também não estava recebendo mais dinheiro para trabalhar como gestor escolar, nem como professor. Por isso eu não tinha mais condições de ficar e foi difícil.

#### Trajetória:

Olha. Bem, devo dizer que não foi não foi fácil a caminhada que eu fiz de Pacaraima, Boa Vista, e de Boa vista a Manaus, mas quando eu cheguei em Boa Vista eu consegui um trabalho na área da educação, como colaborador no Abrigo Pintolândia. Aí eu trabalhei por oito meses antes de vir para Manaus. Quando eu cheguei em Manaus nós fomos direto para o Abrigo Alfredo Nascimento, onde ali moravam 700 famílias venezuelanas. Ela [esposa] trabalha meio expediente na SEMASC como bolsista. Quando hoje nós estamos morando. Nós moramos de aluguel aqui próximo, a coordenadora deste abrigo convidou a minha esposa para trabalhar. Então ela fez um processo, fez um contrato e aí ela está trabalhando meio expediente. Então de manhã meus filhos vão para escola e à tarde ficam com ela.

#### Sobre o futuro:

***“Devo dizer que não está sendo fácil os meses para os venezuelanos aqui. Vocês podem ver na rua, buscando o que fazer, para ter o que comer, para pagar aluguel, e eu acompanhado a minha esposa, pois é muito perigoso.”***

No ano de 2020, no mês de fevereiro, o meu amigo psicólogo que trabalhava aqui na rodoviária me convidou para conhecer a Aldeias. Devo dizer que não está sendo fácil os meses para os venezuelanos aqui. Vocês podem ver na rua, buscando o que fazer, para ter o que comer, para pagar aluguel, e eu acompanhado a minha esposa, pois é muito perigoso. Mas sempre agradecemos a Deus. Então quero agradecer a Deus e ao companheiro pelo privilégio de conhecer a Aldeias e, neste momento, estou um pouco melhor. Gostaria de pedir de vocês: me ajudem a revalidar meu diploma. O meu sonho é seguir trabalhando, ajudando as crianças. As crianças indígenas necessitam de ajuda. Quero trabalhar sempre na educação. Tenho o sonho de criar uma escola indígena para que toda criança indígena possa estudar e seus pais também possam estudar e se capacitar. E que, no futuro, os meus filhos sejam profissionais melhores do eu sou!

**Carla** é mãe de duas pessoas. Com 37 anos de idade, viúva, imigrante venezuelana, mora na zona Centro-Norte, e trabalha na área para imigrantes existentes junto à Rodoviária de Manaus.

Meu nome é Carla, tenho 37 anos. Sou mãe, e viúva, de duas crianças. Dois meninos, um está aqui em Manaus, e o outro, de 7 anos, ficou na Venezuela com minha irmã. Estou há 4 meses trabalhando como colaboradora do refeitório da rodoviária. Consegui esse trabalho com ajuda de um sargento. O meu filho que mora comigo. Devido a comida daqui da rodoviária ser requentada, pegou uma infecção que ocasionou vômito, febre e muitas dores na barriga. Eu também senti um pouco febril, senti dores e foi diagnosticada né com a doença, com o vírus, mas fiz direitinho o tratamento adequado que o médico me recomendou. Ficou só um pouco difícil a questão da alimentação. Nesse período também conheci a Aldeias, através de uma vizinha também venezuelana que já era atendida pelas Aldeias. Que a Aldeias realiza um trabalho com as famílias, então recebi a visita de uma técnica. [...] O sargento, vendo essa condição dele, fez uma proposta de trabalhar no refeitório. Ele falou com algum responsável da Prefeitura que conseguiu esse trabalho. Ele fez isso para que eu pudesse sair da rodoviária e conseguir pagar um canto. Então foi feito um contrato para que eu trabalhasse fazendo a limpeza no refeitório, começando às 8 horas da manhã e terminando as 14 horas. Eu recebo 700 reais. Pago o aluguel e ainda consigo enviar 200 para o meu filho que está na Venezuela.

## Viver e trabalhar na rodoviária na pandemia:

Para mim a maior dificuldade é a falta de higiene, né. Meu filho, quando queria ir no banheiro, tinha muita dificuldade pela sujeira e o fedor forte. Então geralmente eu tinha que fazer massagem na barriga para que ele pudesse fazer sua necessidade. Muito complicado para dormir, pois tem muitas baratas e tinha medo que entrasse no ouvido do meu filho. Meu filho dormia em cima de mim, porque dizia que poderia ser levado por alguém. Então eu estava sempre atenta. Dormíamos em um colchonete no chão e também eu tinha medo que pisassem em cima dele, pois as pessoas aqui ao chegarem da rua elas não tinha muita educação e nem ligava muito para quem estava no chão. Ah! Eu mudaria as condições de higiene, alimentação

***“a maior dificuldade é a falta de higiene, né. Meu filho, quando queria ir no banheiro, tinha muita dificuldade pela sujeira e o fedor forte. Então geralmente eu tinha que fazer massagem na barriga para que ele pudesse fazer sua necessidade. Muito complicado para dormir, pois tem muitas baratas e tinha medo que entrasse no ouvido do meu filho. Meu filho dormia em cima de mim, porque dizia que poderia ser levado por alguém.”***

e o local aonde nós dormimos. O atendimento à saúde, porque quando alguma criança que tá com febre alta, tendo convulsão, nós não tem médico aqui para atender as crianças. E, muitas das vezes, quando nós procuramos o atendimento médico, nós não somos bem atendidos e geralmente a gente volta para cá para a rodoviária sem atendimento para os nossos filhos. Então seria interessante se aqui na rodoviária tivesse alguém que pudesse estar para nos auxiliar nessa condição.

### Planos e sonhos para a vida:

Eu não pretendo voltar para a Venezuela. Eu estou esperando em Deus que me dê uma estabilidade no emprego. Meu contrato termina agora em abril, então estou aguardando, mas estou confiante que irei continuar meu trabalho ali no refeitório. Meu desejo é uma casa, porque eu tive que vender minha casa e tudo que eu tinha e eu não sei não sei quando Deus vai me levar e quero que meus filhos tenham uma casa para viver quando eu não estiver mais aqui. Eu quero que eles vivam segurança. [...] Bem, o meu sonho é trabalhar. Eu sou licenciada em educação, eu era professora na Venezuela, mas agora o que eu quero mesmo nesse momento é ter uma casa,

ter minhas coisas, meus filhos aqui comigo e dá o melhor para eles esse é meu maior sonho.

**Maísa** é mãe de duas pessoas. Com 27 anos de idade, indígena Warao, moradora de rua na zona Centro-Norte, utiliza a Rodoviária de Manaus como ponto de apoio.

Relato traduzido da entrevista:

***“Às vezes, têm pessoas que param aqui o carro e dão alimentos para gente, doação, e a gente adquire esse alimento com o dinheiro que nós pedimos na rua, nos sinais eu e a minha sogra.”***

Maísa veio para Manaus para encontrar a sua sogra, que já vivia aqui no Brasil, em Manaus, morando na rodoviária há mais de três anos. A família hoje vive em condição de rua. Ela não tem permissão para ficar na rodoviária. Segundo ela, todos os indígenas foram transferidos para um abrigo no Tarumã Açú, por causa do conflito entre os venezuelanos indígenas e os não indígenas. E as notícias que ela tinha do abrigo é de que lá é muito violento. Ninguém respeita, muita bebida. Então ela não quis arriscar levar os filhos para aquele local. Junto com a sogra, o esposo, fizeram a opção de ficar na rua que, segundo ela, tem perigo, mas eles estão juntos se protegendo, se cuidando. No abrigo do Tarumã ela não se sente segura para levar a filha para viver ali, pois as notícias não são boas, segundo sua cunhada. Relata que não recebe nenhum auxílio e que ninguém nunca falou para ela sobre esses auxílios. Se ela tem direito, não sabe o que é aluguel social e ela gostaria sim de poder receber um dia. [...] Diz que banho tomam aqui mesmo na rodoviária, pois tem banheiros e eles permitem o uso para fazer a limpeza [higiene pessoal]. E, em relação a comida, também pegam marmitas na rodoviária. “Às vezes, têm pessoas que param aqui o carro e dão alimentos para gente, doação, e a gente adquire esse alimento com o dinheiro que nós pedimos na rua, nos sinais eu e a minha sogra”.

Em meio às dificuldades, esperança:

O que ela quer muito, muito agora, é um local para poder viver bem e em segurança. Em relação ao futuro dos filhos, ela gostaria que seus filhos pudessem estudar, mas ela sabe que, na situação em que ela se encontra hoje, nessa condição de rua, os filhos não têm possibilidade nenhuma de ir para a escola. Segundo ela, a sua filha de 11 anos é uma menina muito inteligente, e o educador do Projeto Súper Panas (Aldeias Infantis SOS - UNICEF) [que fez a tradução] concorda com ela e diz que essa criança realmente precisa frequentar a escola pois ela é muito inteligente, tem potencial.

**Berenice** é mãe de quatro pessoas. Com 43 anos de idade, separada e desempregada, mora na zona Centro-Norte, na área para imigrantes existentes junto à Rodoviária de Manaus.

Relato traduzido da entrevista:

Berenice é mãe de quatro meninas. Estão com ela uma de 9 e outra de 4 anos de idade. Ela já veio para o Brasil separada de seu esposo. Na Venezuela ficaram dois filhos, de 20 e 28 anos e seus netinhos. Relata que no dia 22 de dezembro de 2021 veio e foi para casa de uma amiga. Que essa amiga a abrigou em sua casa por um período curto, mas ainda em dezembro pediu que ela saísse da casa e procurasse outro lugar para viver. Como não tinha para onde ir, não estava trabalhando, a única opção foi vir

*Quando ela se mudou para cá, alguém de algum outro projeto falou para ela deste espaço. Apresentou o Projeto Súper Panas. Então ela se interessou e começou a trazer as filhas para participarem das atividades e ela se sente muito segura aí, e respeitada.*

para a rodoviária. Diz que não tem o que reclamar do tratamento das pessoas para com ela e com suas filhas, pois ela tem recebido muito carinho, muita atenção. Não tem passado fome e sempre tem o que vestir. Porém que, mesmo com todo o carinho, com o cuidado [com lágrimas nos olhos a voz embargada] ela quer voltar para a Venezuela, para sua casa, para seus filhos, para sua mãe, para sua realidade. Ela diz que cada pessoa tem que estar onde se sente bem e onde se sente feliz e ela só se sente feliz na sua terra, na sua casa, no seu espaço. Ela tem sentido muito porque, desde que está aqui, ela não tem tido condições de se comunicar com seus filhos, com seus parentes, na Venezuela. E isso a deixa muito triste e a faz sofrer. Por isso ela tenta, de todas as formas, chegar, voltar, conseguir uma carona para Venezuela, para sua cidade.

Confiança no projeto Súper Panas:

Ela conheceu o espaço das Aldeias, o trabalho do Projeto Súper Panas na rodoviária, quando veio morar aqui. Quando ela se mudou para cá, alguém de algum outro projeto falou para ela deste espaço. Apresentou o Projeto Súper Panas. Então ela se interessou e começou a trazer as filhas para participarem das atividades e ela se sente muito segura aí, e respeitada. O seu plano, seu sonho, quando veio para o Brasil, era trabalhar por um ano e meio e depois regressar ao seu país, mas não pode trabalhar. Tem medo de sair para trabalhar e deixar suas filhas aqui na rodoviária, pois é muito perigoso. Não tem segurança, segundo ela. Por isso ela não trabalha. Elas nos relatou um problema de saúde e que a situação vivida na rodoviária de extrema violência/perigo, falta de respeito, falta de higiene, que a faz ter muitas dores de cabeça, dores na coluna, e, às vezes, ela tem vontade de vomitar e, com isso, ela fica muito estressada. Com problema de pressão alta. Suas filhas, às vezes, quando a veem desse jeito com dores, estressada,

elas choram muito. Pedem para mãe se acalmar, não ficar assim e pedem para voltar para casa. [...] Houve um período em que eu lavava as roupas de uns rapazes e recebia, às vezes, trinta ou sessenta reais, mas hoje não faço mais isso. Então para passar o tempo me ocupo em manter sempre limpo o lugar onde durmo com minhas filhas. No refeitório, fazemos o café da manhã, almoço e jantar. Só não tem lanche, e o lanche, muitas vezes, nós recebemos doações de pessoas que vêm no carro e fazem a distribuição. Às vezes bolacha, pão de sanduíche, cachorro-quente ou mesmo uma sopa.

Mesmo com seus problemas, a Venezuela é seu lar:

***Sua vinda para o Brasil não foi por necessidade, mas sim porque queria conhecer e viver um período aqui para trabalhar e depois regressar a sua família com muitos presentes.***

Conta que quer regressar ao seu país, pois lá, no seu sítio, ela não passa necessidade. Ela tem plantação de feijão, milho, melão, banana, mandioca e macaxeira. Ela planta também frutas e tem um rio onde ela pesca. Portanto, não há necessidade ali. Ela não passa fome. Ela vive bem, vive em segurança, tem uma boa saúde, vive uma vida sadia. Sua vinda para o Brasil não foi por necessidade, mas sim porque queria conhecer e viver um período aqui para trabalhar e depois regressar a sua família com muitos presentes. [Com lágrimas nos olhos] Eu agradeço as pessoas aqui no Brasil, aqui de Manaus, por tudo que fazem por mim. Pelo carinho, pela atenção, mas eu quero voltar para minha terra. Eu quero voltar para o meu lugar, para os meus filhos. Estou com muita saudade dos meus filhos e dos meus netinhos.

## - Sinalleiras, estratégia de sobrevivência ou infração penal?

Mendigar é uma ação humana muito antiga. É uma expressão também de indignidade, um sinal de falta de oportunidades atuais ou que vêm desde a infância, de carências. Não se trata de um problema de caráter. Portanto, antes de se clamar pelo enquadramento de um pai, de uma mãe ou de outra pessoa por uma criança ou adolescente responsável, na punibilidade prevista no Artigo 247 do Código Penal, deve-se buscar cumprir o primado constitucional do Artigo 227 da Constituição:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF, 1988)

A dignidade da criança, do adolescente e do jovem não é obrigação somente de seu grupo familiar, de seus pais e mães. Também é da sociedade e do Estado. E, como parte da sociedade, Aldeias Infantis SOS realiza em Manaus, em diversas outras cidades brasileiras e em 137 países do mundo, ações de promoção da família.



Foto: Agência Brasil

Com essa clareza de que não se trata de criminalizar pessoas ou grupos sociais, a busca por pessoas e famílias que têm nas sinaleiras de Manaus a forma principal ou auxiliar de sustento visou entender melhor as situações para pensar nossas ações, assim como apoiar a ação de outras organizações e do Estado. As entrevistas ocorreram em junho de 2022.

Uma das famílias entrevistadas era de imigrantes venezuelanos, que permanece nas sinaleiras devido à dificuldade de absorção da mão de obra venezuelana no mercado de trabalho manauara. A outra família era brasileira que mora de aluguel no bairro Colônia Santo Antônio. Em ambos os casos, trata-se de pessoas desempregadas.

**Henrique** é pai de seis pessoas. Com idade em torno de 40 anos, migrante venezuelano desempregado, é morador da zona Norte em residência alugada.

Pago 500 reais [pelo aluguel] e luz pago e água não. Tiro aí assim para eu manter a minha família, me entende? Para eu não morrer. Isso não é coisa que eu queria. Não tenho um trabalho, entende? Não penso assim por aí não, dar muita coisa. Não entendo o português, aí eu penso que eu não entendo se eu entendesse melhor mesmo, muita coisa pelo que eu passei não passaria. Porque o brasileiro é mais amigo. Para não ter nenhum

problema com nada e eu sei e aí me crio tranquilo. Controlo para mim não ter problema com nenhum. Vou pedir para comprar comida para minha casa, para pagar aluguel. Na rua de lá ainda não é fácil. Eu precisaria ter trabalho para me manter com a família e não precisar vir para a rua. Eu não consigo um trabalho. Eu quero aí, minha família quer, uma casa. Eu sou consciente de se eu conseguir um trabalho sustento a minha família. Se eu trabalho, vou conseguir o que quer na casa e aí eu vou falar

***“Eu precisaria ter trabalho para me manter com a família e não precisar vir para a rua. Eu não consigo um trabalho. Eu quero aí, minha família quer, uma casa. Eu sou consciente de se eu conseguir um trabalho sustento a minha família.”***

português. O meu nome é Henrique. Saio assim. Ir para rua é porque eu estou precisando de ajuda para comprar alimento, para pagar a luz e o aluguel. Eu tenho uns seis filhos é. Uma de 13, uma de 11, uma de 10 e essa aqui tem 04, a pequena, que está lá tem 02 anos e agora uma de mês; amanhã ela completa um mês.

Acesso à escola e oportunidades:

Meus filhos não estão na escola. Não recebo ajuda do governo. Para nós é duro. Estava em outra casa aí. Dona estava alugando, foi duro para pagar a luz, o alimento e aí né, trazer a mulher. Eu trouxe [quando chegou em Manaus] um pouquinho de dinheiro e assim se perdeu, como outros ali, e um pouquinho dinheiro né, eu comprei alimento para minha família e aí fiquei um mês em casa. Graças a Deus não pegou o coronavírus. O que eu penso [hoje] é que eu consiga um trabalho pra ficar tudo bem.

**Lhaís** é mãe de seis pessoas. Com 32 anos de idade, veio de Parintins para Manaus. Desempregada, mora com o pai das crianças, na Zona Norte, em residência alugada.

Meu nome é Lhaís, tenho 32 anos, sou de Parintins, Amazonas, e tenho seis filhos, moro na zona Norte e eu estou aqui hoje. Tenho o [...] de 04 meses, o [...] de 02, a de 05, a [...] de 09, a [...] de 07 e a de 12 a [...]. Todos na escola. Eu venho para o sinal e peço ajuda das pessoas. Difícil normal. Assim, já é difícil. Na pandemia era pior, porque as pessoas não abriam as portas, tinham medo de chegar uma próxima da outra. E aí era muito difícil mesmo. Aí teve também aquela parte que era seis horas [da tarde] já não estava mais nada aberto. Aí era pior, foi horrível. Sim, porque não tinha. Às vezes, quando eu conseguia dinheiro já era o quê?, umas cinco e trinta. Quando chegava, o supermercado já estava fechado. Aí como eu ia comprar? Tudo era fechado. Pra mim não foi bom a época da pandemia não. Algumas pessoas falaram que foi bom, que receberam mil e duzentos

***“Eu sei que o que eu faço é errado, por causa que o meu filho entendeu? Estou na sinaleira, estou no sol, às vezes na chuva, às vezes no sereno, às vezes a gente vai procurar ajuda dos governos. Assim, não tem cesta básica, não tem como eles te ajudar com o emprego. Não tem nada.”***

***“antigamente, para falar a verdade, quando passava o sinal e aparecia alguém que nem vocês, eu saía correndo pensando que já ia pegar meu filho. Mas por eu ir tantas e tantas vezes lá atrás de ajuda, atrás de recurso, eu não saio mas correndo, eu não saio porque meus filhos estão estudando eu já procurei ajuda deles e até agora nada entendeu? E eu estou aqui ainda. É difícil é. Sim, é muito difícil!”***

reais do governo, mas eu não consegui nenhum desses benefícios ainda. As pessoas já vieram comigo, já tentaram me ajudar. Já fui várias e várias vezes no CRAS, no CREAS, na Assistência Social. Já fui em todo mundo. A única coisa que eles falam é que eles vão me ajudar, me arrumar emprego, creche para as crianças, entendeu? Mas, até agora, nada. Ontem mesmo, eu fui lá no CRAS. Eu fui lá. Às vezes, eu não tenho nem o dinheiro da passagem. Pego, vou lá, conversam comigo, mas só conversa? Eu sei que o que eu faço é errado, por causa que o meu filho, entendeu? Estou na sinaleira, estou no sol, às vezes na chuva, às vezes no sereno, às vezes a gente vai procurar ajuda dos governos. Assim, não tem cesta básica, não tem como eles te ajudar com o emprego. Não tem nada. Tu vai lá pensando que vão te ajudar com alguma coisa pelo menos, com uma cesta básica, mas, enfim, tu sai sem nada de lá. Aí, hoje em dia, estou aqui. Estou aqui, tanto é que antigamente, para falar a verdade, quando passava o sinal e aparecia alguém que nem vocês, eu saía correndo pensando que já ia pegar meu filho. Mas por eu ir tantas e tantas vezes lá atrás de ajuda, atrás de recurso, eu não saio mais correndo, eu não saio porque meus filhos estão estudando eu já procurei ajuda deles e até agora nada entendeu?

E eu estou aqui ainda. É difícil, é. Sim, é muito difícil! Hoje eu chego aqui umas oito horas. Deixo meus filhos em casa, entendeu, às vezes sem nada. Chego aqui e vou sair umas seis horas da tarde para conseguir cinquenta reais, um rancho ou alguma coisa assim, pra levar pra casa, entendeu? É, isso é bem difícil.

A percepção do Sistema de Garantia de Direitos e a proteção familiar:

No momento é meu esposo que leva as crianças para a escola. Faz o que tem pra comer, entendeu? Aí fica lá, a gente mora alugado. A gente veio de Parintins vai fazer um ano. Tem um ano que estou por aqui. Eu não fui pro sinal por livre espontânea vontade, mas sim por falta de oportunidade, entendeu? Tanto é que as pessoas chegam aqui e perguntam o que você está fazendo com essa criança aqui? Eu digo: “Senhor, primeiro boa tarde, ou bom dia, ou boa noite, mas eu estou aqui, eu estou porque eu preciso. Mas se o senhor quiser me arrumar um emprego, quiser me arrumar uma faxina, lavar sua roupa, qualquer coisa eu estou aqui. Meu nome é Lhais”. Entendeu? Eu não estou aqui porque eu quero. Não é legal tá aqui, com uma criança no sol quente. É chato, mas é a única oportunidade que eu estou tendo agora. É do bom coração das pessoas, e de algumas pessoas. Porque tem gente que te trata mal, te xinga. Faz horrores. É horrível, entendeu? Mas, no momento né, Deus abençoa. Eu peço de Deus todo dia para mim

abençoar e tirar essas pessoas más do meu caminho. Infelizmente é isso. Eu já fui ao Conselho Tutelar da Zona Norte, já fui ao daqui, da Cachoeirinha. Uma vez me deram um pacote de fralda aqui, entendeu? Aí, nisso, eles passaram a semana todinha me aperreando, que me falaram que tinham me dado fraldas. Aí, sim, ele usa fralda e os outros? E os outros comem o quê? Eles já me aperrearam bastante aqui, já bateram fotos, fizeram eu correr, entendeu? Mas, enfim, eu não tenho ajuda deles. Eu já fui atrás deles. Eu explico: “Entenda, eu já fui lá, eu já fui nos órgãos que vocês mandaram eu ir, e nada resolveram e não me deram nenhuma cesta básica”. Como a mulher explicou: “olha, não está tendo cesta básica”. Poxa, mas eu já vim com a esperança de pelo menos eu voltar para casa

**“Eu já fui ao Conselho Tutelar da Zona Norte, já fui ao daqui, da Cachoeirinha. Uma vez me deram um pacote de fralda aqui entendeu? Aí, nisso, eles passaram a semana todinha me aperreando, que me falaram que tinham me dado fraldas. Aí, sim, ele usa fralda e os outros? E os outros comem o quê? Eles já me aperrearam bastante aqui, já bateram fotos, fizeram eu correr entendeu?”**

com uma cesta básica, mas não tinha! Na escola dos meus filhos, fui eu que corri atrás de tudo. Eu estava sem a documentação deles. Eu corri pra lá, eu corri pra li, e acabou que eu consegui. Eu mesma, porque eu não tive ajuda deles, não. Até pra ir pra qualquer lugar tem que gastar dinheiro com passagem. Por enquanto, meu marido está desempregado, mas quando ele não estava, que juntava o meu e o dele, pra nós conseguir pagar aluguel (quatrocentos reais e ainda para a energia), pra nós conseguir manter a casa dava.

**Ainda assim, persistência e esperança:**

Eu estou com encaminhamento para voltar segunda-feira no CRAS, na colônia Santo Antônio. Ela me falou que tem um projeto que é meio período, entendeu? É tipo meio período. É oitocentos reais por mês. É tipo cinco horas ou quatro horas de serviço prestado para a prefeitura, para o governo. Eu só sei que você recebe oitocentos. Aí eu falei para ela né, que o meu sonho é sair daqui. Eu sou auxiliar de cozinha, eu também sei fazer limpeza, entendeu? E eu também sou auxiliar de serviços gerais. Meu sonho é sair daqui, mas no momento eu não tenho oportunidade, entendeu? Aí ela falou que ia conseguir para mim, eu acho que segunda-feira, se Deus quiser, eu vou ter uma notícia boa. Meu sonho mesmo é assim de verdade, no momento assim, é primeiramente né, eu não tenho uma casa. Eu quero uma casa para morar com meus filhos com dignidade. Não pagar mais aluguel e arrumar um emprego, tanto eu como meu marido. Nosso sonho é esse nesse momento.

## - Algumas vozes adolescentes e jovens

No que se refere a adolescentes e jovens, o diagnóstico foi realizado principalmente por meio de questionários aplicados em escolas. Todavia se buscou conversar também com adolescentes e jovens atendidos em uma organização social e com internos em uma unidade socioeducativa de privação de liberdade.

Essa definição teve a ver com os limites da pesquisa, especialmente de tempo e tamanho da equipe, e pelo fato de a Rede Acolher e de alguns outros órgãos e organizações trazerem informações acerca de crianças, adolescentes e jovens.

Foram ouvidos presencialmente 14 adolescentes e jovens entre 13 e 18 anos de idade, 12 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, em atividade de grupo realizada na organização social O Pequeno Nazareno, e dois adolescentes de 17 anos, no Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitosa, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC).

### **Relato da atividade na organização O Pequeno Nazareno**

A atividade na organização O Pequeno Nazareno foi realizada no dia 30 de maio de 2022, a partir de dinâmica com os 14 adolescentes e jovens que estavam presentes no dia e aceitaram participar usada para favorecer uma conversa descontraída, um bate-papo. Num primeiro momento, a turma foi dividida por codinomes e foram distribuídos balões e chocolates. Na sequência, imagens foram mostradas com o objetivo de servir de disparadores para a interação, propondo que cada um dissesse o que pensava ou lembrava quando as visse. As imagens eram relacionadas ao período de COVID-19 e o Projeto Aula em Casa que ocorreu no Estado do Amazonas.

As pessoas participantes relataram majoritariamente medo em relação à COVID-19, sendo que um adolescente com mais perdas familiares (que nem todos tiveram) apresentou um relato bastante intenso. Quanto ao ensino, disseram que foi muito complicado assistir às aulas em casa, pois a maioria teve que fazer outras atividades domésticas ou ficavam distraídas e acabavam ficando sem tempo. Algumas pessoas também apontaram a falta de acesso à *internet* ou *internet* instável como um problema para o acompanhamento das aulas, embora não tenha sido um problema geral.

Na segunda parte da dinâmica, foi abordado o tema “políticas públicas e sociais”, verificando-se que grande parte das pessoas, adolescentes e jovens, não conhecem seus direitos nem têm acesso a eles. Do mesmo modo, não conhecem serviços e órgãos que lhes poderiam ser úteis. Contaram como o acesso à saúde na comunidade é precário e que quase não existe

**“Quando eu olhava as notícias, eu ficava com muito medo, assim de pegar também. Aí minha mãe falava uma coisa. Pra eu não sair de casa e eu ficava em casa. Me trouxe uma angústia assim, ansiedade, porque falavam muita coisa assim, na televisão, que era muito contagioso. Aí eu ficava com medo.”**

atendimento ou equipamentos adequados para atender a demanda. Também relatam acerca da falta de segurança nos locais da comunidade em que moram ou circulam, como no bairro, escola, rua, ônibus, escola, postos de saúde etc. Inclusive algumas pessoas disseram que não se sentem seguras em suas próprias casas, nas quais já passaram por algum tipo de violência física ou psicológica e não denunciaram por medo.

À exceção de um adolescente, todas as demais pessoas participantes, adolescentes e jovens, estavam em escola diurna, seis frequentando o 9º ano do ensino fundamental, quatro o ensino médio regular, e três o 8º ano do ensino fundamental. Uma adolescente relatou estar trabalhando como jovem aprendiz.

Pandemia:

**UM<sup>7</sup>:** Imagem lembra a falta de oxigênio por causa da pandemia do coronavírus. Aí faltou, nos hospitais que estava faltando muito oxigênio e precisava. Quando eu olhava as notícias, eu ficava com muito medo, assim de pegar também. Aí minha mãe falava uma coisa. Pra eu não sair de casa e eu ficava em casa. Me trouxe uma angústia assim, ansiedade, porque falavam muita coisa assim, na televisão, que era muito contagioso. Aí eu ficava com medo.

**QUATRO:** Normal, “eu saía para jogar bola”.

**SEIS:** Foi difícil para mim. Muitas coisas, muita dificuldade.

**SETE:** Foi bastante chato, não podia sair de casa.

**TRÊS:** Essa imagem, olha, que eu olho aqui. Foi das piores desgraças que aconteceu na minha vida. Porque na minha família morreu cinco pessoas. Minhas duas vó, minha tia e dois irmãos, que eu não sabia que eu tinha.

**“na minha família morreu 5 pessoas. Minhas duas vó, minha tia e dois irmãos, que eu não sabia que eu tinha. Então, para mim, isso foi a pior desgraça que aconteceu. Porque a minha vó era que nem a minha mãe, que me cuidava”**

Então, para mim, isso foi a pior desgraça que aconteceu. Porque a minha vó era que nem a minha mãe, que me cuidava e a minha outra avó era uma que aparecia de vez em quando. Então, quando eu olho para essa [imagem] aqui eu acho que tinha como a Saúde ter dado um jeito, mas a Saúde não quis dar um jeito. Ela esperou chegar a COVID em Manaus primeiro para depois eles darem um jeito nisso aqui. Tanto que depois eu fiquei em coma por um dia, depois que eu ingeri drogas. Usava droga de outro e comecei a beber muito depois. Então isso aqui me dá é muita raiva e tristeza. Eu abandonei a escola.

Estudar na pandemia:

<sup>7</sup> Optou-se por identificar por número cada participante, entre aqueles/as que responderam individualmente questões propostas.

**DOIS:** Imagem dos alunos estudando, através da Aula em Casa<sup>8</sup>. Rapaz, no meu caso, eu não gostei não, até porque eu estava em casa, né? Tipo, eu não saía para canto nenhum, não podia ir para escola ver as pessoas que eu conhecia. Tipo, eu não achava legal isso, e os ensinamentos também eu não acho legal não, porque eu aprendo mais é, tipo na sala de aula, não em casa. Porque assim, não dá pra se concentrar com o estudo, porque tem muito barulho por perto. [...] As aulas que os professores davam, tipo, como eu falei, eu não aprendia tanto assim porque eu não estava na escola. É, estava meio que em casa, eu não consigo aprender. Aí eu não consigo aprender muito, consigo aprender mais na sala de aula. Mas os equipamentos tipo na TV, celulares e *internet* eu tinha em casa, tinha como estudar.

**TRÊS:** A imagem que eu vejo aqui é de quando as aulas voltaram, em fevereiro eu acho. Quando eu tinha passado apenas duas semanas, quando as aulas tinham voltado no Manuel e foi quando as aulas pararam de vez. Foi quando só veio voltar agora em maio as aulas. Com máscara e o distanciamento.

**CINCO:** Essa imagem mostra os alunos na Aula em Casa. Para mim foi bastante dificultoso, porque eu não tinha concentração, porque eu tinha de fazer outras coisas em casa e preguiça também. Eu tive *internet* sim, não teve problema com isso, não pra mim. Pelo celular e pela televisão. Quando era pelo celular era que mandavam tarefa pelo grupo da escola. [...] Bom a tecnologia, as aulas não davam, tipo, o que nós estávamos aprendendo no momento era tipo outra coisa. Aí também isso me dificultava bastante, ficava sem interesse.

**UM:** A aula, quando voltou em agosto do ano passado, foi muito difícil porque era dividida em A e B. As pessoas até G ou J ficavam pra de baixo, para depois, daí ficavam no B. A minha ficava no B, era de terça a quinta e as aulas eram de segunda a sexta, né? Com todos os dias e a gente já não aprende direito, quando é todos os dias, imagine quando é distribuído os dias assim. Parou foi em março de 2020 e voltou em agosto de 2021 e aí foi até dezembro, e aí voltou esse ano em fevereiro, e ainda ia voltar dia 6, só que voltou dia 14.

#### Sistema de Garantia de Direitos e Rede:

---

**TRÊS:** O CONSELHO TUTELAR é tipo uma polícia só que para crianças, depois adolescentes, e cuidam de crianças que foram assediadas. É, esturpadas, violentadas. CREAS, CRAS não conheço. Então [a mãe] ela falou que ela ia no CRAS e eu fiquei me perguntando o que era.

**SETE:** Ela [mãe] foi lá no CRAS arrumar o bolsa família lá.

**SEIS:** A escola é boa, ela tem o ensinamento, bem, é educativo. Só tem alguns problemas. Esses dias, esses anos para trás, estavam passando alguns alunos sem saber de muita coisa. É, sem saber de muitas coisas, tipo tinha uns que estavam no nono ano já e não sabiam as quatro operações,

---

<sup>8</sup> Programa desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação do Amazonas, a partir de 18 de fevereiro de 2021, dividido em cinco blocos de conteúdos: Educação Infantil (a partir dos 4 anos); Ensino Fundamental 1 (Anos Iniciais); Ensino Fundamental 2 (Anos Finais); Ensino Médio; Educação de Jovens e Adultos (EJA). Fonte: <http://www.educacao.am.gov.br/aula-em-casa/>

**“A escola é boa, ela tem o ensinamento, bem é, educativo. Só tem alguns problemas. Esses dias, esses anos para trás, estavam passando alguns alunos sem saber de muita coisa. É, sem saber de muitas coisas, tipo tinha uns que estavam no nono ano já e não sabia as 4 operações, tipo, sinceramente, eu sou um. Estou meio que me esforçando bastante para mim aprender isso.”**

tipo, sinceramente, eu sou um. Estou meio que me esforçando bastante para mim aprender isso.

**CINCO:** É, falar sobre a ESCOLA da Colônia, se ela é bastante boa, tipo na educação. Só que os exercícios são, bem, tipo incapacitados para pessoas, né? Trabalho bem fácil pra uma pessoa do nono ano. Não tenho nem vontade de aprender, porque é a coisa básica, não passa uma coisa avançada para nós. Isso é uma educação bem baixa na minha opinião.

**SETE:** Aqui está mais ou menos a escola. Tem, acho, que tem umas quatro ou cinco escolas. Precisa melhorar os alunos, que eles são muito mal-educados. Acho que os professores são bons.

**QUATRO:** TJAM, TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Amazonas. Bom, pelo que entendi do Tribunal de Justiça, o seu objetivo principal, da corregedoria, é alcançar maior efetividade da prestação judicial, atuando na base da legalidade, impessoalidade dos direitos no poder. É, eu acho que é orientar e corrigir procedimentos no poder do alto escalão.

**CINCO:** A SAÚDE aqui da colônia, tipo dos postos, sinceramente, está em decadência, porque não é boa. Tipo, por exemplo, no caso do rapaz que morreu aqui, ele poderia ter sido salvo lá no SPA [Serviço de Pronto Atendimento], que é o posto daqui, mais próximo, só que mandaram ir para outro hospital, porque não tinha os equipamentos adequados para fazer o pronto socorro dele naquele momento, e tipo, a saúde pública em si, ela não presta.

**OITO:** Placa: Diga não a todo tipo de violência contra crianças e adolescentes, não se cale.

A partir da apresentação da imagem com os dizeres “Diga não a todo tipo de violência contra crianças e adolescentes, não se cale”, perguntou-se ao grupo quais são as violências. Houve as seguintes respostas: assédio sexual, estupro de vulnerável, exploração sexual, suicídio, homicídio, assédio, mutilação, violência psicológica, depressão e ansiedade. Já com a imagem “bullying”<sup>9</sup>, três participantes responderam:

**OITO:** Me chamaram de preto aqui. Foi quando estava no sexto ano.

**CINCO:** Já. Tem quem me chama de preto aqui.

**UM:** A partir do sexto ano até o oitavo, depois do oitavo eu tive que matar todo meu medo.

Sendo indagados onde ou para quem poderiam denunciar ou buscar auxílio, mencionaram três possibilidades: Conselho Tutelar, Delegacia da Criança e pais. Na sequência, perguntadas se dentro de casa existe violência, todas as pessoas participantes responderam

<sup>9</sup> Aqui *bullying* aparece no lugar de racismo. Situação que demanda atuação técnica, na perspectiva de que só se pode propor ações a partir do reconhecimento das violências. Quando a expressão “*bullying*” substitui racismo, misoginia, intolerância religiosa e outras violências já denominadas, pode impossibilitar intervenções pedagógicas mais adequadas, bem como eventualmente reparação ou responsabilização.

que sim, mencionando as seguintes violências existentes no âmbito da casa: agressão física, agressão psicológica, agressão sexual e agressão verbal.

À pergunta se crianças e adolescentes conseguem denunciar tais violências, a resposta uníssona foi não, e, indagada a razão, foi respondido que era por medo de apanhar mais.

Apesar da totalidade de participantes já ter ouvido falar do Disque 100, ninguém ainda o utilizou. Em contraposição, ninguém havia ouvido falar em CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e SGD (Sistema de Garantia de Direitos).

Quanto à violência e sensação de segurança, a turma referiu que as violências acontecem em toda parte e que não se sentem em segurança na rua, na comunidade (“não, porque já teve casos de tiroteio”), na escola, no posto de saúde, dentro do transporte urbano (“não, piorou”). Só em relação à igreja (sem perguntar qual a crença) foi dito que sim, que seria um lugar seguro, ao mesmo tempo que não, que não seria.

Perguntadas se realmente consideram violência psicológica uma violência, a resposta afirmativa foi unânime. Durante a pandemia, para os/as adolescentes e jovens participantes, as principais violências foram a agressão física, verbal e psicológica.

Quanto ao Conselho Tutelar, algumas poucas pessoas participantes disseram já ter utilizado e muitas que não, e o mesmo foi dito sobre se alguém da família já fez uso/acionou.

Sobre o uso do celular como meio de propagação de violências foi respondido que é utilizado “para fazer *bullying*”, xingamento e pornografia. À pergunta se existem casos de violência sexual na comunidade responderam que sim e que conheciam ao menos uma situação. Quanto a onde ocorreria com mais frequência tal violência, responderam que em casa e na escola.

## Relato das entrevistas no Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitosa

As entrevistas no Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitosa foram realizadas no dia 07 de junho de 2022. O Centro se localiza no bairro Alvorada, na cidade de



Foto: Escola dentro do Centro

Manaus. Foram entrevistados individualmente dois adolescentes, ambos de 17 anos de idade, e a Coordenadora Técnica do Centro Socioeducativo, a assistente social Cidia Oliveira dos Santos.

### Adolescente A:

É bom aqui, eu faço coisas que eu não fazia. Aqui eu estou estudando, fazendo curso. Eu passei um tempo sem estudar, aí ano passado eu cheguei a estudar pela metade do ano ainda.

Na sua casa residem?

Cinco. Meu pai, minha mãe, dois sobrinhos, eu e o meu irmão. Meu pai, minha mãe e meu irmão trabalham. Ajudo a cuidar dos pequenos, né, porque eles saem e só fica eu lá na casa.

Convívio com jovens fora do Centro?

- Lá era outra coisa. Lá era, lá não tinha que andar muito assim de bobeira não. Porque a gente vivia em guerra.

Escola significa?

- Para mim não significa. É só estudar, mas também estudar para aprender e mudar. É tipo uma mudança de vida, não? É onde se forma, termina o ensino médio e vai para a faculdade, procurar algo melhor. Queria só mudar de vida. Esquecer aquelas amizades, arrumar um trabalho honesto, terminar o estudo. Dá um orgulho para minha família.

Antes do Centro?

Só ia para a boca mesmo, meu trabalho era a boca. [...] Tenho filho. Não tem nem um mês ainda, nasceu sexta-feira.

**Adolescente B:**

---

Vivia com a minha mãe e dois irmãos. A minha mãe é separada do meu pai, ele mora no Pará e a mãe, que mora aqui Manaus comigo, ela vem toda sexta-feira.

Pandemia:

Meu irmão que não podia brincar na pandemia, porque tem asma, ficava agoniado. Só ficava trancado. A mãe é doméstica. Ela ficou desempregada, mas ela tem um brechó. Ela não ficava muito com medo de pegar não. Ela ia, vendia din-din, pirulito, essas coisas assim. Também não tinha medo, eu andava na rua e não tinha medo.

Escola:

Estudo. Eu estou fazendo o oitavo ano no EJA. Aí eu não tenho muito o que dizer. Aprender, modo de se expressar com as pessoas. Eu gosto de matemática e português. Eu ajudo a minha mãe mesmo, o que ela pede para fazer, alguma coisa em casa, eu faço, porque ela tem um problema de saúde. Quando ela quer sair para venda, eu acompanho ela. [Bullying] Sofri e eu fiz muito também.

Viver internado:

Um pouco difícil. A maior dificuldade é o respeito, todo mundo fica tirando sarro da cara do outro. [Oportunidade de:] Pensar na minha vida. Lá fora não tinha tempo, eu só na rua, vendendo drogas. Aqui a pessoa fica mais tranquila, pensa na vida, o que o cara quer fazer. [Dificuldade:] Estar atrás da grade e, algumas vezes, a falta de respeito do socioeducador. Tipo querer humilhar o cara, entendeu? Aí o cara fica meio porre e tal. [...] Não no modo ruim, mas do modo bom, porque eu vi um menino, que ele se formou aqui dentro no ensino médio. O seu Antônio me chamou para ir à formatura dele. Ele fez a formatura dele e deram bolsa para ele, de estudo na faculdade. Eu tenho curso. A gente tem hora cívica, que é hora de marchar, a hora do futebol, quem quer trabalhar, a gente trabalha na

tubulação, sai para varrer o pátio. Eu levanto, tomo café seis horas, vai para a sala de aula. Aí dez para onze o cara volta para o alojamento, almoça, descansa até a uma e pouco. Aí algumas pessoas que faz curso vai pro curso, aí três horas a gente vai pro futebol. Aí, quando assim, quando o seu Antônio diz por tal: “A gente está precisando de gente para trabalhar o buraco”. Aí todo mundo vai, assim, todos unidos vai lá para o buraco trabalhar. [...] Eu penso terminar meu ensino fundamental, ser um médico também, e eu quero ingressar numa carreira militar. Do exército. Lá para o Haiti. De vez em quando, eu peço o pendrive para ver alguns vídeos das operações que eles fazem, para assistir. Eu tenho aula de arte, porque eu gosto muito de desenhar também, eu tenho vários desenhos na aula do

**“Eu penso terminar meu ensino fundamental, ser um médico também, e eu quero ingressar numa carreira militar. Do exército. Lá para o Haiti. De vez em quando, eu peço o pendrive para ver alguns vídeos das operações que eles fazem”**

professor.

Visita de familiar:

Tem, da mãe. Ela faltou sexta-feira porque ela foi numa consulta. Quando ela falta assim, é que ela foi fazer alguma coisa. Outra vez ela faltou, mais por causa que ela foi assinar um documento na casa, minha vida lá para a Barreira.

Oportunidade:

Então, vai ter uma audiência amanhã, na quarta e na quinta, mas eu não vou sair não. Não, porque eu estou ingressando num negócio aí, pra poder eu viajar pro outro estado. É aguardar, terminar o ensino médio, porque em um ano aqui o cara faz dois anos. O cara faz. Já vou passar pro nono, agora a gente tá fazendo uma prova pra ir pro nono.

Com os limites óbvios de apenas uma entrevista, ainda mais no contexto da privação de liberdade, sobressai nos diálogos com os adolescentes certa esperança e desejo de aproveitar as eventuais oportunidades abertas para novos caminhos, especialmente a partir da educação.

#### **Coordenadora Técnica:**

Sou assistente social de formação, hoje estou como coordenadora técnica. Estou aqui há seis anos. A unidade, ela tem uma rotina que começa às seis da manhã e vai até as vinte e três horas. Todos os adolescentes estão inseridos em unidade. Pela parte da manhã eles fazem a escolarização e no contraturno eles fazem profissionalização, junto com os outros atendimentos.

#### **Audiências concentradas:**

Sim, porque foi a forma que o juiz viu para dar visibilidade ao adolescente, porque o que se tinha antes era só um processo, era só um número. Menino seria mais um número e, com isso não, o juiz, as audiências. Não quer dizer que o menino vá sair, mas é uma forma de o juiz conhecê-lo, conhecer a família, né? Conhecer o contexto daquele adolescente, porque ele deixa de ser coisificado. Ele não é só mais um número, não é só um papel. É um ser humano, então se lê todo o contexto dele.

#### Equipe:

Nós temos sete técnicos, são dois psicólogos, dois assistentes sociais, um advogado que faz a assessoria jurídica, uma farmacêutica e uma pedagoga, e, se não me engano, 51 socioeducadores.

#### Atendimentos:

Bom é, nós temos uns grandes parceiros, porque essa política pública não funciona sozinha. Assim, funciona em parceria, então nós temos o acompanhamento, tanto da SEMSA [Secretaria Municipal de Saúde] quanto da SEAS [Secretaria Estadual de Assistência Social]; nós temos a SEDUC [Secretaria de Estado de Educação e Desporto], temos um anexo de escola dentro do Dagmar Feitosa. Os CREAS [Centros de Referência Especializados de Assistência Social] que são nossos parceiros no acompanhamento, tanto dentro da capital quanto nos municípios, inclusive nós fizemos uma última reunião com as famílias para trazer o CREAS para a gente saber, até ter um *link*, para depois acompanhar esse menino que é desligado. Isso é uma política pública que precisa ter essa rede funcionando. O que nós temos muita dificuldade ainda é com a Assistência, porque com o CREAS a gente precisa saber que funciona, porque a gente faz todo um trabalho com o menino. Tem todo um planejamento, e a gente gostaria que essa política fosse mais próxima.

#### Pandemia:

É, eu acho que não foi diferente do restante do Brasil. Era um misto de insegurança até, porque não se sabia como lidar com um vírus novo, e tudo mais. O que foi feito, tanto pelo gestor quanto pelo secretário da época, foi solicitada a presença da vigilância sanitária no centro para termos orientação de como funcionaria. Nós montamos um fluxo de atendimento, que esse adolescente ele passou a ser olhado de forma mais diferenciada. Esse menino que vem da outra unidade, se ele já tinha feito a testagem, se ele já tinha tomado as vacinas recentemente. Então, todo esse fluxo foi criado em prol desse adolescente, ele ficou num período de acolhimento. Ele ficou em atendimento na área externa até completar um ciclo em que não corresse risco, nem ele, nem os colaboradores. [...] 32 adolescentes testaram positivo, mas não tiveram complicações, foi a forma mais branda. Isto não se sabe por que. São adolescentes, alimentação também nós temos seis alimentações, a gente não sabe se todo esse cuidado propiciou que eles não tivessem nenhuma alteração. Então, nós não paramos durante a pandemia, nós ficamos trabalhando, todo mundo trabalhando, e essa orientação era necessária porque, tipo, era desesperador você não saber. Então foram colocadas torneiras, álcool em gel em dispensa, todo o material foi disponibilizado, a vestimenta. Nós andávamos feito um ET.

#### Atendimentos na pandemia, em educação e saúde:

**“2020 estava complicado, mas não teve casos graves. O que eles tiveram foi só sintomas de febre, gripe, como se fosse uma gripe só. Aí tomaram medicação. Todos passaram pelo médico, todos foram medicados, até os que não tinham sintomas. O médico prescreveu alguma coisa e eles tomaram, bastante vitaminas nesses períodos né, que era orientação médica, eles tomarem para ter um organismo bem resistente.”**

Como eles não têm acesso à *internet*, o que o gestor da escola fez, o gestor da Escola Josefina. Ele preparava o material e deixava durante a semana. Então, eles iam para a sala de aula com material preparado pelos professores, só 10 por sala. Eram divididos por séries. Normal, como se eles estivessem estudando, para eles poderem fazer as atividades. Porque como é, nós tivemos orientação que a educação à distância não é somente via *internet*, esse é um formato que também foi adaptado. Era melhor se adaptar dessa forma. Aí as dúvidas eles escreviam, os professores já mandavam retorno, e assim ficou. Eles tiveram escolarização, eles tiveram atendimento médico, toda garantia de direito nesse período. 2020 estava complicado, mas não teve casos graves. O que eles tiveram foi só sintomas de febre, gripe, como se fosse uma gripe só. Aí tomaram medicação. Todos passaram pelo médico, todos foram medicados, até os que não tinham sintomas. O médico prescreveu alguma coisa e eles tomaram, bastante vitaminas nesses períodos, né, que era orientação médica, eles tomarem para ter um organismo bem resistente. Então, acho que por isso que ela não evoluiu.

Visitas de familiares:

As visitas foram suspensas, por conta do decreto, e eles tiveram contato com a família somente por videochamada.

Agora retornou em 2021, é feita segunda, quarta e sexta. Como nós temos um número bem reduzido de adolescentes fica, mais ou menos, cinco por dia. Aí é feito ou na área externa ou numa sala de aula, né, com muito espaçamento. Mas antes se faz todo aquele processo de medir a temperatura, higienizar as mãos. A alimentação, só para ser consumida naquela hora, pra não ficar nada. Foi todo um processo que nós tivemos que nos readaptar, porque antes as visitas eram todas no sábado. Toda a família ficava na quadra, então todo mundo junto, então o risco de contaminação, se fosse no período da pandemia, seria altíssimo.

Adolescentes/jovens pais:

Nós temos, sim, segundo o perfil deles, mas não com o registro de nascimento. Eles se consideram, mas eu disse para eles que só posso considerar pai se tiver um registro para mim comprovar, porque assim qualquer um é pai. Então nós temos esse levantamento que não têm, mas dizem que têm filhos.

Procedência:

Geralmente vindos da zona Norte, que é a zona mais populosa de Manaus. É muito envolvimento com o tráfico. Não que o tráfico seja o principal ato infracional. Aqui é roubo majorado, né? Há um índice muito grande de

***“Há um índice muito grande de roubo majorado, mas o que que acontece é muito associado ao tráfico. Ah, precisava pagar fulano, precisava comprar droga, então é muito associado, não é o ato que se sobressai, mas é o ato que é o condicionante para que aconteçam.”***

***“Esse adolescente, ele não é visto pelo ato, ele é visto como adolescente né, antes de pensar nele como um ator de ato infracional pensamos nele como adolescente. Então, um ato, o ato a gente deixa para falar sobre ele, escrever sobre ele, nos instrumentais que exigem que a gente faça isso. Mas, antes disso, a gente vai fazer acolhimento de um adolescente”***

roubo majorado, mas o que acontece é muito associado ao tráfico. Ah, precisava pagar fulano, precisava comprar droga, então é muito associado, não é o ato que se sobressai, mas é o ato que é o condicionante para que aconteça.

Relação entre pares:

É tranquila! Nós somos uma unidade, a única unidade do estado do Amazonas nesta faixa etária. Então, nós acolhemos de todas as áreas do Amazonas, né, de todos os municípios e você sabe que as dificuldades que nós temos são mínimas em termos de relação. Já é difícil você cuidar de um adolescente, imagine 18 que vieram de regiões diferentes, mas assim, a partir da metodologia ativa Tim Mais eles são acolhidos. Eles ficam de nove, de 10 dias, né, a 90 dias no Nível I. É, nesse período aqui que ele vai ser acolhido, então aqui ele vai ter direito a livros, ele vai ser ensinado as regras da casa. Ele evoluiu aqui, ele vai pra passar pro Nível II, onde ele vai ter acesso a TV, estar na sala de aula, vai fazer os cursos. Aqui vai se construir o PIA [Plano Individual de Atendimento] dele. Então ele já vem orientado até chegar aqui. Então ele é avaliado diariamente para passar de níveis. Tim Mais é um projeto que chegou junto com o seu Antônio, diretor da unidade. Ele foi desafiado a vir ao Dagmar Feitosa, porque aqui era um minissistema prisional e ele teria que mudar a realidade disso. Então ele veio em 2016, em julho de 2016. Ele já veio com esse projeto TIM MAIS desenhado. Já veio, ele mudou tanto as estruturas de sala tudo, né, trocou a equipe técnica, contratou equipe nova. O que ele fez e trouxe mais socioeducadores. Então,

ele mudou toda a estrutura do centro. Esse adolescente, ele não é visto pelo ato, ele é visto como adolescente, né, antes de pensar nele como um ator de ato infracional pensamos nele como adolescente. Então, um ato, o ato a gente deixa para falar sobre ele, escrever sobre ele, nos instrumentais que exigem que a gente faça isso. Mas, antes disso, a gente vai fazer acolhimento de um adolescente que acabou de chegar e que ele precisa saber como funciona a unidade e no PIA a gente vai saber quais as particularidades, quais os problemas identificados nesse adolescente e as intervenções. Aí, no Nível III, a gente já vai fazer o relatório desse adolescente para mandar para o juiz, ao mesmo tempo em que ele vai estar preparado para escrever o projeto de vida dele. Ele escreve o projeto de vida dele, né? Então é toda uma estrutura. Ele é avaliado diariamente, limpeza do alojamento, limpeza pessoal, como é que ele lida com o outro, como é que ele está na escola. Então, tudo isso ele vai sendo avaliado diariamente. No final do mês ele recebe uma nota, né, geral, que vai para o quadro

ali. Os três primeiros no quadro e essa nota é levada em consideração também nas avaliações do juiz.

Abandono familiar:

*“então o Nível IV é onde esse adolescente, ele vai ficar conosco, até ele conseguir um emprego. Ele vai para fazer curso fora, como se fosse uma semi [Semiliberdade], mas dentro do Dagmar Feitosa. Então, nós já tivemos meninos que conseguiram emprego, sem a gente dizer que ele é do Dagmar Feitosa. Claro, por conta do preconceito”*

Infelizmente sim, acontece, né? Hoje nós não temos nenhum que não tenha. Assim, ah não tem família, mas nós tivemos em alguns anos atrás, até meses atrás, menino que a família disse: “Olha eu não quero, não quero e não quero”. E, foi pensando nisso que o seu Antônio criou o Nível IV. Parece até loucura né, o Nível IV. O que é esse Nível IV? É quando esse menino já está preparado, passou por todas as etapas e ele está preparado, só que ele não vai ter o suporte da família, nem a rede vai conseguir fazer com que ele fique lá fora, então o Nível IV é onde esse adolescente, ele vai ficar conosco, até ele conseguir um emprego. Ele vai para fazer curso fora, como se fosse uma semi [semiliberdade], mas dentro do Dagmar Feitosa. Então, nós já tivemos meninos que conseguiram emprego, sem a gente dizer que ele é do Dagmar Feitosa. Claro, por conta do preconceito, então ele vinha do trabalho, vinha para cá, saía de manhã para o trabalho. Então sim, ele continuava. Aí o que aconteceu com esse menino? Ele casou e hoje ele vive muito bem. Nós já passamos uns cinco pelo Nível IV [começou em 2021].

## Sobre Manaus e seus desafios

O atendimento socioeducativo a adolescentes, tanto em condição de liberdade (em cumprimento de medida de liberdade assistida e/ou de prestação de serviços à comunidade) quanto em privação de liberdade, é um desafio importante em todo país. No Amazonas, o atendimento em privação de liberdade ou em semiliberdade é coordenado pela SEJUSC e conta com apenas cinco unidades para todo o Estado do Amazonas, todas localizadas em Manaus. São elas:

- **Unidade de Internação Provisória**, com capacidade para até 48 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos, excepcionalmente até os 21 anos (prazo máximo de 45 dias);
- **Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitosa**, com capacidade para até 64 adolescentes do sexo masculino, de 16 a 18 anos incompletos, excepcionalmente até os 21 anos;
- **Centro Socioeducativo Senador Raimundo Parente**, com capacidade para até 36 adolescentes do sexo masculino, de 12 a 15 anos;

- **Centro Socioeducativo Internação Feminina**, com capacidade para até 20 adolescentes do sexo feminino ou que se autodeclararem transexuais, transgêneros ou travestis; e

- **Centro Socioeducativo de Semiliberdade Masculino**, com capacidade para 20 adolescentes, de 12 a 18 anos incompletos, excepcionalmente até os 21 anos.

A partir das informações da coordenadora técnica entrevistada pela pesquisa, se percebe nessa unidade um atendimento com ênfase propriamente na socioeducação em detrimento de práticas eminentemente de encarceramento juvenil. Essa é uma ênfase e uma aposta importante visto que, em 2021, segundo informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022, o Amazonas era um dos cinco estados brasileiros com déficit de vagas em relação à lotação das unidades socioeducativas<sup>10</sup>. Todavia a concentração de atendimentos em Manaus acarreta importante risco de quebra de vínculos familiares de adolescentes que estão aguardando julgamento ou já foram sentenciados/as pelo cometimento de ato infracional, especialmente aqueles/as de municípios muito distantes de Manaus.

Nesse sentido, é importante registrar que, em julho de 2022, a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Amazonas reuniu-se com representante do Conselho Nacional de Justiça para discutir a implantação de um Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) e de uma Central de Vagas para o Sistema Socioeducativo do Amazonas.

O NAI visa dar “cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigo 88, inciso V) e consiste no primeiro atendimento ao adolescente a quem se atribua prática de ato infracional, com foco na acolhida, acompanhamento e direcionamento por meio da atuação de instituições em rede, garantindo um atendimento célere, integrado e em respeito aos direitos dos adolescentes. Está previsto na Recomendação nº 87/2021 do CNJ”<sup>11</sup>.

Outro desafio importante para a cidade de Manaus diz respeito às pessoas e famílias em situação de rua. Esse contexto não tem a ver apenas com a imigração venezuelana, como verificado pela pesquisa na abordagem aleatória feita junto a sinaleiras da capital, em que se buscou conhecer um pouco da realidade das pessoas e famílias. O não acesso a trabalho/emprego com remuneração minimamente satisfatória e, até em decorrência dessa situação, a falta de moradia tendem a explicar melhor a situação atual, diferentemente de períodos anteriores em que se verificava em Manaus como principal causa da moradia na rua a ruptura de vínculos por conta do uso de substâncias psicoativas (GIBBS, AMAZONAS, 2015).

No Plano Municipal de Assistência Social - 2022/2025 - de Manaus (SEMASC, 2022) é apresentada a estimativa de até 460 mil pessoas sem moradia no município, sendo que, segundo dados do IBGE (2018), o estado do Amazonas possui o terceiro maior déficit habitacional do Brasil.

Conforme informações do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas da Universidade Federal de Minas Gerais, havia, em 2021, pelo menos 158.057 pessoas em situação de rua no Brasil, 4.847 delas na região Norte, das quais 918 no Amazonas. Deste contingente, 805 pessoas

<sup>10</sup> Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/23-anuario-2022-a-queda-das-internacoes-de-adolescentes-a-quem-se-atribui-ato-infracional.pdf>.

<sup>11</sup> Declaração em matéria institucional do TJAM, intitulada: Reunião discute criação de grupos de trabalho voltados para a implementação do NAI e da Central de Vagas do sistema socioeducativo. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/6286-reuniao-discute-criacao-de-grupos-de-trabalho-voltados-para-a-implementacao-do-nai-e-da-central-de-vagas-do-sistema-socioeducativo>.

em situação de rua em Manaus (82,11% do sexo masculino e 17,89% do sexo feminino). Esse contingente populacional certamente foi subestimado, tendo em vista que cerca de 70% dos municípios brasileiros não informaram a existência de pessoas em situação de rua<sup>12</sup>. Já a Nota Técnica “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil” (setembro de 2012 a março de 2020), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada trouxe, em junho de 2020, um dado ainda mais alarmante, dando conta da existência de 221.869 pessoas em situação de rua no Brasil, com base nos dados do Cadastro Único, apontando a existência de 9.626 pessoas em situação de rua na região Norte<sup>13</sup>.

Em Manaus, conforme o Plano Municipal de Assistência Social - 2022/2025 existem quatro serviços para atendimento à população adulta em situação de rua, tanto brasileira quanto migrante: o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua - SAI Amine Daou Lindoso para pessoas adultas do sexo masculino em situação de rua, desabrigados por abandono, migração, ausência de residência ou pessoas em trânsito, com 50 vagas; os Serviços de Acolhimento a Adultos e



Figura 7 Reprodução Arte DW

Famílias em Casa de Passagem - SAAFCP ao Fluxo Migratório - Redário Tarumã Açú 1 e 2, para indígenas venezuelanos da etnia Warao, que totalizou 1.168 atendimentos em 2021, e a Casa de Passagem Gecilda Albano, para pessoas adultas e famílias em situação de rua, desabrigados por abandono, migração, ausência de residência ou pessoas em trânsito, que totalizou 3.196 acolhimentos em 2021 (PMAS, 2022).

É importante destacar os principais motivos para o acolhimento emergencial na Casa de Passagem Gecilda Albano (PMAS, 2022):

- Conflito familiar: 1.162
- Drogadição: 1.045
- Desemprego: 219
- Migração: 11
- Imigração: 6
- Tratamento de saúde: 0
- Outros: 753

Finalmente, as condições de segurança e higiene ofertadas para as pessoas atendidas em abrigos e albergues, especialmente as refugiadas e/ou em situação de rua continuam

<sup>12</sup> Disponível em: [https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia\\_pop\\_rua.html](https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html).

<sup>13</sup> Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT\\_73\\_Disoc\\_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf)

representando um desafio, apesar dos esforços da administração municipal expressos em seu Plano Municipal de Assistência Social. Pois os relatos socializados nesta parte do relatório trouxeram à baila situações de indignidade e de muita dor, como a da mãe que relatou a falta de qualidade da comida, a falta de higiene e a segurança no espaço da Rodoviária, que teria lhe



Foto: Patrick Motta/ATUAL

ocasionado doença e no seu filho a sensação de medo, fazendo com que o mesmo dormisse sobre ela por receio de que algo lhe acontecesse.

Situações como a relatada também contribuem para o aumento da própria população em situação de rua, pois não faz sentido que as pessoas e famílias permaneçam em espaços oferecidos para apoiá-las que, muitas vezes, são tão ou mais insalubres e perigosos quanto a própria rua. Assim, a inexistência de um local seguro em que as pessoas possam refazer suas vidas com dignidade eventualmente torna bem mais difíceis os esforços de apoio à redução de suas vulnerabilidades.

## O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS EM MANAUS, POR ALGUNS DE SEUS ATORES

De março a junho de 2022 foram ouvidas pessoas com diferentes incumbências e responsabilidades, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do Amazonas, predominando os profissionais lotados em órgãos, organizações e serviços com atuação em Manaus. A condução dos diálogos foi realizada por Sílvia Carla Macedo Cardoso Furtado, coordenadora de campo, a partir de construção coletiva, com a supervisão de José Carlos Sturza de Moraes, do Instituto Bem Cuidar, e de Daiana Hermann, assessora de pesquisa.

Pessoas entrevistadas: Juliana de Oliveira, defensora pública estadual (DPEAM); Alcione Lelo Reis, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); Ana Célia Oliveira de Souza dos Santos, conselheira tutelar da zona centro sul; Nívia Maria Brito Abrahão, conselheira tutelar da zona norte; Rosália Bernardino de Aguiar, conselheira tutelar da zona leste II e Adelyane Lobato Ossame, conselheira tutelar da zona centro oeste; Joyce Coelho Viana, delegada de polícia, da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente; Aglayr Péres, assistente social do Abrigo Moacyr Alves; João Vitor Lopes e Bruno Fernandes Magalhães, abordadores sociais, e Alcimeia Souza Nascimento, assistente social do Abrigo NASCER; Kelly Cristina Fonseca, assistente social da Casa Mamãe Margarita; Rosiane Silva de Menezes, coordenadora da Instituição Lar Batista Janell Doyle; Elizaneide Machado Evangelista, assistente social da Aldeias Infantis SOS, e Maria Isabel Castro Borges, assistente social do Abrigo Monte Salém; José Wallace Rodrigues e Daiana Cruz da Silva, da Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas (ADVAM); Sônia Regina Vilacio Sateré-Mawé, da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, e Valdivino Marinho Moraes (liderança indígena Kokama).

Nas páginas seguintes, em diferentes formatos, se apresentam as contribuições dessas pessoas, normalmente trazendo percepções a partir do lugar de trabalho institucional e do lugar de ativistas com compromisso com o cuidado.

## - Núcleo da Criança e Adolescente da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - NUDECA

Juliana de Oliveira<sup>14</sup>, defensora pública, integrante da Defensoria Pública do Amazonas (DPEAM), atuando na 5ª Defensoria de Execução de Medidas Socioeducativas e na coordenação do NUDECA. Entrevistada em 8 de junho de 2022.

Desafios da defensoria em meio à pandemia:

**“Instituição pública cuja função é oferecer, de forma integral e gratuita, assistência e orientação jurídica aos cidadãos que não possuem condições financeiras de pagar as despesas destes serviços. Além disto, promovemos a defesa dos direitos humanos, direitos individuais e coletivos e de grupos em situação vulnerável. A assistência jurídica gratuita aos vulneráveis é um direito e garantia fundamental de cidadania previsto no artigo 5º, LXXIV da Constituição da República. A gratuidade de justiça abrange honorários advocatícios, periciais, e custas judiciais ou extrajudiciais.”**

Então, a primeira dificuldade que a gente teve foi acesso à educação e a maioria das crianças, elas não tinham acesso a computador, não tinham acesso a telefo, né? Muitas das famílias, elas tinham só um aparelho celular e então aquele mesmo aparelho que a mãe trabalhava, que o pai e a mãe. A situação de uma família ter vários filhos e, com isso, não conseguir acessar do mesmo aparelho as aulas. Enfim, a gente teve grande problema em relação às aulas. Tivemos também problema muito grande em relação aos abusos sexuais, aos assédios sexuais, porque as crianças relatavam isso na escola e, a partir do momento que deixaram de frequentar a escola, perderam um ambiente para relatar isso. E aí, acerca do sistema socioeducativo a gente também teve um abalo muito grande no andamento do PIA [Plano Individual de Atendimento] deles. Já como um dos principais pontos, seria a retomada da convivência familiar e como ficaram proibidas visitas, essa convivência foi atrapalhada, né? Porque assim, a gente conseguiu garantir que eles tivessem acesso a telefone celular, inclusive chamada de vídeo com as famílias, mas é diferente do carinho. É diferente do afeto e tudo, e assim é inicialmente o que eu consigo pontuar [...] de escola: abusos sexuais sofridos e não relatados e nas unidades em internação, da impossibilidade de contato com a família que, embora fosse necessário, nessa impossibilidade, para não levar COVID para as unidades, realmente retardou muito o avanço das medidas socioeducativas daqueles adolescentes naquela época.

O acolhimento de crianças e adolescentes na pandemia em Manaus:

Nós tivemos algumas crianças que viraram órfãs do COVID, não em acolhimento, mas nós tivemos crianças órfãs que tiveram que ficar com vizinhos, parentes e depois eles tiveram

<sup>14</sup> Todas as entrevistas foram dadas em nome próprio. Não necessariamente expressam o posicionamento institucional do órgão, associação, organização social ou serviço.

***“o público que eu vi que sofreu de criança e adolescente, que sofreu mais, ficando de fato órfãs da COVID tudo, [foram] crianças negras e migrantes principalmente que viviam em situação de rua ou em situação de miserabilidade.”***

que entrar com o pedido de guarda. [...] Mas assim, tiveram fatos pontuais nessas circunstâncias, né, mas atualmente quando a gente pega meio que a ressaca do COVID, não é que o COVID ainda tenha acabado, mas tudo sendo aberto e tudo, a gente vê muitos casos de pessoas (irmã, avós...) que ficaram com a guarda de fato dos seus parentes e agora estão tentando regularizar. Então, como eu disse, eu não tive conhecimento de ninguém acolhido de fato, mas assim, o público que eu vi que sofreu de criança e adolescente, que sofreu mais, ficando de fato órfãs da COVID tudo, foram crianças negras e migrantes, principalmente que viviam em situação de rua ou em situação de miserabilidade. Foram esses que a gente teve acesso, devido ao público da Defensoria já ser esse.

A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar (ECA, Art. 23):

Então, o ECA tem quase 32 anos, né? Ele veio justamente trazendo esse artigo para tirar a prática dos códigos menoristas, que trataram crianças filhas de pessoas que não tinham dinheiro, não tinham condições, teriam que ser acolhidas, mas infelizmente o que a gente vê. Assim, [...] me lembrou um fato que aconteceu bastante na pandemia, que foi que os pais já estavam trabalhando, o comércio já estava aberto e as escolas ainda não,

***“a gente já teve contato com diversas famílias que, por serem extremamente pobres, falta de assistência social necessária, falta de realmente políticas públicas voltadas para protegê-las, acabam perdendo a guarda e, às vezes, até o poder familiar dos seus filhos porque não têm dinheiro suficiente para conseguir levá-los para a escola ou não têm dinheiro suficiente para conseguir ficar em casa, cuidando deles sem ter alguém trabalhando”***

então muitas das crianças ficaram de fato abandonadas em casa, porque os pais precisavam trabalhar e as escolas ainda não estavam abertas, mas na questão da vulnerabilidade aconteceu muito. Infelizmente, a gente já teve contato com diversas famílias que, por serem extremamente pobres, falta de assistência social necessária, falta de realmente políticas públicas voltadas para protegê-las, acabam perdendo a guarda e, às vezes, até o poder familiar dos seus filhos porque não têm dinheiro suficiente para conseguir levá-los para a escola ou não têm dinheiro suficiente para conseguir ficar em casa, cuidando deles sem ter alguém trabalhando. Assim, é, de fato, artigo existe, mas infelizmente atualmente ainda são aplicadas as práticas menoristas que tratam que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. São também aqueles em que os pais, embora sejam bons pais, não têm dinheiro e por isso perdem sim a guarda e o poder familiar. E a Defensoria nunca foi chamada para debater no âmbito legislativo sobre esse artigo, porque na teoria todos falam que não, de fato a gente tem que garantir as políticas públicas. Nós temos que garantir o acesso dessas famílias ao mínimo necessário para a dignidade, mas o que a gente vê nos acolhimentos são famílias, às vezes, assim, um pai e a mãe ou a mãe ou um pai sair. De fato, não são pessoas que estão aptas a cuidar daquela criança,

mas a família extensa - avó, a tia - teria condições de estar com aquela criança, mas o poder judiciário entende que não. Cabe ao Ministério público entender que não cabe frente à pobreza daquelas famílias.

Fragilidade no SGD para assegurar direitos:

Não existe um fluxo de como o Conselho Tutelar vai falar com o CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], como o Conselho Tutelar vai falar com a Defensoria, de como o Conselho Tutelar vai falar com o SAICA [Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes]. Não existe um fluxo previamente estabelecido. O que existe são pessoas que conhecem outras pessoas, que trabalham naqueles locais. E aí o fluxo é feito baseado no como se fosse uma empresa familiar, no coleguismo. Então assim: o conselheiro X me conhece. Diante de uma situação, entra em contato comigo. Mas, se eu sair de férias? Eu morro?

***“aqui no município de Manaus se precisava de cerca de 33 CREAS. Nós temos 5. Foi verificado que nós precisamos ter mais CAPS. Então, a rede em si funcionaria se os órgãos de fato estivessem funcionando. [...] Como é que eu consigo garantir a ida para uma creche de uma criança quando a fila da creche está imensa?”***

Enfim, algo acontece? Não existe um fluxo previamente criado. Então, às vezes, existem locais, por exemplo, acesso à educação, que pra mim é muito difícil, porque eu preciso officiar, entrar com ação, fazer tudo isso que, se fosse criado um fluxo junto com a SEDUC [Secretaria de Estado de Educação e Desporto], por exemplo, seria muito mais fácil incluir aquela criança ali ou ver se aquela criança está faltando. E da mesma forma, encaminhamento do CAPS [Centro de Atenção Psicossocial] e encaminhamento do CREAS. Essas circunstâncias. Então, o que eu acho é que, assim, além da falta de todas as políticas públicas, a criança ser prioridade de fato é tudo. Criando um fluxo, que ele funcione entre instituições e não entre pessoas, seria mais fácil conseguir garantir que a rede inteira funcionasse de forma interligada.

Desafios quanto a rede:

Realmente é equipar a rede, né? Por exemplo, o CREAS. Foi feito um estudo e foi visto que aqui no município de Manaus se precisava de cerca de 33 CREAS. Nós temos cinco. Foi verificado que nós precisamos ter mais CAPS. Então, a rede em si funcionaria se os órgãos de fato estivessem funcionando. [...] Como é que eu consigo garantir a ida para uma creche de uma criança quando a fila da creche está imensa? A creche é facultativa, mas ela não é facultativa para o município. Ela é facultativa para a mãe e o pai decidir se vai colocar a criança ali. Então o que falta é de fato cumprir a lei e ter estruturas e órgãos. Se há estruturas e os órgãos de proteção à criança e ao adolescente, eles precisam ser equipados, de fato, para que consigam realizar suas atividades e não simplesmente estar lá enxugando gelo. [...] Essa é a segunda vez que eu sou chamada para falar numa pesquisa sobre infância e, na primeira, foi justamente sobre a necessidade de ampliar a quantidade de CREAS e tudo. A pesquisa saiu, determinando que, pelo estudo, né, que a quantidade deveria ser de 33 a 35 CREAS no município de Manaus, mas atualmente

nós continuamos com a mesma quantidade de CREAS. Mesmo depois de tanto tempo, então assim, que pena que o resultado das pesquisas não é utilizado pelos operadores de políticas públicas de forma tão eficaz como deveria ser.

A Defensoria na pandemia:

No período da pandemia nós fechamos as portas para atendimento presencial, mas nós continuamos atendendo, tanto por telefone como por

**“Então, a negligência é uma palavra forte para ser levada em conta porque, como ela é subjetiva, eu posso jogar ela em qualquer situação para justificar o que eu penso. A gente já teve caso em que foi considerada negligente uma mãe que foi assaltada e deixou o filho em casa para ir na casa da vizinha ligar para a polícia, porque tinha sido assaltada.”**

*Telegram*. A gente continua em contato com os [serviços de] acolhimentos, com os Conselhos Tutelares e com as Unidades de Internação. Então, assim, foi difícil. Foi difícil porque a criança e adolescente, adolescente até não, mas criança não consegue pegar o telefone e falar: “aqui olha isso está acontecendo comigo, eu preciso de ajuda”. Mas como nós também estávamos no período de *lockdown*, sem poder ter contato com as pessoas, evitando disseminar o vírus, a gente tentou fazer uma ponte junto com as escolas, fiscalizando como é que estava acontecendo a educação de forma remota. Tentamos junto às Unidades de Internação e ao Sistema Socioeducativo suspender todas as prestações de serviço. Mas foi difícil porque os casos de violência e os casos de abuso, eles não aumentavam em termos de relato, mas aumentavam quando a gente ia em busca e tentando ver o que é que tinha acontecido, como é que estavam aquelas crianças. Quando chegavam laudos do IML de crianças que vieram a engravidar. Enfim, essa situação. [...] Depois que nós passamos a divulgar que existe a possibilidade de ser atendida pelo *Telegram*, que

existe a possibilidade de ser atendido pelo telefone, aumentou a procura, mas não necessariamente de casos novos. Aumentou a procura. Eu acho que aumentou a procura porque as pessoas ficaram cada vez mais sem dinheiro. As coisas começaram a subir mais de preço. Também aumentou muito a procura de pensão alimentícia, de vagas em escola, de crianças que antes estudavam em escolas particulares e tudo. A gente já voltou para presencialmente, mas muitas pessoas preferem ficar atendidas de forma virtual, porque assim, se está no seu trabalho, não precisa tirar folga, não precisa nada. É só ser atendido pelo telefone, pelo *WhatsApp*, enquanto trabalha.

Sobre negligência e direito à convivência familiar:

Negligência é uma palavra, é subjetiva, né? E essa palavra pode ser considerada de diversas formas, porque assim, uma coisa que eu entendo como negligência pode não ser negligência para você e vice-versa. Então, a negligência é uma palavra forte para ser levada em conta porque, como ela é subjetiva, eu posso jogar ela em qualquer situação para justificar o que eu penso. A gente já teve caso em que foi considerada negligente uma

mãe que foi assaltada e deixou o filho em casa para ir na casa da vizinha ligar para a polícia, porque tinha sido assaltada. E a gente já considerou que o caso de que não era. A negligência só serve para justificar o que a gente quer naquele determinado momento. A negligência é usada bastante. Às vezes, de forma que eu considero, de fato, que foi negligência e, às vezes, de forma que [uma situação] seria negligência para uma pessoa que tem todo o aparato social, que poderia se dar ao luxo de fazer ou não isto ou aquilo. Mas, às vezes, a negligência ela fica próxima da necessidade.

Plano municipal de convivência familiar e comunitária:

Extremamente necessário. Esse plano volta para aquele fato que eu expliquei da falta de fluxos. Se não tem um plano de como atuar nessa situação, a gente não consegue seguir determinados todos os órgãos. Passam a seguir o cada um entende, o que dá na cabeça, de forma certa ou não, e não o que está decidido em coletividade junto a um plano.

---

## - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA

**Alcione Lelo Reis**, professora, representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SECUD) junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), exercendo a presidência. Entrevistada em 9 de junho de 2022.

**CEDCA**  
**Instituído pelo**  
**parágrafo 1º do art. 243**  
**da Constituição do**  
**Estado, de caráter**  
**normativo, consultivo,**  
**deliberativo e paritário,**  
**controlador e**  
**fiscalizador da política**  
**de atendimento à**  
**infância e à juventude,**  
**cabendo-lhe a**  
**coordenação estadual**  
**de proteção e defesa**  
**dos direitos da criança e**  
**do adolescente, na**  
**forma da lei.**

Plano Estadual do Direito à Convivência Familiar e Comunitária:

Não houve a prioridade para esse plano estadual, inclusive foi falado aqui para a gente rever, trazer para mesa do colegiado, e fazer toda essa discussão do plano de convivência familiar e comunitária. Está em uma das pautas da nossa reunião, mas vocês sabem que com a pandemia e quando eu assumi a presidência, houve outras prioridades. Quando eu entrei na gestão parou por conta da pandemia nós ficamos *on-li, né?* Houve o *lockdown* aqui no Amazonas. O Amazonas foi um dos epicentros, né, da pandemia, foi terrível. Então, por conta dessa situação, parou tudo. Então nós tivemos depois a retomada do Conselho presencial. Houve essa paralisação total, os serviços, então houve a prioridade hoje de outros projetos, como no caso do Centro Integrado [de Apoio à Criança e Adolescente] que foi a prioridade, por conta da situação de um centro em que as crianças tenham essa acolhida, tenham o tratamento humanizado e onde ofereça

todos os serviços primordiais no momento em que a criança vem com a violência sexual. Para crianças e adolescentes no estado do Amazonas, até incluindo a região metropolitana. Teve também agora outras prioridades por conta do Conanda, que foi o CPA. Estamos nos dedicando à questão do também CPA, do Comitê de Participação dos Adolescentes, mas na questão do plano de convivência familiar e comunitária realmente ele ainda está parado. Já houve essa discussão aqui dentro do colegiado, justamente por conta dessa situação que nós estamos vivenciando. Porém a experiência também no interior, inclusive nós estivemos no município de Coari. Em uma de minhas intervenções fiz a pergunta para uma assistente social, dos equipamentos das assistentes sociais que fazem o trabalho no CRAS e no CREAS. As meninas que vivem lá no município, que é um município de porte médio, onde tem muita demanda e foi falado sobre a convivência familiar e comunitária, eu perguntei se há um resultado positivo, não é, com esse trabalho delas, ajudar no município. Elas falaram que sim, que há um trabalho pela convivência familiar e comunitária e que tem um retorno positivo. Claro que tem casos que não, mas o plano ele veio da discussão. A gente quer fazer uma revisão no plano de convivência familiar e comunitária para ver essa questão do fluxo aqui, dentro do colegiado. No momento nós estamos no CEDCA e esse plano está aqui dentro do conselho, e nós vamos reativar de novo esse plano.

#### Os serviços em prol da convivência familiar e comunitária na pandemia:

Eu posso até confirmar que, no mesmo tempo da pandemia, foram suspensos os serviços, mas penso que os serviços eles funcionaram mesmo que precariamente. [...] Eu lembro que o estado fazia esse trabalho, né, de acolhimento governamental. Aqueles abrigos em que se acolhia os venezuelanos, onde acolhe, até porque a assistência [social] ela está dentro do Conselho. Então nós tínhamos informações a respeito desse acolhimento. Claro que fragilizado lá dentro, né, por conta principalmente dos venezuelanos. Foi uma demanda que veio pro Amazonas que o Amazonas não estava preparado. Foi uma demanda, assim, muito intensa dos venezuelanos migrando para cá nesse período. Então esse período, essa migração deles para cá, é claro que inchou a rede, né? Já tinha a demanda local, mais a demanda que vinha dos venezuelanos. Então assim, veio e ficou meio que perdido um pouco, né? As pessoas não sabiam como fazer o acolhimento. Então, foi tudo de imediato, a gente tinha muito essas informações deles, que eles faziam todo esse trabalho, mas houve, mesmo que fragilizado, houve esse serviço, não aquele serviço de qualidade, como deveria ser, mas houve.

#### Orfandade, pandemia e cuidados alternativos:

**“Não teve acolhimento por conta da pandemia. Teve orfandade, mas uma instituição da sociedade civil, não governamental, teve trabalho para toda essa demanda dessas crianças abandonadas, das famílias em que morreu o pai, em que morreu a mãe e as crianças ficaram sem assistência.”**

Não teve acolhimento por conta da pandemia. Teve orfandade, mas uma instituição da sociedade civil, não governamental, teve trabalho para toda essa demanda dessas crianças abandonadas, das famílias em que morreu o pai, em que morreu a mãe e as crianças ficaram sem assistência. Que ficaram desassistidas, né? Então houve essa instituição não governamental que fez um trabalho de acolhimento, não acolhendo essas crianças, mas dando assistência para essas famílias, levando os mantimentos para essas crianças, para essas famílias, não é? Vendo a família extensa, onde estão esses parentes dessas crianças. Não do governo, que eu lembrei do governo, não. Não chegou ao meu conhecimento, mas da não governamental houve esse trabalho, né, voluntário.

Crianças e adolescentes, prioridade absoluta:

Como presidente não vejo isso ainda. Precisamos avançar muito mesmo aqui no Amazonas, a gente precisa sensibilizar mesmo. Falar da importância do ECA, do Estatuto da Criança e do Adolescente, como a criança e adolescente, como prioridade absoluta, que eu não vejo. Eu não vejo ainda. A gente vê no interior ainda as crianças sem assistência. Tá entendendo? Na questão da saúde, da educação, até da própria assistência social também. Elas trabalham como guerreiras no interior, é guerreiras mesmo, as assistentes sociais, as psicólogas, os técnicos dos CREAS, eles trabalham com amor à camisa, como a gente fala, assim como time. Com amor à camisa e fazendo tudo para sensibilizar os gestores públicos da importância que o Estatuto da Criança ele seja como está lá escrito, né? Que é uma lei que fala que a criança seja prioridade absoluta em todas as políticas, eu não vejo. Ainda temos que avançar muito nessa questão, sensibilizar a rede de proteção. Claro que a rede de proteção ela funciona,

**“Nos municípios a gente tá andando. Quanto a essa questão do acolhimento também é muito fragilizado. E é uma das reclamações também. De ser fazer um trabalho antes do acolhimento né. É como eu falei, o gestor público municipal ainda não entendeu o que é o Estatuto da Criança.”**

a gente vai caminhando, né, mas a gente procura sensibilizar essa rede para fortalecer no interior da importância que tem, do papel dos atores que atuam mesmo nessa política da infância, mas não vejo como prioridade de fortalecimento dos CMDCAS [Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente]. Nos municípios a gente tá andando. Quanto a essa questão do acolhimento também é muito fragilizado. E é uma das reclamações também. De se fazer um trabalho antes do acolhimento, né? É como eu falei, o gestor público municipal ainda não entendeu o que é o Estatuto da Criança. Ele tem que honrar essa lei. Que tem direito, né, que as crianças são sujeitos de direito e que esse direito ele está, às vezes, sendo violado. Principalmente nas violações institucionais, onde esse serviço ele não é ofertado para as crianças no interior. Então é um trabalho muito intenso do

Conselho da Criança, de reunir os gestores municipais. Tem prefeito que prioriza, prioriza, e tem prefeito que não. Onde nós estamos aí com os Conselhos Tutelares, ou as sedes dos Conselhos, todas precárias. Eles não dão importância, não atendem, às vezes, a rede de proteção. Então é um trabalho de fortalecimento, de sensibilizar o gestor municipal e até aqui também na capital a gente lida muito. Nossos parlamentares também. Nós visitamos os gabinetes dos parlamentares, falando da importância, agora para o 18 de maio, da importância da rede que existe, dessa rede de proteção, né, no estado do Amazonas. Mas nós precisamos avançar muito nessa questão de acolhimento. Os Conselhos Tutelares não são prioridades, a infância não é prioridade absoluta ainda.

Falta de serviços:

***“Os serviços aqui em Manaus estão precários. Está estrangulado porque não temos cobertura adequada. Está descoberta a Zona Norte e a Zona Leste tá descoberta também de CREAS. Nós não temos. As crianças que deveriam estar sendo acompanhadas, às vezes, não estão sendo acompanhadas”***

No momento é o CREAS. Os serviços aqui em Manaus estão precários. Está estrangulado porque não temos cobertura adequada. Está descoberta a Zona Norte e a Zona Leste tá descoberta também de CREAS. Nós não temos. As crianças que deveriam estar sendo acompanhadas, às vezes, não estão sendo acompanhadas porque não tem esse serviço, esse profissional. Não funciona como deveria ser. Nos outros municípios também. Precisa urgentemente melhorar os serviços, porque os governantes ainda não entenderam que tem um Estatuto da Criança e do Adolescente, que ele dá um direito, que precisa de todas as políticas, que as crianças tenham uma assistência em todas as políticas, mas essa assistência de políticas públicas para a infância funciona precariamente.

CEDCA e a pesquisa:

Essa pesquisa é muito importante para o Estado do Amazonas, para educação principalmente. Somos os parceiros. E essa pesquisa, eu estou agradecendo porque o CEDCA também está participando diretamente, e que vai servir essa entrevista para que a gente faça políticas públicas dentro do estado do Amazonas. Através dessa pesquisa, nós vamos ver onde estão as maiores fragilidades e vulnerabilidades da infância.

## - Conselhos Tutelares de Manaus

Ana Célia Oliveira de Souza dos Santos, conselheira tutelar da Zona Centro-Sul; Nívia Maria Brito Abrahão, conselheira tutelar da Zona Norte; Rosália Bernardino de Aguiar, conselheira tutelar da Zona Leste II e Adelyane Lobato Ossame, conselheira tutelar da Zona Centro-Oeste. Entrevistadas em 6 de junho de 2022.

Início de mandato com grande concentração populacional e pandemia:

**Adelyane** - No Conselho do Centro-Oeste, segundo o IBGE, a gente atinge um total de 140.131 moradores. Temos apenas um Conselho Tutelar que atende essa zona. Bom, aqui na nossa zona a gente teve um pouco de dificuldade porque a maioria de nós, dos cinco conselheiros que atuam nessa área, apenas um conselheiro teve seu mandato renovado. Os demais todos somos de primeiro mandato. Então foi bem dificultoso, né? Inicialmente pelo fato de a gente ter tido a pandemia logo. Nesse momento inicial do nosso processo de escolha. Então a gente precisou aprender como dentro desse período de pandemia desenvolver o trabalho que, no natural, aconteceria de uma maneira mais direta. Recebeu um grande número de denúncias de crianças até altas horas da noite na rua.

**Rosália** - Eu tenho certeza que foi um período muito difícil pro Conselho Tutelar aqui na Zona Leste II. Nós temos aproximadamente 500 mil habitantes nos Conselhos Tutelares Zona Leste I e Zona Leste II. Devido a essa população gigantesca, as demandas, mesmo na pandemia, não cessaram. Pelo contrário, veio uma crescente, e nós estávamos sem o apoio da rede. Sem apoio não, mas diminuí o apoio da rede devido à pandemia. O CRAS aqui da nossa zona parou os atendimentos, né, ficou em *home office* e não houve atendimento para a população, devido à alta do contágio da COVID-19. A delegacia contou com atendimento, porém com cuidados redobrados. Então, assim, a pandemia trouxe muita coisa ruim, fora a doença. Para nossas crianças e adolescentes foi um período muito ruim aqui

**O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei. (Estatuto da Criança e do Adolescente)**

na Zona Leste, porque nós não temos área de acesso pra que as crianças brinquem e tenham momentos de lazer. Aí, devido à pandemia, que antes as crianças iam pra escola e tinham acesso aos colegas, tinham acesso a quadra de esporte e momentos de lazer que a escola proporcionava. E aí as crianças tiveram que deixar a escola e ir pra dentro de casa. Alguns pais, devido à falta de recursos financeiros, tiveram que estar dentro de casa e não foi fácil. A palavra é essa, e não foi fácil. O processo de pandemia do COVID-19 aqui na Zona Leste foi um momento bem difícil mesmo.

**Nívia** - Faço parte da Zona Norte de Manaus. Hoje estamos diante da maior zona populacional dentro do município de Manaus. Aproximadamente, conforme uma pesquisa em 2019,

mais de 600 mil habitantes. Mas é de 2019, então hoje a população está bem maior e infelizmente temos somente um Conselho Tutelar, composto por cinco conselheiros. Estamos ainda na iminência e aguardando ansiosamente a previsão pro CT Norte 2, que já está na sua tramitação, mas estamos com grande expectativa que até o final do segundo semestre. Que nós precisamos de um novo Conselho. Na verdade, precisamos até de mais pra poder atender essa demanda. Durante o período pandêmico, nós, os conselheiros, não paramos. Ficamos dia e noite e continuamos o trabalho, mesmo porque a demanda não parou. Ela, com as pessoas muito em casa e com a convivência no lar, as denúncias acabaram aumentando, e nós estávamos sempre na ativa diante dessa dificuldade e, muitas vezes, até dentro da rede de saúde. Onde a rede de saúde estava naquele momento que todos precisavam, mas o Conselho está também dentro da área de

**“Não houve na nossa zona essa conversa com a rede pra que esse atendimento fosse feito. Ficou no Conselho o atendimento. Ficamos em home office alguns dias, mas tivemos que ver os casos mais graves e urgentes e ficamos fazendo atendimento. Não tínhamos quase pra onde encaminhar os casos.”**

saúde, acompanhando principalmente essas crianças que por algum motivo sofreram uma violência. E assim em diante de, como eu falei e repito, diante da Zona Norte gigantesca a demanda também aumentou. Imagina cinco conselheiros para atender uma população, que vamos trabalhar com 2019, né, de 606 mil habitantes. Então é algo que está clamando e precisando de socorro urgente para atender esse quantitativo.

A precarização do atendimento na pandemia:

**Rosália** - Na nossa zona não houve nenhuma conversa de como funcionaria [a rede] ou de como o Conselho poderia acionar os atendimentos dessas crianças e garantir seus direitos. Não houve na nossa zona essa conversa com a rede pra que esse atendimento fosse feito. Ficou no Conselho o atendimento. Ficamos em *home office* alguns dias, mas tivemos que ver os casos mais graves e urgentes e ficamos fazendo atendimento. Não tínhamos quase pra onde encaminhar os casos. Os casos, a maioria, foram encaminhados pra Delegacia de Proteção, pra fazer um

boletim de ocorrência ou se peticionar a família extensa ou abrigo. Ou essa criança precisando de atendimento clínico ou médico e o conselheiro mesmo levava essa criança ao pronto atendimento pra verificar essa situação de saúde dela e posteriormente o pai fosse chamado no Conselho pra uma conversa e fosse aplicado um texto de advertência e conversa com pai sobre a responsabilização dele com os filhos. Aqui nós não tínhamos a quem recorrer. Da educação nós tínhamos um *feedback* de denúncias via *e-mail* e as crianças não estavam sendo acompanhadas. Não estava tendo acompanhamento dos familiares e fomos chamados e fomos até as famílias e eles falavam que eles não tinham celular, por esse motivo. Não tinham como ir à escola buscar material para as crianças estudar e não iam lá porque as escolas estavam fechadas e não tinha ninguém pra atender. Nossos atendimentos na pandemia foram voltados à saúde, abandono ou a

[questões de] escolaridade.

**Nívia** - Eu só vou acrescentar algumas coisas às falas. Foi exatamente isso, perfeito. Era assim que estava acontecendo, muitas das vezes nós ficamos diante de tantas situações e ficamos sozinhos em uma grande guerra e batalha porque não houve esse *feedback* das redes. Então os principais órgãos eram o órgão de proteção e o acolhedor e nós tínhamos que acompanhar um adolescente na rede de saúde. Então, muitas vezes, nós nos sentimos assim, o Conselho estava ali lutando na rua e a rede não. Ouvíamos era que estavam em *home office* e não acrescentavam muito pra gente e a gente estava na rua, colocando a nossa vida em risco, a vida dos nossos familiares em risco, mas estavam também nessa grande batalha e, como eu falo, né, muitas vezes nos sentimos sozinhos, lutando com os recursos que não temos. Imagina num período de pandemia, onde todos foram pegos de surpresa.

**“A gente recebe inúmeras denúncias e a gente tenta passar pra sociedade: “Olha gente, a respeito dessa situação, que os pais não tenham condições financeiras, não quer dizer que essas crianças não tenham direito à família; do pai, da mãe, e isso não constitui motivo para a perda familiar”.”**

**Ana Célia** - Não tenho muito para falar sobre isso. A minha área foi muito empática sobre isso. Realmente desamparados, mas em momento algum deixamos de fazer o atendimento.

Direito à convivência familiar e comunitária em meio a denúncias:

**Rosália** - Nós somos chamados muito referente a essa situação [de pobreza e negligência], que é as pessoas denunciarem que essa mãe e esse pai só tem ovo pra dar para as crianças. Eles só têm salsicha pra dar pra essas crianças. “Tirem essas crianças desse pai porque essas crianças sofrem muito”. Recebemos inúmeras denúncias dessas. Frases que falam que as famílias não têm o suficiente, para que essas crianças saiam dessa família. A gente recebe inúmeras denúncias e a gente tenta passar pra sociedade: “Olha gente, a respeito dessa situação, que os pais não tenham condições financeiras, não

quer dizer que essas crianças não tenham direito à família; do pai, da mãe, e isso não constitui motivo para a perda familiar”. E nós entendemos que a maioria das famílias de baixa renda não têm escolaridade. Então fica muito difícil pro mercado de trabalho e a maioria faz trabalho de autônomos. Então é muito difícil. Assim, na pandemia os camelôs, os caras que vendiam din-din [tipo de doce, armazenado em saquinhos plásticos], o rapaz que vendia picolé, o que vendia salgadinho na rua e trazia alimento para dentro de casa. Eu acredito que o Conselho Tutelar, pelo menos a minha visão a respeito disto, é que seja estabelecido ainda mais o vínculo familiar com a condição financeira, contanto que essa criança e adolescente tenham um lar, pais responsáveis e educação. Sabemos que isso é uma realidade nua e crua. Eu mesma, durante a pandemia, fui visitar pessoas. Cheguei na casa delas e não tinham o que se alimentar e nós, conselheiros

tutelares, temos uma dificuldade imensa de ser recebidos pelos órgãos. Eu não sei se minhas colegas, mas aqui temos de receber uma cesta básica de imediato. Para aquela família eu tive que buscar parceiros, amigos e dizer: “Gente eu preciso que vocês me ajudem, tem pessoas assim, nessas condições”. São pessoas que não têm documento e trabalham na informalidade. Durante a pandemia, elas estavam sem esse recurso federal, passando necessidades. Seus filhos passando necessidades, porém eram excelentes pais. Eu acho que fortaleceu até os vínculos familiares.

***“Vem muitas denúncias também, de que aquela família está em situação de vulnerabilidade. Quando você vai fazer uma visita e, de fato, eles não têm nem o que comer para aquele dia. Se for no final da tarde você vai perguntar o que eles comeram, vão dizer que não comeram nada, que não se alimentaram de nada, mas e aí você vê, mesmo assim, aquela mãe com cuidado. Ela não tem nada. Você verifica que não existem vestígios de maus-tratos, mas sim uma situação de vulnerabilidade.”***

**Nívia** - É isso mesmo, mesmo porque, nós estamos diante de várias leis e se nós formos para as leis, não tem amparo para que essa família esteja perdendo o poder familiar, né, sendo retirados seus filhos por condição financeira. Aí você vai para Constituição. Fala bem assim: a família ela é prioridade, tem direitos e amparo legal. Você vai pro ECA, a mesma forma. Então, dentro do nosso entendimento, tem posições jurídicas, mas a nossa realidade é completamente diferente. Nossa realidade ela é outra, como você, como a Rosália falou, né? O Conselho Tutelar ele é um dos conselhos. Ele tá ali dentro da realidade da comunidade. Muitas autoridades não conseguem chegar à residência. Vem muitas denúncias também, de que aquela família está em situação de vulnerabilidade. Quando você vai fazer uma visita e, de fato, eles não têm nem o que comer para aquele dia. Se for no final da tarde você vai perguntar o que eles comeram, vão dizer que não comeram nada, que não se alimentaram de nada, mas e aí você vê, mesmo assim, aquela mãe com cuidado. Ela não tem nada. Você verifica que não existem vestígios de maus-tratos, mas sim uma situação de vulnerabilidade.

Outras situações de desproteção e o atendimento aos direitos:

**Rosália** - Abandono de incapaz no Conselho da Zona Leste II as duas maiores demandas foram abandono de incapaz e maus-tratos, agressão física por parte dos pais. Foram essas duas demandas.

**Nívia** - Aqui na Zona Norte principalmente o abuso, ele veio de uma forma bem expressiva, o abuso sexual e a agressão

física. Esses dois foram os que mais demandaram aqui na Zona Norte.

**Ana Célia** - Aqui na Zona Sul ela foi assim, abandono de incapaz e abuso sexual, foi algo assim que só tem crescido, infelizmente.

**Rosália** - Eu acho que devido aos CAICS [Centros de Atenção Integral à Criança] estarem fechados, na área da saúde teve uma dificuldade de acesso muito grande, porque as UPAS e o Pronto Socorro estavam superlotados. Então o atendimento médico e pediátrico. Eles ligaram avisando que as crianças precisavam retornar para uma consulta, crianças especiais que

precisavam de atendimento com médicos específicos não tinham como, naquele momento, fazer aquelas consultas porque o foco estava total na pandemia, nos atendimentos do COVID. Então em cada uma das zonas o atendimento médico para crianças e adolescentes estava muito difícil.

**Nívia** - Realmente, dentro de muitas dificuldades assim que nós passamos, essa da saúde foi a que mexia mesmo com a gente, devido à restrição. E também na parte da educação. Deixou nós, ficávamos bem restritos. Aquela dificuldade de a criança não acompanhar o sistema remoto, mas muitas vezes acontecia. Qual é o nosso público-alvo? Hoje são famílias de alta vulnerabilidade e nem sempre todas têm acesso ao celular.

Conselho Tutelar aberto ao diálogo:

***“Que bom que a rede fosse mais livre e conversasse mais, agindo mais lado a lado. E não o que é meu, é meu, o que não é meu, o que é minha atribuição e o que não é minha atribuição, porque se o Conselho Tutelar fizer só aquilo que é atribuição dele eu tenho certeza que muitas crianças estariam passando situações piores do que tão, então. Então que bom que todos nós pudéssemos nos unir mais um pouco.”***

**Rosália** - Queria agradecer por essa oportunidade de falar, né? Na maioria das vezes não temos. Nos traz frustrações, os atendimentos necessários, né? Sabemos que em Manaus há dificuldade, que nós temos mais na nossa rede do interior do Amazonas. Porém, eu gostaria assim. Que bom que a rede fosse mais livre e conversasse mais, agindo mais lado a lado. E não o que é meu, é meu, o que não é meu, o que é minha atribuição e o que não é minha atribuição, porque se o Conselho Tutelar fizer só aquilo que é atribuição dele eu tenho certeza que muitas crianças estariam passando situações piores do que tão, então. Então que bom que todos nós pudéssemos nos unir mais um pouco.

**Nívia** - É uma gratidão estar aqui. Este momento é um momento muito enriquecedor para todos nós. Falamos das nossas experiências, mas de contrapartida. É um momento gratificante, porque às vezes o que a mídia posta, o que as pessoas comentam, nós vivenciamos no dia a dia. Então estar como conselheira tutelar é algo gratificante que a gente sente prazer no que faz, a gente se sente realizada.

**Ana Célia** - Estamos aí nessa caminhada, mesmo que pequena. Estamos juntas, estou à sua disposição. Que bom seria se a nossa população tivesse mais entendimento e conhecimento do que é o Conselho Tutelar e nossas atribuições. Que bom seria se nossa rede de atendimento tivesse essa visão de trabalho e nossa parceria, a nossa linha de mão dupla, porque nós somos a ponta e essa ponta deve ampliar. Que bom seria se essa rede olhasse como o órgão que está quebrado ainda assim faz o trabalho. A Aldeias sempre tem um trabalho muito delicado com essas situações, só tenho a agradecer mesmo.

## - Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA

Joyce Coelho Viana, delegada de polícia titular. Entrevistada em 20 de junho de 2022.

A DEPCA no período pandêmico:

***“A gente acaba se deparando né, com as situações de adolescentes venezuelanas, de estarem num [outro] país, sem qualificação e serem usadas para exploração sexual. Então, em alguns trabalhos que fizemos de abordagens de casos, nesse sentido, a gente acabou se surpreendendo mesmo com a presença de, sobretudo, adolescentes de até 18 anos e com esse histórico.”***

A gente tem uma demanda gigante que não foi interrompida. Tivemos uma dificuldade muito grande durante o período da pandemia de manter o efetivo controlado. Casos que são aqui tratados na DEPCA são prioridades, são urgência. É uma central de flagrantes que funciona 24h. Alguns

atendimentos chegaram a ser suspensos, mas a gente continuava recebendo. Enfim, todo um período muito difícil e, muitas vezes, trabalhamos com medo. Recebíamos crianças que tinham acabado de sair do Delphina [Hospital] e vinham sendo deslocadas para fazer ocorrência na DEPCA. Diferente de outras delegacias, a DEPCA nunca parou. Teve dificuldade, a demanda ficou reprimida. A partir do momento em que as escolas fecharam e as crianças foram impedidas de chegar lá, teve demanda [diminuída], que talvez agora a gente esteja experimentando esse retorno. A gente também verificou aumento de ocorrências em específico, que podem ser ou não estar relacionado ao problema da pandemia. Muitos problemas com abandono de incapaz, muitos casos de violência no âmbito doméstico, um aumento até da agressividade das famílias com as crianças e adolescentes. Talvez isso esteja também, direta ou inteiramente, ligado a esse contexto da pandemia.

Com relação a pais falecidos, mães doentes, teve também casos de acolhimento, sim, tanto pelo Conselho Tutelar, quanto pela DEPCA. É, tem sido com bastante diversidade, bastante diverso no sentido de alguns casos específicos. A gente lida com venezuelanos, principalmente na questão do trabalho infantil, de rua. Venezuelanas com exploração sexual, casa de massagem, casa de prostituição. A gente acaba se deparando, né, com as situações de adolescentes venezuelanas, de estarem num [outro] país, sem qualificação e serem usadas para exploração sexual. Então, em alguns trabalhos que fizemos de abordagens de casos, nesse sentido, a gente acabou se surpreendendo mesmo com a presença de, sobretudo, adolescentes de até 18 anos e com esse histórico. Com essa realidade de problemas sociais, acabam sendo empurradas pra exploração sexual. A gente acabou se surpreendendo, sobretudo com essa situação das venezuelanas, com esses históricos. Esses relatos que trazem pra gente a

realidade. Tu já vens de problemas sociais e acaba entrando e sendo empurrado. Que, só pra gente esclarecer, que a gente já sabe que a exploração sexual é ligada à vulnerabilidade social mesmo. Diferente do sexual, que não tenha essa questão da exploração. Mas a exploração sexual tem sim essa questão social. O trabalho infantil também, na prática a gente verifica também muito o público indígena venezuelano. Então também, ligado a uma vulnerabilidade social. No literal, o atendimento da delegacia não é democrático, são crimes que são sexuais, mas nossos públicos ainda

**“Muitas vezes, as questões que demandam o direito de guarda, que são questões cíveis, elas acabam no sistema de justiça e não conversam com tribunal, e, semana passada mesmo, uma criança ia sendo entregue para o seu agressor. São questões que a gente precisa melhorar”**

predominantes são meninas na faixa etária de 7 a 11 anos de idade, nos crimes que são noticiados. Meninos tem também. A gente percebe, maior que todos os fatores que viessem de sociedade machista, de um menino ter dificuldade. Então a gente precisa trabalhar nessa questão para que haja um maior número de denúncias com coisas praticadas com meninos.

Dificuldades para a proteção:

O próprio acolhimento ele é bastante problemático né, porque se verifica que, apesar da boa vontade dos órgãos, a gente tá conversando sempre pra melhorar o sistema. Essas coisas que acontecem e acabam vulnerabilizando mais ainda a vítima. Por exemplo, às vezes tem até determinações judiciais pra misturar vítima com infrator no mesmo espaço, então isso traz pra gente um peso muito grande de tirar, de afastar cautelarmente essa vítima do seu ambiente que a violentou, pra, de repente, a gente acabar tendo que ser obrigado a acolher num ambiente que não

vai garantir aquela proteção como deveria. Mas isso vem sendo trabalhado pessoalmente e na rede a gente vem dialogando constantemente com o sistema, principalmente quanto ao abrigo provisório. Entendo que, eu acredito muito nisso, que tudo tem que ser avaliado pra que a gente possa verificar as falhas e tentar corrigir. Então isso é muito complicado, porque o sistema não conversa como deveria, nem o sistema de segurança, nem o sistema de justiça. Aqui na delegacia um grande problema que a gente tem é exatamente esse. Muitas vezes, as questões que demandam o direito de guarda, que são questões cíveis, elas acabam no sistema de justiça e não conversam com tribunal, e, semana passada mesmo, uma criança ia sendo entregue para o seu agressor. São questões que a gente precisa melhorar até que a gente possa trabalhar em rede da melhor forma possível. Então eu acredito que o diálogo ainda é importante nos setores. A falta de diálogo é o principal responsável pelas falhas, porque muitas vezes os órgãos que estão ali empenhados para cada um fazer o seu. E uma simples informação que deixou de ser passada, talvez vá violar o direito daquela criança. Que é o que sempre digo, a gente não pode proteger um direito violando outro direito. Então tudo tem que ser conversado para que a gente possa ter uma decisão acertada.

## Direito à convivência familiar e comunitária com proteção:

Eu observo uma pressa muito grande em retornar a criança para o ambiente que a violentou e isso é muito perigoso, entendeu? Eu já tive casos de criança que foi enforcada pelo pai e no dia seguinte essa criança já estava voltando para esse ambiente. Então é aí que eu digo, a gente observa e melhora no diálogo, porque se você afasta aquela criança do ambiente que

***“A sociedade é muito vitimista e ela não consegue enxergar essa lógica social. Essa mesma abordagem eu faço quando nós avaliamos crimes de abandono de incapaz. Você tem que ter essa noção de olhar social que motivou a essa criança ficar só naquele ambiente. Você vai pensar se aquela mãe precisava trabalhar, então existe ali aquele choque de direitos, tem o direito de não deixar de alimentar os filhos, mas ela também não tem condições financeiras de pagar alguém para cuidar das crianças e não tem creches suficientes para que ela deixe as crianças.”***

a adoceceu, que a violentou, então é porque a gente precisa de uma razão. Em último caso, pra que a gente possa trabalhar outras opções de devolução, da volta dessa criança por meio familiar e, muitas vezes, isso acontecia de forma fadada a dar errado. E sem muito contato com a delegacia e a criança acabava voltando pra delegacia muito rápido. Então isso é uma coisa também que a gente vai ajustando com o tempo. Não digo que não possa acontecer de novo, porque acontece, sim, mas que a gente ajusta com conversa realmente. Porque tem de ser priorizando tudo que está disposto ECA, que a criança tenha que ficar com a família original, com a família extensa, e tenha reforçados esses vínculos familiares, que não é uma coisa indefinida. Mas, às vezes, a gente realmente depara com situações gravíssimas em que não vai ser possível esse retorno. E eu acho que acolher ele vai ser um grande problema da rede. É a gente encontrar vaga no sistema, né, então, de acolhimento, já de uma forma permanente; aí é bastante complicado também. Por isso que eu acho que esse rodízio, desse retorno se dar de uma forma apressada, porque o sistema não comporta todas essas crianças e adolescentes, não tem para onde direcioná-los, e isso é um problema que precisa ser resolvido. [...] A sociedade no geral, nos crimes de criança e adolescente, é muito punitivista, no sentido de querer uma responsabilização imediata. Querer que pai e mãe sejam presos, mas nós nunca fizemos um acolhimento de uma criança por vulnerabilidade social. Eu costumo dizer que pobreza não é crime, que existem muitas questões que a rede pode fazer pra melhorar, tipo para casos específicos. [...] A sociedade é muito vitimista e ela não consegue enxergar essa lógica social. Essa mesma abordagem eu faço quando nós avaliamos crimes de abandono de incapaz. Você tem que ter

essa noção de olhar social que motivou a essa criança ficar só naquele ambiente. Você vai pensar se aquela mãe precisava trabalhar, então existe ali aquele choque de direitos, tem o direito de não deixar de alimentar os filhos, mas ela também não tem condições financeiras de pagar alguém para cuidar das crianças e não tem creches suficientes para que ela deixe as crianças. Aí é aquele conflito mesmo. Um conflito de vários conflitos ali. Aí você tem que fazer uma verificação, até para que a gente, sob a desculpa

**“Não é tirando todas as crianças e colocando num abrigo que iria se resolver isso. O ECA não diz que é pra manter os laços familiares? Então, tinha que recuperar os pais. Eu já tive pedidos de pais aqui que estavam na rua pedindo tratamento e a gente não tinha para onde encaminhar. Adolescentes nas ruas usando droga. A gente não tem hoje um lugar para encaminhar para tratamento.”**

de estar cumprindo a lei, não acabe violando direitos ou sendo injusto ou praticando injustiça. Note, a gente precisa olhar muito essa questão social e fazer os encaminhamentos devidos. O problema da delegacia é só a ação criminal? Não! Esses encaminhamentos são também para que a assistência social tenha conhecimento dessa família, de que ela tem que estar inserida em algum programa. Se ela tá tendo algum tipo de ajuda, porque se realmente for olhar só a sua responsabilidade parental a gente não vai andar. [...] Está faltando providência mesmo que possa mudar essa realidade. Veja bem, no Estado a gente não tem um lugar para recuperar pessoas que estão com vícios de droga, por exemplo. E aí você tem, de uma forma hipotética, uma família toda com várias crianças em situação de vulnerabilidade social e os pais só viciados em droga, com anseio por um tratamento e a gente não tem para onde encaminhar. Aí essa família leva essas crianças para a rua, expõe lá essas crianças à prática da mendicância pra que aquele trocado seja usado não pra comprar alimentação para as crianças e sim para o vício. E como a gente vai resolver isso? Não é tirando todas as crianças e colocando num abrigo que iria se resolver isso. O ECA não

diz que é pra manter os laços familiares? Então, tinha que recuperar os pais. Eu já tive pedidos de pais aqui que estavam na rua pedindo tratamento e a gente não tinha para onde encaminhar. Adolescentes nas ruas usando droga. A gente não tem hoje um lugar para encaminhar para tratamento. Então eu acho que precisa política pública efetiva, efetiva mesmo, com objetivo de reconstruir essas pessoas, de fazer com que elas realmente tenham uma nova vida. Se não fica esse ciclo de tirar as crianças da rua, levar pro abrigo, devolver para a família e elas voltam para a família. E uma criança na rua, fora da escola, a gente já sabe o futuro. Então ela só vai repetir as situações e não vai ter fim.

**“a gente não sabia com o que de fato estávamos lidando, mas, de fato, os mais vulneráveis se tornaram mais vulneráveis ainda. [Quanto ao Centro Integrado] Eu acredito que inúmeros benefícios. Não benefícios. Eu acho que isso é respeito”**

Fluxos protetivos e Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente:

Acredito que, no período da pandemia, eu podia tentar te dizer que tentamos classificar ao salve-se quem puder. Cada um queria ficar no seu lugar, enclausurado, vamos dizer assim. A gente viu muitos órgãos de justiça que sequer funcionaram pra atender as coisas. Foi um lapso, né? Ficou um buraco muito grande. Eu acho que faltou muita providência mesmo, tudo motivado pelo grande susto. Como eu disse, a gente não sabia com o que de fato estávamos lidando, mas, de fato, os mais vulneráveis se tornaram mais vulneráveis ainda. [Quanto ao Centro Integrado] Eu acredito que traz inúmeros benefícios. Não benefícios. Eu acho que isso é respeito e garantia de que,

a partir do momento que você procura uma unidade dessas, você tem atendimento. Quando você não consegue ter todos os serviços disponibilizados, eu acho que há uma quebra de atendimento. Cada órgão tem uma estatística diferente. O IML [Instituto Médico Legal] tem uma estatística diferente, a delegacia tem outra estatística, o SAVVIS [Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual] tem outra estatística e isso porque esse serviço não chega lá. Então o fluxo é o protocolo de encaminhar essa vítima para esse lugar. Na medida em que os serviços essenciais estão oferecidos no mesmo lugar, que aquela vítima tiver aquele acesso, tanto para priorização da vítima, quanto para responsabilização do autor, a gente vai poder aproveitar melhor a prova e as provas não vão se perder no caminho. A vítima, por exemplo, não vai deixar de ir ao IML fazer o exame, se o IML já tiver aqui. A perícia técnica, em tese, de crimes sexuais, nem todos deixam vestígio de sangue para um inquérito judicial. Enfim, vai ser um grande ganho e a gente já avançou muito nessa direção. E eu acredito que sempre é só uma questão de tempo. Estamos acreditando que a gente já vai poder depois dessa aprovação inserir alguns serviços para que a gente, e também todos os serviços de fato possam ser oferecidos, respeitando o que já está disposto aí nas leis do sistema de garantia.

#### Capacidade técnica e operacional da DEPCA:

Nós trabalhamos num sistema de plantão, né, de cinco plantões. É o sistema que gira na Polícia Civil do Estado do Amazonas. São plantões de 12x24h e 12x72h, que é a escala. Tá faltando uma delegada plantonista. Essa questão do efetivo da Polícia Civil não é uma questão nova, não é porque é polícia de delegacia especializada. É uma deficiência do sistema mesmo que só vai ser corrigida com o ingresso de novos profissionais. Mas, são cinco plantões que funcionam com uma delegada, uma escrivã e, em média, dois ou três investigadores para fazer esse atendimento, quando essa denúncia chega aqui na delegacia, e de profissionais do psicossocial. Eu tive que me transformar meio que em psicossocial, por conta da grande pressão que nós temos para poder executar a lei do depoimento especial, que não contamos com esse profissional da estrutura da segurança pública. E isso é uma grande dificuldade da própria estrutura. Então a gente sempre lidou com isso, de secretarias oferecendo servidores para que a gente pudesse oferecer esse serviço aqui. Então hoje eu tenho cinco [profissionais], quatro psicólogas e uma assistente social, mas elas não formam mais aquele antigo psicossocial que eu tinha. Na verdade, para a gente atender a lei, elas foram capacitadas pelo Tribunal de Justiça e hoje elas são entrevistadoras e fazem a coleta do depoimento especial, que visa instruir os processos para verificar autoria. Então nós estamos com essa deficiência também. Eu acredito também que, sendo entregue [o centro integrado], a gente vai resolver também esse problema, porque uma coisa é uma entrevistadora para cumprir a lei e outra coisa é a necessidade de ter uma avaliação psicossocial para ter toda uma avaliação da vítima, tanto da

***“não precisava ter uma DEPCA em cada zona, mas seria ideal, uma na Zona Norte, na Leste, até pra que aquela vítima não precisasse se deslocar para muito longe da sua casa.”***

sua saúde psicológica quanto os encaminhamentos para assistência social. Isso também a gente precisa ter aqui. É urgente isso, mas hoje as minhas profissionais técnicas são entrevistadoras. Então elas lidam com essa prova, para cumprir o laudo processual, mas nós ficamos com essa lacuna, essa deficiência da equipe psicossocial, que eu espero com a implantação do centro integrado a gente possa contar, além dessas, com uma equipe psicossocial. [...] [Para atender adequadamente] Eu até já pensei em algumas coisas. Poderia, por exemplo, a DEPCA ser transformada num departamento da polícia. Se ela fosse transformada num departamento e pudesse zonear, com equipes pra cada zona, a gente já conseguiria amenizar bastante, mas eu iria precisar de muitos policiais. Então precisaria de efetivo. A gente volta e acaba caindo na questão dos recursos humanos, mesmo porque não precisava ter uma DEPCA em cada zona, mas seria ideal, uma na Zona Norte, na Leste, até pra que aquela vítima não precisasse se deslocar para muito longe da sua casa. Mas que houvesse, pelo menos, para gente zonear essas pessoas e dividir, por exemplo, um delegado pra trabalhar por zona. Então a DEPCA transforma-se num departamento e eu consigo zonear. Esses casos todos são da Zona Leste, então vamos trabalhar aqui, esses casos todos são da Zona Norte... Então que a gente pudesse dar uma atenção. A gente trabalha sempre com a urgência e a prioridade, mas é sempre priorizando a prioridade da prioridade.

Crianças e adolescentes, prioridade absoluta e a pesquisa:

***“acho que vamos priorizar quando abrimos os olhos para realidade e não pensar fechado só nessa questão de punir. [...] A gente não tem estatísticas corretas, e assim a gente não pode trabalhar na solução dos problemas. Então acredito que uma pesquisa como esta pode embasar num estudo e a gente pode realmente priorizar nossas crianças e adolescentes.”***

Eu acho que a gente já começaria a tratar a criança e o adolescente como prioridade absoluta, já começaria com respeitar os direitos básicos, desde o social. Para que a gente possa garantir os direitos, como eu já disse, uma sociedade bastante vitimista, que sabe o final dos autores, mas pouco quer saber da criança depois dali, dos cuidados. Que não se importa que aquela mãe, talvez, deixou de denunciar o caso porque vivia do financeiro daquele companheiro e não há nenhuma política que para que a gente insira essa mulher no mercado de trabalho para que ela possa ser independente, para que ela possa criar os filhos dela, sem essa presença de quem abusou dos filhos. Então acho que vamos priorizar quando abrimos os olhos para a realidade e não pensar fechado só nessa questão de punir. [...] A gente não tem estatísticas corretas, e assim a gente não pode trabalhar na solução dos problemas. Então acredito que uma pesquisa como esta pode embasar num estudo e a gente pode realmente priorizar nossas crianças e adolescentes.

## - Rede Acolher

Abrigo Moacyr Alves, assistente social Aglayr Péres; Abrigo NASCER, abordador social João Vitor Lopes, assistente social Alcimeia Nascimento e abordador social Bruno Magalhães; Casa Mamãe Margarita, assistente social Kelly Fonseca; Instituição Lar Batista Janell Doyle, coordenadora Rosiane Menezes; Aldeias Infantis SOS, assistente social Elizaneide Evangelista, e Abrigo Monte Salém, assistente social Maria Isabel Borges. Grupo focal, realizado em 03 de maio de 2022.

**Nota:** Tendo em vista as questões sensíveis trazidas no grupo focal, não serão atribuídas falas a profissionais específicos, o que foi inclusive pactuado com o grupo. Assim, as contribuições serão

***“para nós foi muito complicado de levar no hospital, por exemplo, no caso de nossas crianças que são bebês, que têm uma gripe né, que tem alguma situação mais complicada. Como é que a gente a gente sai, com o coração apertado de ir para um local que você pode pegar o vírus, a criança pode pegar o vírus. Como algumas crianças realmente pegaram o vírus”***

trazidas sem autoria individual expressa, ainda que preservada a identidade institucional. Com esse procedimento se espera manter a contribuição dessas organizações e profissionais à pesquisa e, ao mesmo tempo, preservar e respeitar o sigilo de situações atendidas (inclusive para evitar a identificação de pessoas atendidas).

A questão da pandemia foi muito difícil. Apesar de que, na nossa instituição, a gente tem muitos bebês. A maioria do nosso público hoje é bebê. As crianças de uma certa idade escolar, vamos dizer assim, não são muitas crianças, que estão numa faixa de umas 10 e 8 crianças. Então essa questão da educação é difícil quando você está numa situação de pandemia, porque os órgãos eles fecham as portas. Você não pode entrar pela questão do vírus, ele te para [impede] de muitas coisas, não é? Você não pode sair, você não pode entrar, você tem que ter muito cuidado para evitar de levar o vírus para a instituição. Apesar de que nós ficamos um tempo sem ir à instituição, quando a situação estava muito grave, tivemos que trabalhar através de *home office* e falando com as pessoas através de vídeo. Então se fica numa situação muito complicada, porque nós, a gente quer está ali no *tête-à-tête* com a pessoa. Falar pessoalmente, né? Então, assim, para nós foi muito complicado de levar no hospital, por exemplo, no caso de nossas crianças que são bebês, que têm uma gripe, né, que tem alguma situação mais complicada. Como é que a gente sai, com o coração apertado de ir para um local que você pode pegar o vírus, a criança pode pegar o vírus. Como algumas crianças realmente pegaram o vírus e a gente teve que trabalhar toda essa situação. Não é, não é fácil a questão da pandemia. Eu acho que foi algo, eu acho, eu tenho certeza que foi algo que a gente não estava esperando. Foi difícil para todo mundo. Todo mundo com o coração muito apertado, tanto para os seus familiares como para as pessoas com quem você trabalhava, né, e pedindo

a Deus que nada acontecesse e que isso pudesse passar o mais rápido possível. Mas foi muito difícil. Demorou bastante e ainda estamos nesse processo, mas que a gente espera que as coisas melhorem. Claro, agora já melhorou muito, já está bem melhor, mas a gente espera que isso realmente tenha um fim, né, para que a gente possa ter como trabalhar com mais eficiência, que é isso que a gente quer. Trabalhar com eficiência, dar o melhor de nós para as nossas crianças, para as pessoas que lá trabalham, porque não são só as crianças, são as famílias das crianças. Tivemos que a família não podia ir fazer as visitas. Tivemos que trabalhar com a visita por vídeo. Então eu acho, acredito que foi difícil para todo mundo nessa questão.

Lá no Janell [Lar Batista Janell Doyle] nós fizemos um protocolo de prevenção à COVID, que foi igual ao do NASCER, que foi fechar por equipes. Então, de 15 em 15 dias nós fechamos cuidadoras para passar a quarentena, depois que mudava, mais 15. E nós perdemos uma funcionária,

**“não tivemos nenhum óbito em relação às crianças, mas já acolhemos crianças órfãs por causa da COVID né. Então é, eu sempre falo que a gente precisa escrever um livro que essa geração foi meio tombada.”**

uma diarista. Foi muito difícil nesta casa, nesse dia. Foi questão de três dias, nós perdemos ela e, nesse giro, nós comunicamos tanto o Juizado quanto a Vigilância Sanitária. Nós tivemos um bloqueio no Janeli. Todos que estavam na casa que ela estava foram submetidos a exames. Alguns deram positivo. A grande maioria não, mas a gente ficou tenso por conta disso, desse falecimento. [...] Nós tínhamos na casa em questão 30 acolhidos, na grande maioria adolescentes. Então administrar o estresse do confinamento é muito difícil e a escola não foi prioridade. Eles faziam toda a questão *on-line*, só que o estresse era muito grande. Então a gente deixou muito à vontade as crianças e entrou uma pedagoga, que era

recreativa, para nos ajudar. Então a gente conseguiu diluir um pouco a tensão dentro do abrigo, mas não foi fácil. Nós solicitamos da justiça acerca das crianças [para poderem sair], vários padrinhos, não foi autorizado, então. Mas conseguimos. Assim, não tivemos nenhum óbito em relação às crianças, mas já acolhemos crianças órfãs por causa da COVID, né? Então é, eu sempre falo que a gente precisa escrever um livro que essa geração foi meio tombada.

Nós recebemos uma criança e outras por questões sociais [não relacionadas diretamente à COVID-19], famílias que realmente passaram por questões emocionais e que se traduziram em maus-tratos. E a gente entendeu, depois na escuta, e tudo mais então foi essa situação.

Nós também recebemos uma criança por abuso sexual, né, violência sexual. Como nós temos uma outra casa dentro da instituição, essa criança ficou com uma cuidadora. Porque ela chegou na época da pandemia mesmo. A criança ela tinha dois anos, é, quase três anos. Violência sexual intrafamiliar e a criança ficou com essa cuidadora isolada, porque ela

estava vindo da rua, não é? Então, a gente não sabia o que estava acontecendo com a família, então ela ficou com a gente até passar aqueles 14 dias. Aí ela retornou para a casa, também acolhemos outras crianças por vulnerabilidade, também dentro na época da pandemia. Nós não ficamos sem receber essas crianças porque é da forma que a Justiça entrava em contato com a gente, a gente não poderia dizer não, né? Sim, teríamos que receber com certeza.

Eu estou na casa, no abrigo, há nove meses, certo? Então, assim, esse período crítico da pandemia em si eu não vivenciei dentro da casa. Nesse período, assim, pelos relatos, houve todas essas medidas de prevenção, de cuidados com relação às crianças, aos funcionários. Não tivemos nenhum óbito em relação aos acolhidos, só de uma funcionária. E todas as medidas

***“o Abrigo Moacyr Alves também hoje é um Centro de Reabilitação Física e Intelectual. Então a nossa a nossa preocupação, de abrir um leque da saúde, era justamente porque estava saindo de uma pandemia e o fluxo de pessoas dentro da casa era muito intenso, mas todas as medidas foram atendidas e a gente hoje consegue atender tanto o centro quanto o acolhimento.”***

foram voltadas para justamente proteger a criança, o adolescente e também os nossos funcionários. Então agora, nesse período de nove meses, nós acolhemos três crianças nesse periodozinho. A gente recebeu uma criança que vê, que foi, é, na verdade, ela foi recolhida. Ela tinha saído no período crítico da pandemia e voltou no final de setembro do ano passado, né, por situação também de abuso sexual e as outras duas crianças por questão de vulnerabilidade social, de mendicância mesmo. Agora a gente tá retomando os projetos, que tem dentro do abrigo. Não sei se todos sabem, mas, assim, o Abrigo Moacyr Alves também hoje é um Centro de Reabilitação Física e Intelectual. Então a nossa preocupação, de abrir um leque da saúde, era justamente porque estava saindo de uma pandemia e o fluxo de pessoas dentro da casa era muito intenso, mas todas as medidas foram atendidas e a gente hoje consegue atender tanto o centro quanto o acolhimento.

Vocês sabem que desde 2019 nós encerramos as atividades do acolhimento aqui nas Aldeias de Manaus. Em função disso, nós iniciamos um outro trabalho que já acontecia, né, de uma forma assim digamos mais tímida, porque tínhamos o acolhimento. E o atendimento às famílias, o acompanhamento familiar nas suas residências, que nós chamávamos era espaço vital. Então nós íamos lá na família e fazíamos um trabalho, principalmente com as mulheres grávidas. Então intensificou esse trabalho e nós colocamos o nome de Garantindo os Direitos. Nós atendemos um número maior de famílias e estávamos novamente lá *in loco*, fazendo todo esse trabalho, que tem o objetivo realmente de desenvolver. É fazer com que a própria família seja protagonista dessa história. Empoderar a família para que ela possa caminhar com suas forças. Então nós iniciamos esse trabalho e a pandemia veio nesse período e as nossas famílias são de altíssima vulnerabilidade.

Tínhamos famílias venezuelanas, a metade era venezuelana e metade famílias brasileiras. E, nesse período de pandemia, então, as coisas pioraram. Eles tinham que trabalhar fazendo bico. E não tinha como sair de casa. Não tinha trabalho e nos ligavam direto: “Olha eu não tenho o que comer, meu filho tá passando fome, como é que eu faço?”. E nós naquela situação. Então a Aldeias, a nível nacional, começou uma campanha de doações, pedindo doações de alimentos e alguns vieram para cá, e aqui nós conseguimos também com outros parceiros. Algumas pessoas ficaram em *home office*, mas no caso nós mais estávamos no trabalho de campo. Não tinha como nós ficarmos em casa, porque era muito incômodo. A gente ficava muito angustiada, porque todo o tempo as famílias nos ligavam e o pessoal estava adoecendo, porque também veio a gripe. Então tinha tudo. Mas como é que a gente vai fazer? Aí mandavam para a gente todo o

**“a gente sabe que houve o aumento de violência física, sexual, essas coisas toda. Então nós tivemos alguns casos de denúncia ou a gente ia lá o pai e a mãe nos contavam. Houve caso de nos contarem e a gente acionar o Conselho Tutelar e, todas as vezes que nós acionamos por telefone, fomos bem atendidos e teve uma resposta deles estarem presente na família.”**

equipamento de proteção individual e a gente ia para as famílias. A gente estava nas famílias direto. A gente não parou esse atendimento nesse período. Nós tivemos duas mortes, de duas mães venezuelanas, mas não foi em consequência da COVID. Foi por outras doenças e, nesse período, nós tivemos que ir pro hospital. Num caso, porque a mulher faleceu. Uma venezuelana. Não conseguiu se comunicar com o serviço social do hospital. Então nós tivemos que, meia-noite, estar nesse hospital e, para nós, foi um desafio muito grande porque ao chegar lá, eles queriam abraçar a gente, né, e já estava uma semana mais ou menos naquele hospital e a gente dizia assim, né: “Senhor, nos proteja”. Então, a gente estava para acolher aquela família naquele momento. Então, a gente viveu esse período aí. Também foi muito difícil, esses dois momentos para a gente, mas o mais gritante foram as famílias nessa questão do alimento. Realmente, que elas não tinham de onde tirar. Então nós estávamos ali presentes. Aí teve outro momento que teve uma chuva também muito forte, alagação para cá pra baixo e a gente teve que ir. Naquele dia da chuva também ir para essas famílias, porque também estavam crianças pequenas. Teve uma criança que quase a água levava.

O pai conseguiu segurar pelo cabelo. Então já tinha a pandemia, já estavam emocionalmente fragilizados e ainda tinha essas questões pontuais assim muito fortes. Então foi um desafio. Mas não foi irresponsabilidade nossa da gente estar indo. Era necessário essa presença e fizemos muita formação, né, via *whatsapp*, via vídeo. Então foi assim um período que realmente não era mais [serviço de] acolhimento, mas eram famílias que tinham crianças e nós tínhamos que estar presentes. Eu acabei, no final de dezembro de 2020, eu acabei pegando a COVID, mas que bom que foi bem leve, né, mas eu fiquei isolada na minha casa, no quarto. Então a gente conseguiu ir, mesmo com a COVID, a gente continuava orientando a

família. [...] Então, a gente sabe que houve o aumento de violência física, sexual, essas coisas todas. Então, nós tivemos alguns casos de denúncia ou a gente ia lá o pai e a mãe nos contavam. Houve caso de nos contarem e a gente acionar o Conselho Tutelar e, todas as vezes que nós acionamos por telefone, fomos bem atendidos e teve uma resposta deles estarem presentes na família. Então essa relação com o Conselho Tutelar também foi muito positiva nesse período de pandemia.

Nós recebemos através do Conselho Tutelar, que vem com autorização do Juizado da Infância. No caso dessa criança que eu falei para vocês, que foi a questão do abuso intrafamiliar e também os pais eram venezuelanos, são venezuelanos, estavam em [situação de] rua. Fazendo umas, fazendo alguns malabares. Foi o que nós soubemos, porque essa família ela nunca foi até a instituição. A criança veio, a criança foi retirada da família. Passou a situação que se encontrava, que houve essa situação, e foi para lá para o abrigo, mas assim, a família nunca foi lá. Então veio através do Conselho Tutelar, que viu essa situação de rua e soube da situação e que realmente aconteceu. Foram feitos exames e foi constatado mesmo que a criança foi abusada. É que aquele que não estava funcionando foi o Juizado da Infância, apesar de que a maioria das pessoas também estavam em *home office*. O Juizado da Infância naquela situação, mas a gente tinha um contato de todo mundo. Todo mundo estava coeso na situação, no que estava acontecendo. Então, graças a Deus que houve esse contato com todo mundo lá.

#### Acolhimentos na pandemia:

Quatro crianças acolhidas durante a pandemia. Essa criança de dois para três anos, que já falei, e as outras crianças de 8 e 7 anos.

Olha, nós tivemos um acolhimento que foi de uma menina indígena venezuelana, do caso de abuso sexual intrafamiliar que foi encaminhado para lá, e inclusive ela estava junto com a família em um abrigo quando aconteceu essa situação.

Lá no Monte Salém foi só as três que falei. Passaram pelo Conselho e Juizado, uma retornou e as [outras] duas estão no abrigo.

No Lar Batista foram duas, uma foi levada para o Abrigo NASCER, que é uma adolescente. Essa, ela veio do Ministério Público, era de outro estado. A mãe faleceu e o pai veio na época que ela estava no Janell. Nós também alugamos uma casa que fica bem ao lado do Janell, para que essa quarentena fosse feita fora do abrigo, e logo em seguida ela foi para o NASCER e a outra foi um bebê também que nós acolhemos, dois bebês. Só que esses bebês foram para a Casa Magali e passou a quarentena e depois voltaram para o Janell.

#### Com relação ao Artigo 23 do ECA:

Em relação ao acolhimento, se tiver um vínculo saudável não é motivo nenhum. Agora se tiver dentro desse contexto de falta tudo, mais uma agressão, vínculo de drogas, aí, sim, a gente consegue intervir. Enfim, mas acho que você falou da carência. É quando você tem pouco e tem que dividir pra muitos, né? Que, às vezes, você falou, tem históricos pessoais, mas quando você fica sem pra dar pro outro, pra fazer o papel de mãe. E a mãe fazendo o que pode, então há uma carência material ali, que normalmente se traduz em dificuldade de sobrevivência mesmo. Comida, esse é o maior item que a gente verifica de carência pra se ter. Assim, às vezes, se tem uma roupa aí tu acha que está bem, quando tem criança com privação gritante de comida é urgente.

Eu acredito que a questão de pelo menos você ter o básico, né? O básico pra você é sobreviver. Vamos dizer assim, a questão é quando essa família a gente vê que não tem a violência, né, que não tem a questão do abuso ou alguma coisa assim. A gente vê que realmente é essa questão do básico pelo menos da alimentação. Eu acredito que é o essencial para aquela família poder viver razoavelmente, né? Nós tivemos muitas mães, de muitas famílias, que foram lá no abrigo. Foram atrás de alimento. É o que, muitas vezes, a gente faz é, para que algumas famílias, que lá na redondeza do abrigo são caseiros, pessoas que, né, muito humildes, acho que eles, praticamente a gente vive numa zona rural. Então muitas pessoas vão lá e dizem assim: “A senhora quer que a gente faça uma capinagem aqui por uma cesta básica?”; “A senhora quer que a gente faça uma limpeza aqui?”; “A senhora poderia dar uma cesta básica para a gente?”. E, muitas vezes, vai o marido, vai a mulher ou então vai só a mulher, ou então vai só o marido. Porque a gente vê que as famílias estão carentes, não têm seu emprego adequado. As pessoas não têm qualificação, né? As pessoas não têm nem o primeiro grau completo e, hoje em dia, é muito difícil pra você arranjar um emprego naquela busca, sem ter condição de ter o emprego razoável. Então, eu acredito que nessa situação da pandemia a gente viu muitas situações de pessoas que não tinham o básico para viver, de famílias que ficaram muito carentes.

#### Acolhimento e o Conselho Tutelar:

Tem uma situação que a gente sempre traz, que é uma questão aberta. Denúncias ou para o Disque 100 ou 0800 ou chega para o conselheiro. O conselheiro, quando vai uma denúncia, ele vai averiguar, mas ele não tem nenhum estudo antecipado, de fato. Ele encaminha algumas famílias, que ele dá advertência e encaminhamento social pro CREAS, pro CRAS. Aí, no final, tu não vê a família. Aí já vem com um ano comprometido, mas quando há denúncia o conselheiro vai lá e intervém e já acolhe. Tá, normalmente envia para o Savvis, aí o Savvis faz essa busca mais rápido, mas supercorrida e, se não for uma semana ou pouco mais, ele pede acolhimento no abrigo. Percebe que não há um encaminhamento dessa

***“esse acolhimento que é feito, essa denúncia, ele não tem essa caminhada de estudo antes não. Até entendo, porque é como a denúncia é uma violação de direito muito grave. E quando chega no abrigo, para sair é de três a seis meses. É bem complicado.”***

criança que foi abusada, já foi para a situação, foi pra DEPCA, fez o IML, foi pro abrigo. E a tia não sabia, “não me chamaram”. Então esse acolhimento que é feito, essa denúncia, ele não tem essa caminhada de estudo antes não. Até entendo, porque é como a denúncia, é uma violação de direito muito grave. E, quando chega no abrigo, para sair é de três a seis meses. É bem complicado.

É um grande problema que a gente, lá na instituição, a gente sabe que nós temos ali na linha de frente trabalhando, tanto com a comunidade como com algumas crianças que chegam. É o despreparo do Conselho. Tem sim muitos conselheiros que eles não têm uma formação, eles não sabem lidar com a situação que acontece. E lá na instituição, por exemplo, eu trabalho e eu acompanhei as meninas da escola, as crianças que estão inseridas, quando elas trazem o relato de abuso sexual ou outro tipo. Eu ligo pro Conselho Tutelar. Eu peço assistência a eles pra ir até a instituição e a gente não tem esse apoio do Conselho Tutelar, e a gente não conta com eles, como foi agora no mês de maio. Entraram três crianças da escola. E chegaram conosco e relataram questão do abuso sexual dentro de casa, crianças que eram da comunidade. Liguei pro Conselho Tutelar, e aí liga pro fulano que tá de plantão, liga pro ciclano, e eles não foram na instituição. Então é difícil essa situação dessa relação com o Conselho Tutelar. Nessa situação, o que é que eu fiz? Eu, muitas vezes, quando acontece isso, eu chamo o responsável, né, a mãe principalmente. Digo calmamente que é, a quem mais está com a criança, foi efetuar a matrícula..., a avó. Relato que a criança falou, e aí muitas delas não têm

***“E chegaram conosco e relataram questão do abuso sexual dentro de casa, crianças que eram da comunidade. Liguei pro Conselho Tutelar, e aí liga pro fulano que tá de plantão, liga pro ciclano, e eles não foram na instituição. Então é difícil essa situação dessa relação com o Conselho Tutelar.”***

coragem de fazer a denúncia, porque a pessoa é do núcleo familiar ou é o companheiro, ou é o pai da criança ou é o irmão. Então, quando eu digo assim: “Vamos, a gente precisa fazer a denúncia. Você tem que vir aqui. Eu vou com vocês até a delegacia para dar assistência”. Elas [dizem]: “Não, não vou. Não faço isso”. Então, quando a gente entra, né, com essa medida que a criança foi vítima, levo eu já. Eu vou diretamente na delegacia, né, na DEPCA. Eu faço boletim de ocorrência. Relato o que aquela criança falou e de lá a gente já faz todo o procedimento, né, de levar para o IML, para o Savvis. E, tanto que essas três crianças, foi constatado mesmo que elas foram abusadas. E aí é isso que eu vejo assim essa parte do Conselho Tutelar, que nunca está ali presente para nos dar esse apoio em um momento que a gente precisa.

Tem uma situação também, um caso nosso lá do abrigo, na

questão do acolhimento. É quando as crianças vêm do SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional), né? Tem algumas crianças que já passaram uma, duas, até 3 vezes pelo SAICA. Que é aquela Casa de Passagem, né? Porque o Conselho Tutelar verifica a situação e as crianças vão. A família não vai até o SAICA e a criança fica por um determinado tempo, mas, assim, nós temos um caso de uma criança que já é reincidente no SAICA. Duas crianças, ano passado, que foram para o abrigo, e a sua família, quando chegou lá no abrigo com a gente, e disseram que não foram bem atendidos pelo SAICA. Não foi só uma pessoa. Não foram só duas pessoas, foram várias pessoas, que vão para ser atendidas, para que se resolva para a criança não ir logo para o abrigo. Para que, como eu digo: “entrou numa instituição e se abre o processo”. É um processo para a criança sair, vai ter que trabalhar muito a questão da família para poder retornar para a sua família de origem. E o que aconteceu? Foi relatado para a gente que a família não foi muito bem atendida. Que houve alguns problemas e quando elas chegam na instituição, que a gente vai ouvir a família é uma outra situação, né? Eu sei que a gente entende que o SAICA recebe crianças de vários lugares, das crianças em situação de rua, criança com a questão do abuso, né, crianças e adolescentes e tudo mais, mas a gente sabe que a primeira impressão é que fica, né? Então quando você chega aqui e atende uma família que já está fragilizada, pelo pai que é usuário, pela mãe que é extremamente usuária de drogas, e se você não tiver uma forma de atender essa família, a família vai realmente pegar, já está fragilizada, ela vai vir cheia de obstáculos. Então, assim, quando a gente chega na instituição, que a gente vai ouvir essa família, a família ela já vem de uma outra realidade. Ela já se sente mais acolhida. Ela já se sente mais pertencida. Ela vê que a gente realmente quer ajudar no caso que está acontecendo. E foi o que aconteceu com essa família. A gente viu toda a situação. Hoje a criança está com a avó. Foi para Santarém. Conseguimos resolver a situação da certidão de nascimento que só estava no nome da mãe, fizemos o DNA para ver. Então, são várias situações que lá na ponta a gente precisa ver primeiro como é que chega. Eu acho que na ponta é preciso realmente a gente dar aquele acolhimento melhor, porque a pessoa já vai fragilizada, né? Então essa rede eu acho que precisa ser melhorada.

Teve uma situação. Já aconteceu com a gente da abordagem e assim, o papel da abordagem é identificar casos de abuso sexual, trabalho infantil, exploração infantil e mendicância. E esses casos a gente vai encaminhando para o Conselho Tutelar, e teve um caso que chamou bastante a atenção da gente da abordagem. Foi quando chegou uma denúncia pra abordagem, onde tinha uma criança num terreno baldio, com o suposto pai pedindo no sinal de sempre e que depois caminhava para uma área de mata. Aí eu chamei um colega, que é abordador também, e, chegando lá, nós encontramos uma criança nua praticamente de dois a três anos de idade. E aí estava com o suposto pai, que me falou que era pai da criança. E a gente questionou por que a criança estava nua. Estava daquele jeito, né? Ele falou que tinha chovido e a roupa da criança estava molhada. E a situação da

criança estava muito crítica, numa área de papelão. Aí falei pro colega: “Vai lá no abrigo e tentar conseguir alguma coisa”. Que era pra gente ganhar um pouquinho de tempo para esse suposto pai não sumir com a criança. Era o tempo que a gente estava ligando pro Conselho. Ele conseguiu as coisas (fraldas, calça, essas coisas pra ela ficar vestida). E aí eram 8 horas da manhã, liguei para o Conselho do Parque 10 e aí o Conselho do Parque 10 falou que não era área deles. Era de uma outra

***“E aí eram 8 horas da manhã, liguei para o Conselho do Parque 10 e aí o Conselho do Parque 10 falou que não era área deles. Era de uma outra conselheira lá e aí a gente ligou pra área da Cachoeirinha, e não era área deles também: “Ah, não é minha área”. É tua área... E aí a gente conversou sério com eles, mesmo porque tinha que tomar uma providência rápida né, por conta do suposto pai da criança. Não se sabia se a criança tinha sofrido alguma violência e isso às 8 horas da manhã. Quando foi 4 horas da tarde, o conselheiro conseguiu resgatar essa criança.”***

conselheira lá e aí a gente ligou pra área da Cachoeirinha, e não era área deles também: “Ah, não é minha área”. É tua área... E aí a gente conversou sério com eles, mesmo porque tinha que tomar uma providência rápida, né, por conta do suposto pai da criança. Não se sabia se a criança tinha sofrido alguma violência e isso às 8 horas da manhã. Quando foi 4 horas da tarde, o conselheiro conseguiu resgatar essa criança. A gente já tinha ido para o abrigo, porque a gente tinha que almoçar, e aí ele chegou 4 horas da tarde, levando essa criança até o abrigo. Queria que a gente fizesse o acolhimento dessa criança. E aí não era o papel do conselheiro. O certo era encaminhar pra DEPCA e fazer os procedimentos. Praticamente o Conselho Tutelar não sabia o procedimento a realizar. Perdeu bastante tempo, né, nessa questão. A gente não soube, na verdade, se o suposto pai era realmente pai da criança, porque ele contou uma estória que não estava batendo. Isso foi uma falta de comprometimento muito grande do Conselho Tutelar. Perdeu muito tempo. Poderia o pai da criança levar pra outro lugar ou acontecer coisa pior. Isso é um relato basicamente do que acontece no dia a dia com a abordagem social, com vários casos que a gente pega durante a semana. Já quando a gente vai pegando os casos, que a gente encaminha para o Conselho Tutelar.

#### Construção do Plano Individual de Atendimento (PIA):

Eu sou a pessoa responsável pelo PIA, pelos relatórios, informações diárias, mensal, o movimento da criança. Todos esses instrumentais sou eu que faço na instituição.

Então, a construção do PIA a gente trabalha com uma equipe, né, envolvendo tanto a psicologia, pedagogia. Os aspectos que são importantes para a construção, a questão do esporte, lazer, cultura, terapia. E depois de construído a gente discute se pelo

menos tem algo e a gente repassa pra família o que a gente está fazendo naquele período com a criança. E que ela vai participar, de que forma que ela vai ser inserida numa atividade. Então a gente constrói dessa forma e tudo em conjunto mesmo, em equipe.

Assim, nessa questão do PIA, por exemplo, a maioria das nossas crianças na instituição, é, acho que é a maior parte das nossas crianças, são bebês e as famílias não visitam, porque as nossas crianças são bebês que vêm do

ano passado. Ainda tinha algumas mães que os visitaram e algumas crianças retornaram, mas atualmente a maioria das nossas são crianças abandonadas na maternidade. Os pais são usuários, né, e pais que abandonaram até as crianças maiores. São crianças que já estão lá há dois anos, três anos, esperando a questão da adoção. Estão em processo de destituição do poder familiar, né? Então assim, no meu caso, a construção do PIA eu não tenho essa questão familiar. Eu não tenho como construir isso. Eu não tenho esse acesso com eles porque eles não visitam. E, sim, lá no abrigo a gente, por exemplo, tem uma equipe técnica, que são duas psicólogas, que são duas assistentes sociais. Então é, somos nós que assinamos a documentação. No caso de relatório psicossocial é eu e ela que fazemos essa parte das crianças em questão de documentos e daí tudo o que é necessário que a gente faz.

É, essa questão da família, por causa das crianças que estão acolhidas em uma outra situação, porque a gente não tem mais esse contato, mas essas que ainda estão nessa fase de inserção a gente tenta fazer um trabalho de fortalecimento, né? Para poder trazer essa questão e aí também a nossa particularidade. As nossas crianças são com múltiplas deficiências e também têm atividades que nem todos conseguem participar, devido ao diagnóstico, né? Então é tudo bem minucioso para que, apesar da deficiência e dessa limitação, ela seja também inserida. É um direito dela participar. Algumas vezes, mas até menos, conforme a gravidade do quadro, a gente tem criança na enfermaria. São crianças e adolescentes e adultos que não conseguem participar. Mas essas que têm condições de participar a gente tenta se moldar e tenta reinserir.

Na instituição, também nós contamos com uma equipe técnica. A gente faz essa construção [do PIA] com a equipe do acolhimento, cuidadoras, a técnica de enfermagem, a gestora e a pedagoga também estão inseridas, porque elas passam todos os dados e aí a equipe psicossocial, que são duas assistentes sociais e duas psicólogas, a gente reúne todo aquele dado e a gente constrói o PIA das crianças.

#### Retornos à família de origem/extensa, adoção:

A questão da adoção. Recentemente foi adotada. Era um grupo de irmãos. Então, assim, todo o trabalho que houve com essa criança, com esse irmão, a princípio o juizado tinha proposto no ano passado que houvesse a separação dos irmãos, né? Que se retirasse um deles do abrigo e colocasse em outro abrigo para tentar facilitar essa adoção. Ele sabe que, mesmo que se tirasse um do abrigo, um dos dois do abrigo, que essa separação seria inevitável, né? Então assim, foi todo um trabalho de mais de seis meses de construção junto com a pessoa interessada [em adotar], o juizado envolvido. Então foi feito esse trabalho e agora, recente, ela saiu do abrigo e o irmão ficou. Ele tem deficiência e ela não tinha nenhuma deficiência. Então ela foi para abrir, por uma questão familiar, social. Mas ele já vai atingir a maioridade e a gente está trabalhando com ele a questão da autonomia dentro do projeto, e ela foi para adoção. E com relação ao

retorno dessas famílias, principalmente dessas três que nós estamos trabalhando. Então assim, gradativamente elas estão indo ao abrigo. São situações bem difíceis, porque elas, uma delas foi retirada da rua e, durante esse período, a mãe normalmente engravidou. Mas assim o que a gente percebe é que é toda essa fragilidade que existe na rede para dar conta. Para que essa família, essa mãe se reestruture e possa receber. A questão do Conselho Tutelar é uma fragilidade que, infelizmente, tem. Existe, né? Com relação às denúncias, agilidade, é uma morosidade para tudo. Mas, assim, aos poucos a gente conseguiu, não só dela, mas de outra criança com deficiência ser adotada e a gente ficou muito feliz, apesar da deficiência dele a gente conseguiu trabalhar com essa pessoa interessada. Então foi um ganho muito grande, mas o retorno ainda é gradual nessas famílias.

No ano de 2020, 2021, as audiências foram remotas. Isso dificultou um pouco os acolhimentos, porque nós não tínhamos ainda a situação da visita

***“A mãe lá na maternidade não quis a criança, mas a justiça dá um determinado tempo para que a pessoa possa mudar de ideia, aquela mãe possa mudar de ideia e querer a criança novamente. Nós tivemos algumas mães que realmente se arrependeram e que quiseram a criança de volta.”***

domiciliar, que é uma coisa que acaba embasando nossas decisões. Que não é só a casa, é sentir a conexão, o vínculo. Mas, em 2022, agora na primeira audiência, nós acolhemos 12 crianças que a gente conseguiu fazer as visitas tanto para família de origem quanto para família substituta. Então, às vezes, a de origem a gente consegue acompanhar seis meses após o acolhimento. Então, isso, estão no período do acompanhamento. Então está sendo bem favorável, bem positivo. Da adoção o abrigo acaba não conseguindo acompanhar. O processo vai direto pro juizado, mas a gente tem notícias que também é bem positiva e também, por conta da pandemia, a gente teve uma restrição e não houve desacolhimento praticamente. E também teve uma resolução sobre família acolhedora e o projeto, né? Então hoje foi instituída a lei e aumentou o número no Janel Doyle.

No caso do abrigo, também essa dificuldade, né, da pandemia. A gente não teve, não conseguimos fazer as visitas. Para nós foi difícil, muitas vezes a família, ela não entende por que ela

está lá. A gente sabe da dificuldade, né, mas também a gente está ali para proteger as crianças e as pessoas que estão trabalhando, e falamos algumas vezes através de vídeo. As crianças também. Não houve adoção, não houve é retorno à família de origem. Nós tivemos agora em abril a audiência e foi muito bom, porque muitas crianças voltaram. A mãe lá na maternidade não quis a criança, mas a justiça dá um determinado tempo para que a pessoa possa mudar de ideia, aquela mãe possa mudar de ideia e querer a criança novamente. Nós tivemos algumas mães que realmente se arrependeram e que quiseram a criança de volta. Fizemos todo esse trabalho com essa mãe. Foi atendida pela psicologia, a equipe técnica do juizado da infância e foi favorável a que a criança realmente voltasse para ela. Nas audiências, as crianças voltaram. Foram duas, três crianças que retornaram pela questão do abandono dentro da maternidade. Fizemos todo o trabalho e foi favorável para que as crianças retornassem. Nós tivemos muitas adoções.

Acho que numa faixa de cinco a seis adoções. Foram feitos esses trabalhos também através de vídeo, né? A família via as crianças, depois também veio família de fora que adotaram as crianças. Dois irmãos foram adotados. Um dos meninos tem Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), mas assim mesmo a família quis a criança, porque ela também tem TDAH, então ela se identificou muito com essa situação da criança, né? Mas, assim, a criança estava estudando tudo direitinho e hoje nós temos notícia, ela está sempre mandando fotos, de como as crianças estão na escola, como elas estão lidando com essa questão do TDAH, né? Um trabalho que está sendo feito, agora ultimamente, é só para informar, que lá dentro da instituição nós temos três crianças especiais. Uma com uma paralisia cerebral leve e duas crianças com autismo. Para nós foi novidade, porque até então a gente não tinha crianças especiais. Hoje nós recebemos crianças com retrovíruses, a questão do vírus HIV, que antigamente não vinha para nós. Ia para a Casa Vida, que era uma instituição que recebia crianças com este perfil. Então foram coisas novas que a gente teve que aprender a lidar, né? Com isso, e graças a Deus, a gente tem conseguido resolver essa situação. Das coisas que vêm na situação da pandemia, que a gente aprendeu a lidar com isso, sim. Então são coisas que a gente hoje já consegue trabalhar. São crianças que foram abandonadas, que não têm retorno para a família, porque já estão em processo de destituição. Então, para nós, a gente está à procura, a justiça está à procura de uma família. Ontem nós entramos em contato, o juizado mandou uma família de Roraima, amigos daquela família que adotou as duas crianças que vão, que estão fazendo processo de vínculo. Mas, assim, por enquanto ainda, só através de vídeo porque a menina tem 10 anos e ela não tem nenhum problema, mas o menino é autista. Eles estão trabalhando essa questão porque eles, a vontade deles, é realmente querer a criança porque já trabalham com autismo em Roraima, na igreja Batista de Roraima. São missionários, né? Então, a gente está torcendo que dê tudo certo, porque a gente sabe que não é fácil você adotar uma criança autista, então assim foi essas situações que aconteceram.

No início da pandemia nós estávamos trabalhando, mas eles chegaram, como padrinhos da criança, uma criança haitiana onde ela já estava com ADPF [Ação de Destituição do Poder Familiar] dela, já pronta para uma adoção e, como esse casal já era escrito no juizado para ser uma família adotiva, então a gente fez todo o acompanhamento com eles de visita, de conhecer a casa. E eles se identificaram muito com a criança e a criança com eles. Nesse período antes, no início da pandemia, ela ia fazer convivência com eles. A casa ela ia para lá [acompanhar]. Então, quando veio a pandemia, ela estava com eles e aí a gente ficou, e agora? Como fazer, né? Ela quis ficar e por ser a mãe adotiva ela tinha o grau de risco e depois não podia ter contato, mas depois com ninguém a gente conseguiu através do Juizado, que eles dessem um documento autorizando que a criança permanecesse com eles. Porque já tinha a gente feito, acompanhando essa família e a gente viu que era uma família que estava

ali pronta a dar toda assistência para criança e ela já se identificava com eles. Então, a gente conseguiu no período da pandemia, ela passou o período todo na casa deles, a gente conversava com essa família, com a criança através de videochamadas. E aí a gente construía o relatório e mandava para o juizado. A equipe técnica do juizado, também psicossocial, entrava em contato com a família para saber como é que estava a criança. Então foi uma coisa assim que a gente conseguiu, é, manter com que a criança ficasse. Aí esse vínculo se construiu ainda mais nesse período que ela ficou com essa família, tanto que ela não queria mais retornar pro acolhimento, porque ela já tinha eles mesmo como pai, mãe e irmãos.

Rede Acolher e o Plano Municipal do Direito à Convivência Familiar e Comunitária:

A Rede Acolher tem vários grupos. Eu participo de um, esse é mais de trabalho em relação a editais, questão financeira, associação, número de vagas. Resolvemos criar esse grupo, que ele é bem eficaz. Assim, ele tem

***“a gente viu que era uma família que estava ali pronta a toda assistência para criança e ela já se identificava com eles. Então, a gente conseguiu no período da pandemia, ela passou o período todo na casa deles a gente conversava com essa família, com a criança através de videochamadas.”***

tido muitos ganhos, inclusive desde 2019, em relação a financiamento a gente tem tido espaço de discussão dentro da Secretaria [Secretaria da Mulher, Assistência Social e Cidadania - SEMASC] por conta da Rede Acolher. Conquistas em várias áreas assim, é. Depois da pandemia eu acho que se intensificou mais a questão da comunicação mesmo. Nós temos tanto técnicos quanto gestores, então a gente tenta através da Rede Acolher se empoderar para decisões, né? Hoje ela quer dar um impulso. Ela que está na frente, ela que representa, ela que puxa todo mundo, ela chama atenção, ela briga e, assim, pra gente tá falando a mesma língua. Então a Rede Acolher hoje está mais fortalecida, né? Eu percebo isso, quando está um lado fragilizado, todo mundo se junta. Foi agora recente, que algumas instituições não receberam [recursos], né, aí a rede foi lá e trouxe todo mundo e vamos passar fax. Então, sempre houve os percalços, mas agora todo mundo mais seguro por conta de sermos nove ou dez

organizações e tem as abordagens também, que estão junto lutando pela básica [Proteção Social Básica], que está aí num suspiro horrível, mas é a Rede Acolher ela veio ser bem ponderada assim, para gente bem bacana.

É, a gente tem tido uma dificuldade com a atenção básica no nosso município, com relação a financiamento. Então, quando se fala em comunitária, a gente sempre vê projetos sociais que podem estar abertos para a comunidade, seja para criança, para aquela mãe. A gente tem tido muita dificuldade com projetos de serviço, instituições fecharam por conta de financiamento. Até 2017, a SEAS [Secretaria Estadual de Assistência Social] do Estado, ela, por lei, né, municipalizou, mas até hoje a gente não tem nada concreto de edital de fomento, nada. Então, assim, aqueles

***“Se não tem atenção básica, na alta complexidade vai aumentar os números de acolhidos. A gente recebe pessoas vulneráveis, nota que, nitidamente, se tivesse trabalhado a base da família, ali naquela violência, na situação, eles não teriam que chegar no acolhimento.”***

trabalhos que tinham nas associações eles minguraram. Quando você é, um trabalho é, uma, é uma matemática, é exato. Se não tem atenção básica, na alta complexidade vai aumentar os números de acolhidos. A gente recebe pessoas vulneráveis, nota que nitidamente, se tivesse trabalhado a base da família, ali naquela violência, na situação, eles não teriam que chegar no acolhimento. Então, eu acho que, quando se pensar a discussão, tem que trazer a gestão, que é responsável pela base. O que a gente tá, assim, é apagando incêndio que podia, né, ter sido assistido lá na base mesmo. A gente pode ampliar a discussão, trazer, né, com mais força, chamando responsáveis pra decisões.

Sou da abordagem social. Eu gostaria de falar um pouco sobre a questão da rede, por exemplo, com a questão da pandemia o mundo mudou, tudo mudou, né? Então, a gente que trabalha com pessoal em situação de rua, a gente percebe que há uma migração por ação, às vezes por questão de drogas, tá devendo é, né, alguma coisa. Então, às vezes, a gente tá ali, vai fazer uma abordagem com aquele indivíduo, a gente tenta tirar ele pra levar pro abrigo, para tentar tirar ele daquela situação e, muitas vezes, eles saem dali e, pouco tempo no abrigo, aí já sai daqui, dali, já acha que tá bom, que já está curado do vício. E volta de novo pra rua.

Eu acho, assim, que é uma questão de aprendizado, né, porque aqui são instituições diferentes, no caso da abordagem, que, na nossa instituição, a gente não tem, mas é um trabalho lindo, que aponta realmente de se fazer um trabalho para que se possa evitar que as crianças cheguem até o acolhimento. Porque a gente sabe que é muito doloroso, é muito sofrido uma criança chegar até um acolhimento, porque, quer queira, quer não, e mesmo que ela esteja passando aquela dificuldade, mas ela quer é estar dentro da família, certo? E a gente tenta fazer o melhor e sabe que não é a família, mas é uma situação que acolheu. Então, eu acho que pra nós, pra mim, aqui é uma troca de experiências, é uma convivência que a gente pode

***“a gente sabe que é muito doloroso, é muito sofrido uma criança chegar até um acolhimento, porque, quer queira, quer não, e mesmo que ela esteja passando aquela dificuldade, mas ela quer é estar dentro da família”***

tirar algo para nós, como profissional, né, com pessoas que estão ali de frente com as crianças todos os dias. Como eu digo, que a gente vive mais no acolhimento do que na própria família da gente, mais família do que as nossas famílias, né? Então, para nossa experiência, é maravilhoso tudo aquilo que foi falado, tudo que aqui foi dito é. A gente, eu vou levar para mim como uma experiência diferente, uma experiência boa, né, para que a gente possa melhorar o trabalho da gente.

É importante a gente abrir esses espaços, porque aqui nós somos equipes, que trabalhamos dentro dessa organização, e aí, a gente sabe, a gente lida todos os dias, por exemplo, com o fortalecimento familiar e comunitário. Se a gente tivesse o apoio do município, do estado, para essa prevenção a gente não

teria tanta criança entrando para abrigo, né? Porque a gente acaba revitimizando de novo aquela criança, quando a gente tira lá de dentro do seio familiar, porque não é feito uma medida pra que aquele abusador, aquela pessoa que infligiu, que fez aquela violação de direitos, ele continua dentro de casa e as crianças saem. E aí, a gente, quando é acolhimento, a gente faz todos os tipos de acompanhamento, a gente vai procurar a família extensa, família materna, família paterna, e a gente vai vendo ali uma bola girando e que vai aumentando cada vez mais. A situação, histórico familiar dessa família, e aí, às vezes, a gente, enquanto instituição de acolhimento, a gente faz o nosso papel, e a rede como está? O que eles estão fazendo? Qual é o tipo de acompanhamento, né, porque a gente faz, e muitas vezes aquela criança ela sai de dentro do acolhimento e volta de novo pra aquela família e ela volta a sofrer de novo o abuso.

Como já foi colocado, hoje nós não temos o acolhimento. Aí, ouvindo

***“a gente lida todos os dias, por exemplo, com o fortalecimento familiar e comunitário. Se a gente tivesse o apoio do Município, do Estado, para essa prevenção a gente não teria tanta criança entrando para abrigo né. Porque a gente acaba revitimizando”***

vocês, penso que o trabalho que hoje Aldeia faz ele é muito importante, mas ele é muito pequeno, né? Hoje nós atendemos 45 famílias, nós temos numa casa aqui que a gente chama Núcleo SOS de Apoio à Família, onde atendemos, geralmente durante a semana, pela manhã. Nós estamos nas famílias. São famílias de todas as zonas de Manaus e nós fazemos esse trabalho realmente de fortalecer essas famílias para que esse vínculo ele não venha ser rompido. E que essa criança tem o direito de estar ali, com a família. Nosso fundador ele tem uma das frases que ele diz é essa, né, que a criança ela tem o direito de crescer na sua família. Então isso a gente tem muito forte no trabalho que nós realizamos. Hoje, além dessas 45, nós atendemos mais acho que é 147, 160, que também estão nesse nível altíssimo de vulnerabilidade, mas que nós não temos equipe suficiente para trabalhar num trabalho contínuo como

nós fazemos com as 45, mas não deixamos de acompanhar, de nos comunicar com elas, de virem até nós. Nós estamos trabalhando com geração de renda, fortalecer isso nelas para que elas possam então também iniciar esse trabalho na sua casa, em algum ponto que elas achem necessário. E é um trabalho assim que a gente tá dando uma importância muito grande, uma ênfase muito grande, porque a gente sabe que elas não têm qualificação para o mercado de trabalho e o mercado também, hoje, não tem essa oferta. Então, é, nós estamos fortalecendo essas famílias para isso. Portanto, ouvindo vocês nessa questão do acolhimento, a gente vê que realmente é um trabalho pequeno, mas muito importante. E que, se fosse realmente discutido, né, pela rede, eu acho que a gente poderia fazer um trabalho muito maior e evitar, com certeza, muitos acolhimentos, e essa criança teria o direito de viver e crescer na sua família.

## - Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas - ADVAM

Dayana Cruz da Silva, sócia desde 1992, e José Wallace Rodrigues, sócio-fundador desde 1986. Entrevistas realizadas em 09 de junho de 2022.

De associada a usuária-associada:

***“Apesar de tudo, eu lutei. Tive minhas dificuldades, mas cuidei do meu filho. Eu penso no melhor. Que, graças a Deus, no meu caso no começo da pandemia eu consegui me formar. Eu me formei em informática”***

**Dayana:** Tenho 39 anos e tenho um filho atendido aqui, com 18 anos. Eu vim, porque a gente conheceu a Escola Rodrigues em 92. Foi quando a gente conheceu a associação e se tornou sócio da ADVAM. Eu e minha irmã, mas depois que tive meu filho, ele nasceu com deficiência visual e aí ele também entrou pra ADVAM. Pela nossa deficiência, a gente tem uma dificuldade, mas no caso eu, eu não tenho coragem de andar muito por aí só, porque é como é hoje em dia o mundo. As pessoas. É aquela coisa, pela parte de trabalho, de ter mais dificuldade, até mesmo que a gente foi caminhar no bairro. Aí as pessoas já falam de tudo: “vocês podem”, “vocês conseguem se locomover só”. É claro que sim. Todos nós podemos nos adaptar a qualquer coisa. Não é a questão da nossa deficiência que vai limitar a gente.

Infância:

Foi boa, consegui, é, me relacionar com as pessoas, apesar da deficiência, mas não podia brincar nem correr com meus amigos, eu como criança. Logo no começo eu ainda enxergava um pouco e consegui andar só, pegar ônibus só, andar só, mas depois a gente vai se adequando. Sempre, sempre me senti capaz, apesar de não poder conseguir tudo e todo dia tentar alcançar mais. Depois que comecei a pensar diferente, mas até na parte escolar eu pensava que só ia conseguir terminar o ensino médio, mas às vezes é um pouco complicado, mas já acabei com esses pensamentos.

A vida na pandemia:

Não estou estudando, mas depois que meu filho nasceu, eu não quis deixar as coisas. Apesar de tudo, eu lutei. Tive minhas dificuldades, mas cuidei do meu filho. Eu penso no melhor. Que, graças a Deus, no meu caso, no começo da pandemia, eu consegui me formar. Eu me formei em informática e o modo que estou sendo ensinada agora está sendo muito bom e espero um futuro melhor para o meu filho, que ele faça a faculdade dele e eu a minha. O melhor para minha família é pegar as oportunidades que estão aparecendo e você aproveita para ser o melhor: “Apesar de todas as dificuldades eu quero ver você conquistar as coisas, filho”.

***“Agora vou ter que me dedicar para ele ser o melhor para mim e para você, porque hoje em dia deficiente é só por concurso público para poder ter uma estabilidade melhor. Ele estudou em colégio do estado mesmo, no próprio para deficientes visuais, até a terceira série. Aí, de lá, ele fez a inclusão para uma escola do estado e agora está terminando o terceiro [ano do Ensino Médio].”***

Eu falei que quero que ele faça a faculdade dele, porque ele já fez o terceiro ano. Agora vou ter que me dedicar para ele ser o melhor para mim e para você, porque hoje em dia deficiente é só por concurso público para poder ter uma estabilidade melhor. Ele estudou em colégio do estado mesmo, no próprio para deficientes visuais, até a terceira série. Aí, de lá, ele fez a inclusão para uma escola do estado e agora está terminando o terceiro [ano do Ensino Médio]. Ele, no caso, fez aula de reforço e, quando teve a pandemia, não teve como ele ir para escola e na sala de recursos a professora gravava as aulas. Minha sobrinha o ajudava a fazer as tarefas *on-line*, ainda mais quando era matemática. E eu posso até dizer que ele não fazia as atividades de matemática porque mais era cálculo e cálculo, e como não tinha a professora, como fazer? A gente tinha que tentar fazer *on-line* mesmo para ele.

No caso, universidade particular, eu falei assim: “Olha, eu sou deficiente visual e vocês têm todo esse preparo”. Aí eles falaram que tinham que ver. Então, assim, falta mais espaço, falta muita coisa ainda. Como eu posso dizer, é a locomoção mesmo. Porque, se eu saio da minha casa, as ruas vivem esburacadas. Moro na Zona Sul, em Petrópolis. Sempre

sofremos discriminação. As pessoas nos tratam como incapazes, como necessitados. Eu acho injusto, porque hoje em dia o deficiente visual vai lá fazer um concurso público, né, aí com aquelas lentes moleculares, que enxerga até cinco vezes mais de um lado do olho. Então, assim, ele consegue lá ler a prova dele e não precisa de um leitor, então a minha desvantagem com ele é maior.

É, que nem semana passada, a gente estava indo, eu, ele e minha irmã. Aí a gente esbarrou numa caixa que o rapaz tinha deixado no meio da loja. Aí ele foi lá ajeitou e entrou na loja e atendeu o cliente, e depois aí atendeu outro cliente, e fingiu que não viu a gente ali. Aí, então, assim a gente pode ter nossos defeitos, mas a gente ouve. Aí eu falei assim: “Vamos embora porque ele já foi atender outra pessoa e a gente está aqui parado que nem besta”.

---

**José Wallace:** Eu sou um dos 32 fundadores desta casa. 1986, em 6 de outubro de 86 nós contribuimos para a construção da instituição. Nosso objetivo, da ADVAM, é, na associação de deficientes visuais, são justamente promover atividades que venham a facilitar a inclusão do deficiente visual na sociedade, por meio de atividades como transporte, educação, cultura, lazer, mercado de trabalho, além da questão da parte social de assistência. Os parceiros principais são a SEMED, CETAM, SENAC, o Fundo de Promoção de Desenvolvimento Humano que é do

estado e Manaus Solidário, mas tem outros. A ADVAM ela não define uma idade pra atender os deficientes, são pessoas de todas as idades, crianças, adolescentes, às vezes até idosos ou beirando essa faixa de idoso, então, assim nos últimos anos tem aparecido criança para pegar essa parte de educação complementar, né, porque a gente trabalha com reforço, informática e o reforço das técnicas que os deficientes usam em sala de aula, o braille.

ADVAM e a pandemia:

Agora você imagina, né, no Brasil, a gente ouve que as dificuldades foram porque as crianças não tiveram acesso à questão do computador ou da *internet*. Quando tem uma, falta a outra, mas os nossos deficientes são pessoas vindas de camadas sociais baixas, pessoas sem muitos recursos. Então, veja, é muito mais difícil ainda a questão de trabalhar com um deficiente de forma *on-line*, é muito mais difícil ainda. É difícil para uma pessoa normal. Imagina para a gente, mas tentamos fazer na instituição

**“são essas coisas do dia a dia que constroem a gente. Mas eu falo assim para eles: “Gente, a sociedade e as pessoas não têm culpa da sua própria ignorância, porque ninguém oportunizou a sociedade a conhecer um deficiente visual”.**

cursos *on-line* para os interiores, está entendendo? Tivemos que suspender na época que estava muito forte a COVID, inclusive alguns associados faleceram que estudavam aqui. Aí a gente, quando começou e alguns faleceram, começou a apertar mais o cinto, né? A suspender e botar esses cursos *on-line*, mas é difícil a questão da aquisição dos equipamentos, para ter acesso a essas aulas *on-line*. Muito complicado sabe. Foi uma luta isso aí, mas de forma precária a gente fez.

Dificuldades na percepção social da deficiência visual e condições de estudo e vida:

De constrangimento. Quando a gente tem um carro na frente da calçada e não consegue passar; quando a gente vai atravessar a rua e a sinaleira não funciona ou o botão não

funciona; quando a gente chega num consultório médico e as pessoas querem andar com a gente de qualquer jeito, abraçando, agarrando, e eu preciso ensinar para a pessoa que ela só precisa pegar no meu braço para me guiar. Que não precisa estar assim abraçando, entendeu? Assim, é, são essas coisas do dia a dia que constroem a gente. Mas eu falo assim para eles: “Gente, a sociedade e as pessoas não têm culpa da sua própria ignorância, porque ninguém oportunizou a sociedade a conhecer um deficiente visual”. Será? Talvez não, né? Então, assim, teria que haver campanhas de sensibilização de como ajudar um deficiente. Como atravessar a rua, sobre prevenção da cegueira, a pegar um ônibus. Orientações nesses sentidos, mas no momento estamos fazendo uma cartilha para lançar, para distribuir para as pessoas.

Uma das maiores dificuldades que temos é o acesso ao recurso didático. Muitas vezes, a criança não tem como comprar uma reglete. A reglete é um material que o deficiente usa para escrever. É uma maquininha

[instrumentos criados para a escrita Braille de forma manual] e o soroban, que o deficiente usa para fazer cálculos práticos, ou a bengala que quebra e o deficiente não consegue chegar aqui porque quebrou. Estás entendendo? Aí, assim, para o deficiente comprar um material desse é caro. Uma reglete está uns 120 reais, um soroban, em torno de 100 reais e a bengala, 150 reais. Aí, veja, a maioria desses deficientes infelizmente depende de um pequeno benefício chamado BPC [Benefício de Prestação Continuada]. Poucos tiveram a oportunidade de acessar o mercado de trabalho e os que conseguem é somente por meio de concurso público. E tô falando de cegos, né, porque os que têm uma baixa visão têm uma facilidade melhor. Porque assim, não sei se a senhora está me entendendo, mas o deficiente visual se divide em duas classes, tem o cego como eu, que tenho visão zero e a pessoa de baixa visão, que tem 30 ou 50% no melhor olho, entendeu? Tem baixa visão, mas consegue fazer mais coisas que eu. E é esse que as empresas preferem contratar.

Eu queria agradecer a presença de vocês aqui, porque a gente precisa receber mais visitas assim, pois quanto mais gente vier e conhecer a ADVAM visual, mais esclarecidas elas vão estar e será mais uma pessoa a estar para ajudar a gente durante o dia a dia, com o atravessar a rua ou pegar o ônibus. Então, quanto mais gente vier aqui, se vocês quiserem sugerir para mais pessoas virem aqui, vamos ficar gratos.

---

## - Movimento Indígena em Manaus

Sônia Regina Vilacio Sateré-Mawé, da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM), e Valdivino Marinho Moraes, liderança indígena Kokama. Entrevistas realizadas em 30 de março de 2022.

Uma associação de mulheres em prol da geração de renda:

**Sônia Regina Vilacio Sateré-Mawé:** Tenho 47 anos, quatro filhos e atualmente vivo com um rapaz Sateré-Mawé. Esse movimento, ele ficou por caso que é da pandemia. Assim, a pandemia, ela paralisou as coisas, as ações. Eu era só integrante desde menina, agora sou coordenadora. Aqui tem um período de mandato, de quatro anos, de quatro em quatro anos. [...] Pois então, como a associação foi criada por minha mãe e aí ela, como ela é uma associação que não tem verbas, não tem, as pessoas querem, né, trabalhar muito. É, digamos que as pessoas não querem trabalhar sem ganhar. Assim, também a gente concorda, né, porque aqui na cidade tudo é dinheiro, não é isso? Mas a gente tenta levar as coisas, mesmo sem dinheiro a gente, como foi criado, assim pra ajudar as mulheres, só mesmo por amor, então a gente consegue levar, né? Eu consigo levar porque, pra ajudar as mulheres e orientar a procurar os seus direitos, principalmente as mulheres que sofrem violência, incentivar elas num trabalho artesanal. Porque, não tendo como trabalhar de empregado, não tem carteira assinada, mais que um empregado informal porque, onde elas podem ganhar o dinheiro, pode sustentar o filho. Família ajuda nesse contexto aí que a gente trabalha por isso. Esse tempo que ficou a associação, assim da pandemia,

não parou. [...] Fica ali na Compensa. É a Associação das Mulheres. Aí, lá elas têm trabalho, ela tem associado no Rio Marau, atendem lá as mulheres de segunda a sexta, todos os dias. Sexta, o horário é a partir das 8 da manhã até às 5 da tarde. Nós temos 50

Entre os dias 30 e 31 de março, indígenas, lideranças e organizações representantes das 64 etnias do Amazonas se reuniram na Chácara Abraço Verde, Zona Centro-Sul de Manaus, para discutir e rever estratégias de luta dos povos originários. Nomeado de Retomada Coletiva do Movimento Indígena do Amazonas, o evento recebeu suporte do Fundo Brasil de Direitos Humanos por meio do Apoio Emergencial - SOS Amazônia. **“Manaus também é território indígena: aqui se falam 36 línguas diferentes, temos 47 povos diferentes e isto vem sendo apagado.** Esta luta é pelo resgate da história que determina o futuro que vamos construir”, reforçou Marcivana Sateré-Mawé, da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Copime). [<https://www.fundobrasil.org.br/>]



Foto: Samela Sateré-Mawé

associadas, mais artesões que fazem encomenda, pedido, aí elas vão trabalhar. Porque, assim, tem muita violência contra a criança, contra a mulher, chama a gente pra gente é, ajudar a encaminhar elas. [Algumas] Só têm Bolsa Família. Lá na aldeia, lá as mulheres de lá, elas trabalham da semente, coletando semente e aí, depois manda pra gente aqui, a gente vende na lojinha da associação.

Minha vida, desde a idade de 16 anos, sempre acompanhei minha mãe na associação. Eu tinha 16 anos e aí eu sempre lutei junto dela, sempre batalhei com ela. Para ela montar a associação eu tive que ir trabalhar em

casa de família. Ela não podia trabalhar fora porque ela era operada, ela tinha problema de saúde. Aí, para ela criar a associação, para registrar, no início eram quatro irmãs, depois que elas faleceram ficou só minha mãe, como a coordenadora, e uma secretária. Aí tem o caso da verba que quase não tinha, aí ficou só ela e aí todo mundo sumiu. Mamãe morreu e aí foi o jeito eu assumir, porque eu sou única filha e aí, como já vinha trabalhando com ela na associação, eu continuei lá na associação o serviço que ela fazia. E, com o incentivo das outras mulheres, o movimento teve que continuar.

Enfrentando as violências contra a mulher:

Há muita violência em todos os sentidos com as mulheres, entre ela e o marido, dentro de casa com filho, na comunidade, e aí, o que elas procuram mais é pensão alimentícia, porque, na verdade, têm muitas crianças sem pai, né? Faz um filho por fazer. Então, muitas vezes, elas não sabem o que fazer, aí ela nos procura, né? Meninas que trazem de lá para trabalho escravo para casas de famílias. Também chegou essa queixa para gente lá, porque a gente tem que combater isso. Porque isso que aconteceu com a minha mãe, com a minha tia, quando vieram na época para estudar, trabalhar, e não foi isso que aconteceu, né? Então agora, quando se sabe um caso desse, que traz as meninas de lá da aldeia para trabalho escravo, a gente tenta tirar. Nós faz de tudo pra tirar ela de lá. Meus filhos [...] e minha nora todos trabalhando na associação, porque eu acho assim, um serviço muito bom. É uma atividade que a

gente faz dentro de casa, olhando os filhos e fazendo nossas coisas, porque assim, né, na minha opinião, é, tem muita marginalidade, e muito filho da gente vai pra um caminho ruim, uma porque os pais e mães tá trabalhando e deixam filho à vontade e não sabe o que está fazendo. E com esse serviço eu dei conta de todos os meus filhos, né, graças a Deus. Tenho quatro, tem um menino e três meninas. Até hoje, graças a Deus, não envolveu nada disso, bebida, nem droga, nem nada. E isso eu ensino para as mulheres que chegam, ter um serviço que faz em casa, para mim a associação, ela foi muito boa.

***“Meninas que trazem de lá para trabalho escravo para casas de famílias. Também chegou essa queixa para gente lá, porque a gente tem que combater isso. Porque isso que aconteceu com a minha mãe, com a minha tia, quando vieram na época para estudar, trabalhar, e não foi isso que aconteceu né. Então agora, quando se sabe um caso desse, que traz as meninas de lá da aldeia para trabalho escravo a gente tenta tirar. Nós faz de tudo pra tirar ela de lá.”***

Nesse período da pandemia, a gente parou, a gente fechou tudo. A situação bem feia e agora, que não tinha o que fazer, e agora como a gente vai sobreviver? E aí eu peguei COVID, meu marido pegou COVID. A maioria pegou lá em casa e num dia que nós tava bem mal, bem apereado mesmo, com todo mundo achando “eu vou morrer” e acabando a comida. E aí chegou umas pessoas de longe, é, um grupo de artista, uma organização de grupo de cantores, que ajudou a gente, né? Então, eles queriam comprar nossa encomenda e falou vamos ajudar comprar as coisas que vocês produzem. Aí, quando passar a pandemia vocês dão continuidade, mas no momento temos esse dinheiro aqui pra ajudar na alimentação. Aí continua comprando a comida, né? Depois ela veio mais outra proposta, pra gente fazer máscara. Então vamos ajudar vocês e o que vocês acham de fazer máscara para vocês? Usarem pra comunidade? Quem sabe vender? Minha gente assim, foi tipo uma inovação, aí eles mandaram dinheiro para comprar tecido, eles mandaram dinheiro para comprar máquina de segunda mão, né, e a gente começou a fazer as máscaras na costura. A gente

***“a gente começou a fazer as máscaras na costura. A gente começou a mandar para as comunidades, para todos os nossos parentes e aí, depois, a gente conseguiu ajudar as comunidades, comprar o álcool gel e aí conseguimos sobreviver.”***

começou a mandar para as comunidades, para todos os nossos parentes e, aí, depois, a gente conseguiu ajudar as comunidades, comprar o álcool gel e aí conseguimos sobreviver. [...] Município de Parintins, Maués e tem mais de 35 aldeias.

Eu moro aqui em Manaus e a gente vai lá de vez em quando, fazer reunião com as mulheres e aguarda as mulheres virem aqui também. Então é assim, a gente conseguiu sobreviver e aí, depois, a minha filha Sam, ela começou usar redes sociais, bater foto e vender no Instagram e aí melhorou a situação de novo, né? A gente foi indo avante e agora que nós estamos de novo presenciais e hoje aqui nessa reunião da retomada.

**Valdivino Marinho Moraes:** Tenho 48 anos. Mora eu, minha esposa, meus filhos e meus genros e noras. A minha infância foi em uma comunidade indígena, chamada Jacaré Grande, próximo de Tefé, mais precisamente em frente à cidade de Alvarães. Nós vivíamos lá quando éramos crianças, até a minha idade de sete anos. Meus pais vieram do Alto Solimões, juntamente com meus avós, precisamente também de São Paulo de Olivença e Tonantins. Ficamos próximos à cidade de Tefé. Ultimamente estou morando em Manaus. Moro no bairro Mauazinho, onde tem acesso de água, energia e asfaltamento nas ruas. A estrutura da minha casa é totalmente, toda, em madeira e não fica perto de rios e nem de igarapés. Uma certa vez o meu avô, que trabalhava na roça com a gente, passou muito ruim de saúde e na comunidade não tínhamos acesso ao recurso necessário para atendê-lo, por conta disso faleceu. Por ser uma tradição

nossa, quando algo acontece de ruim com uma grande liderança é necessário mudar, por que para nós aquela terra não é melhor. Chegamos a Manaus em busca de emprego, de melhor estudo, melhor atendimento de saúde, pois é melhor que nas comunidades onde vivíamos. Não tínhamos um transporte que pudesse nos levar com rapidez, se ficávamos doentes teríamos que ir para cidade de Tefé e, muitas vezes, não havia um atendimento rápido e por essa razão ficamos preocupados com a saúde de todos.

#### Direitos indígenas e educação:

Eu e minha família somos bastante envolvidos na política indígena dentro da cidade Manaus. Quando tem evento e caminhadas em prol da melhoria da coletividade, sempre fazemos parte disso e lutamos para que isso aconteça. Esses dias, por exemplo, estávamos em busca e lutamos para que este evento de hoje pudesse acontecer. Desde as crianças ao mais velho

***“Tivemos que ficar em casa. Não podíamos chegar perto dos parentes, sem conversar, sem pode ir à casa do outro. Isso se tornou bastante ruim, pois a minha família é bastante unida. Fazíamos nosso assado e comíamos todos juntos e, por conta da doença, não podíamos fazer mais a nossa reunião”***

participam juntamente conosco, pois os mais velhos com as experiência que têm repassam para os mais novos, que eles precisam continuar sempre em busca de melhorias para a comunidade. Foi difícil [mudar de cidade], pois meus parentes moram nas comunidades e ter que deixá-los foi a parte mais difícil, por conta da saudade. Sempre fazemos uma viagem, de quatro em quatro anos, para amenizar a ausência deles. Estudei em Manaus, ainda não havia concluído o ensino fundamental, concluí o ensino médio e atualmente estou concluindo um curso Técnico em Enfermagem pelo CETAM [Centro de Educação Tecnológica do Amazonas]. [As crianças] têm acesso à educação com professores indígenas. Todos estudam, eles têm acesso a escola que fica localizada no bairro e tem um que está fazendo faculdade. [Seus pais] Não, todas as suas vidas foram nas roças, era como eles sustentavam a mim e aos meus irmãos. [Esposa] chegou a estudar até a quinta série do ensino fundamental.

#### Pandemia:

Foi bastante difícil, pois eu não pude sair para vender meus artesanatos. Além de ter contraído a doença, a qual fiquei muito mal. Nosso único meio de sobrevivência foi que algumas instituições fizeram doações de cestas básicas para minha família, fora isso passamos por dificuldades financeiras. Somente minha esposa recebe o auxílio do governo. Tivemos que ficar em casa. Não podíamos chegar perto dos parentes, sem conversar, sem poder ir à casa do outro. Isso se tornou bastante ruim, pois a minha família é bastante unida. Fazíamos nosso assado e comíamos todos juntos e, por conta da doença, não podíamos fazer mais a nossa reunião, principalmente porque eu não podia ver a minha mãe, pois ela já tem uma certa idade

e não podia correr o risco de se infectar com a doença.

### Organização e afirmação de identidade e direitos:

Eu era da comunidade Caruara. Após uma marcha que tivemos, decidimos criar uma associação indígena aqui no bairro do Mauazinho. Somos em torno de 89 famílias indígenas. Busco melhorias para a comunidade, como parcerias com organizações sociais, atualmente temos apoio da Fundação da Amazônia Sustentável, Petrobrás e Fundação Estadual do Índio. [...] Por conta do meu colar no pescoço, estava no centro, quando ouvi as pessoas falarem que os índios têm que voltar para a aldeia, que tem que andar de canoa e não de ônibus ou de carro pela cidade. Me sinto bastante

***“Quando éramos crianças, tomávamos banho no igarapé. Lembro como se fosse hoje, contando pra você, subíamos nas árvores e pulava no igarapé, tanto meninas quanto meninos. Tínhamos nossa hora de lazer para fazer isso. Essa lembrança da aldeia é muito boa, pois saímos para pegar castanha, mari e fruta-pão. Era muito divertido”***

violado, se não falarmos dos direitos que temos e quais nos ampara, as pessoas não nos respeitam, pois agem como se fosse normal. Ruim, pois eles ainda têm uma visão de que o índio é sem valor e sem conhecimento. No meu setor de trabalho não [não tem preconceito], todos têm bastante respeito por mim dentro da empresa. Quando temos uma representatividade, assegura para nós uma qualidade de vida, pois, se não tivermos alguém que possa nos representar, ficamos perdidos e sem absolutamente nada, apenas isolados. A representatividade não é igualitária para todos. Estava em uma reunião em uma UBS [Unidade Básica de Saúde], no núcleo de saúde, quando relatei para um rapaz que eu era indígena. Logo ele perguntou se havia índios na cidade e se questionou por que havia índios na cidade. Fui em busca de conversar com a diretora, pois fazia-se necessário que aquele rapaz soubesse que existem índios que moram na cidade, no contexto urbano e nós merecemos respeito.

No momento eu não tenho religião, sigo apenas os costumes da aldeia. Minha vida era muito boa na aldeia.

Quando éramos crianças, tomávamos banho no igarapé. Lembro como se fosse hoje, contando pra você, subíamos nas árvores e pulava no igarapé, tanto meninas quanto meninos. Tínhamos nossa hora de lazer para fazer isso. Essa lembrança da aldeia é muito boa, pois saímos para pegar castanha, mari e fruta-pão. Era muito divertido, saía de manhã cedo para juntar mari, pois eu gostava muito de comer mari, com café ou chá de capim-santo e, naquela época, a chuva era muito boa, pois não havia nenhum problema para nós. [...] Tudo que for nosso, tem que ser comandado e cuidado por nós, como, por exemplo, a saúde e a educação. O sonho para os meus filhos é que todos possam ter acesso à educação, estudar para que possam no futuro ser um gestor seja da educação ou da saúde.

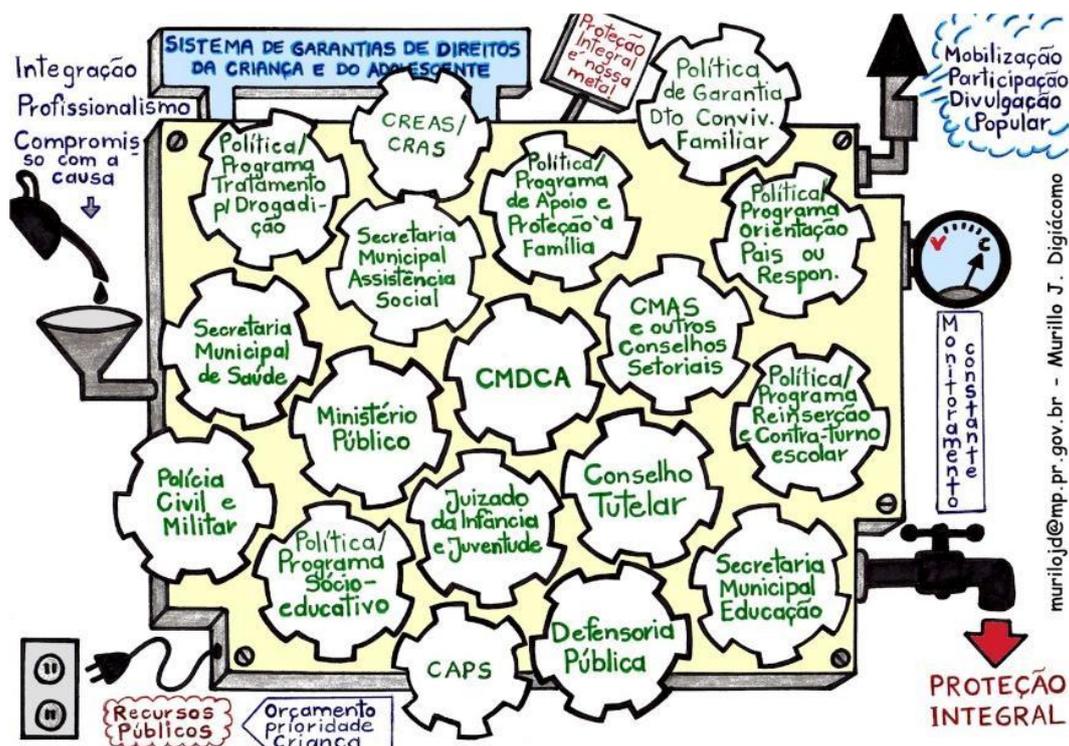
## Sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em Manaus e seus desafios

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) é uma construção coletiva e contínua. Porém, em Manaus, a partir da maioria das entrevistas realizadas pela pesquisa *Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022*, o SGDCA é um sistema desarticulado, com lacunas importantes na oferta de serviços protetivos.

A desarticulação do SGDCA foi trazida com contundência à pesquisa por profissionais em relatos sobre a inexistência de fluxos de trabalho entre as diversas agências protetivas. Essa situação se agravou durante a pandemia, quando o fator insegurança ficou mais perceptível, quando a necessidade de protocolos e procedimentos de cuidado foi extrapolada das redes de serviços para toda a sociedade, como claramente se observou no aconselhamento de autocuidados (uso de máscara, de álcool gel e de medição de temperatura) e na obrigação da adoção de protocolos e procedimentos por qualquer pessoa, como, por exemplo, o uso compulsório de máscara e a medição de temperatura como condições para se entrar em alguns ambientes.

Portanto, de um momento para o outro, cuidados próprios do atendimento em saúde de pessoas adoentadas para consigo mesmas ou de quem cuida de pessoas doentes passaram a ser ensinados e, em parte, compulsoriamente impostos a toda a população, mas em especial a pessoas que atendiam outras pessoas, como conselheiros/as tutelares e profissionais de diversas políticas públicas e órgãos públicos. Essa situação pode ter contribuído para que a falta de protocolos no SGDCA ou sua inobservância tenham ficado ainda mais evidentes. A falta desses fluxos protetivos teve mais destaque nas entrevistas do que eventuais descompromissos ou a falta de profissionalismo deste ou daquele órgão/serviço como causas da desarticulação do sistema.

Um Sistema de Garantia de Direitos que majoritariamente expressa a sua falta de articulação, a inexistência de protocolos de cuidado, em que a relação entre pessoas, de forma pessoalizada e circunstancial, é mais pujante que procedimentos coletivamente construídos, não é um sistema protetivo.



Como no desenho livre consagrado do promotor Murilo Digiácomo (MP/PR), o SGDCA existe para produzir proteção integral. Se não a produz, é um sistema ineficiente, visto que sistemas de atendimento são instituídos para dar conta de problemas objetivos. O SGDCA precisa estar adequado ao Estatuto da Criança e do Adolescente, à Resolução 113/2006 do Conanda, às novas diretrizes expressas na Lei e no Decreto acerca da Escuta Protegida e do Depoimento Especial, que veio para reforçar os dispositivos da Lei Menino Bernardo, recentemente reforçado com a Lei Henry Borel.

Um SGDCA sem protocolos e fluxos e com lacunas possui muitos pontos frágeis e que tendem a fragilizar o cuidado. Nesse sentido, além da inexistência de protocolos e fluxos, é de se salientar que algumas entrevistas informaram a falta de projetos, serviços e órgãos como CREAS, Conselhos Tutelares, Delegacias Especializadas e atendimento qualificado à família em quantidade suficiente para dar conta das violações de direitos de crianças, adolescentes e jovens em Manaus. Essa insuficiência pode acarretar mau atendimento e, portanto, situações de desproteção.

No que se refere ao CREAS, Manaus conta com apenas cinco unidades. Belo Horizonte, com população numericamente similar, conta com nove; Curitiba, com população menor, possui dez unidades. Belém, também uma capital do norte do país, conta igualmente com cinco CREAS, mas com um contingente populacional de quase 800 mil pessoas a menos (Censo SUAS, 2021). A situação de fragilidade da Política Municipal de Assistência Social na capital do Amazonas pode ser percebida na oferta aquém da necessidade de outros equipamentos/serviços, como CRAS e Centro POP (Tabela 39).

**Tabela 39:** Informação sobre as capitais com população similar ou menor que Manaus e a existência das unidades básicas (CRAS) e de média complexidade (CREAS) e Centro POP da Política de Assistência Social

Capital	População estimada em 2022	Nº de CREAS	Nº de CRAS	Nº de Centro POP
Belo Horizonte	2.530.701	9	34	4
Manaus	2.255.903	5	20	1
Curitiba	1.963.726	10	39	3
Belém	1.506.420	5	12	2

Fonte: Diagnóstico da promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em Manaus, 2022, Aldeias Infantis SOS/Instituto Bem Cuidar.

Segundo as *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (MDS)*, em municípios acima de 100.001 habitantes, deve ser implantada uma unidade de CREAS para cada 200 mil habitantes<sup>15</sup>. Nesse caso, Manaus deveria contar com 22 unidades. No Plano Municipal de Assistência Social de Manaus, consta o número de 11 unidades de CREAS e 42 de CRAS (PMAS, p. 111, 2022). E, conforme a defensora pública Juliane de Oliveira, coordenadora do Núcleo da Criança e Adolescente da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - NUDECA, Manaus precisaria de, pelo menos, 33 unidades de CREAS para dar conta de sua demanda, considerando outras variáveis que não apenas o contingente populacional, de acordo com estudo realizado anos atrás.

Apesar da constatação da falta de pelo menos seis novas unidades de CREAS, o PMAS vigente aponta para a instalação de duas nesta gestão, assim como de três novos CRAS, diante da demanda de pelo menos mais 22. Esse é o contexto estrutural aquém da necessidade técnica, no qual faltam 54,5% de CREAS e 52,4% de CRAS em Manaus.

Essa situação é alarmante, inclusive porque fica comprometido grande parte do trabalho realizado por organizações não governamentais e outros serviços públicos, ao não contarem com o CREAS para realizar determinados atendimentos - especialmente pelo caráter continuado que se busca nas políticas sociais públicas. Por exemplo, o atendimento a meninas e mulheres resgatadas de condições análogas às de trabalho escravo, realizado, entre outras, pela Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé em Manaus.

A falta de CRAS e CREAS em número adequado é uma violação institucional de direitos quando se trata do trabalho de prevenção de situações que podem levar à quebra de vínculos familiares, fazendo com que crianças e adolescentes sejam retiradas de suas famílias em decorrência de situações que, se tratadas, poderiam ser evitadas.

No CRAS, há o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que deve realizar trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de seus vínculos e promovendo acesso e usufruto a direitos e melhoria da qualidade de vida. Em Manaus, foram acompanhadas, em 2021, 11.082 famílias pelo PAIF, sendo 498 delas enquadradas como famílias em situação de extrema pobreza (PMAS, p. 69).

No CREAS, existe o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que deve dar apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou

<sup>15</sup> Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez.pdf>.

mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Em decorrência da falta de equipamentos (com um déficit assumido de 54,5% no PMAS 2022-2025) e da pandemia,

as unidades CREAS também apresentaram dificuldades quanto ao alcance satisfatório do atendimento das situações de violações de direitos. Do universo de 8.845 (oito mil, oitocentos e quarenta e cinco) crianças e adolescentes vítimas de violência/violação de direitos, segundo dados referentes ao período de janeiro a dezembro de 2020, emitidos pelo Departamento de Inteligência e Gerência de Estatística, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas, foi atendido pelo serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, no mesmo período, o total de 373 crianças e adolescentes, o que representa o percentual de 4,21% dos casos notificados. (PMAS, p. 61 e 62)

O percentual de atendimento de apenas 4,21% dos casos notificados pelos CREAS é gravíssimo, pois 95,8% dos casos não tiveram intervenção técnica para fazer cessar ou ao menos reduzir as violações de direitos, fazendo com que dores e sofrimentos variados persistam e eventualmente só se aja quando se faz urgente a aplicação das medidas protetivas que implicam o rompimento de vínculos familiares e a institucionalização de crianças e adolescentes. Isso é tanto mais preocupante, se somarmos os casos não atendidos de mulheres vítimas de violência, muitas das quais mães:

Tivemos, também, um número alarmante, total de 24.580 (vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta) mulheres vítimas de violência/violação de direitos, no ano de 2020; destas, 10 foram atendidas pelos CREAS, o que representa apenas 0,04% de cobertura desta demanda. No caso dos CREAS, além da situação da pandemia, há também que ser considerado o quantitativo de apenas 5 (cinco) unidades, estas com equipes reduzidas. (PMAS, p. 62)

Portanto, há, por parte da gestão e da sociedade civil, um conhecimento e um reconhecimento do impacto incipiente por conta da inadequação estrutural dos equipamentos mais importantes da Política Municipal de Assistência Social de Manaus para dar conta do atendimento às famílias, em especial àquelas em situação de violação de direitos. Esse problema ainda foi agravado no período pandêmico em que, por exemplo, houve decréscimo no atendimento a crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, de 491 casos em 2018 para 204 em 2021, assim como a crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual, de 263 em 2018 para 174 em 2021. Em ambos os exemplos referentes a 2021, os números representam menos de 5% dos casos que precisariam ser atendidos.

Além disso, o PMAS 2021-2025 aponta que existe a percepção de que há questões a serem melhoradas no desenvolvimento dos serviços, como quanto a “ausência de articulação entre a rede socioassistencial” e a “fragilidade dos vínculos dos trabalhadores do SUAS, gerando alta rotatividade, prejudicando os vínculos com o território” (PMAS, p. 69 e 70).

Em Manaus, existem nove serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, sendo um da Prefeitura, com gestão própria, que responde por 20 vagas, e outros oito não governamentais, gestados pela sociedade civil, em convênio com o Governo do Estado, que respondem por 180 vagas (Tabela 40). Na cidade também existe um serviço próprio para crianças e adolescentes em tratamento oncológico, o Grupo de Apoio à Criança e Adolescente com Câncer do Amazonas (GACC/AM), que possui 36 vagas.

**Tabela 40:** Serviços de acolhimento institucional, modalidades abrigo e casa-lar, conforme público atendido, gestão, capacidade de atendimento (vagas) e total de crianças, adolescentes e jovens atendidos/as, em 2021

Nome da instituição/serviço	Público	Modalidade	Gestão	Vagas	Total 2021
Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (SAICA)	CAJs (ambos os sexos)	Abrigo	Gov. Mun.	20	439
Lar Batista Janell Doyle	CAJs (ambos os sexos)	Abrigo	Soc. Civil	30	31
Casa Mamãe Margarida	CAJs (feminino)	Abrigo	Soc. Civil	20	30
Abrigo Infantil Monte Salém	CAJs (ambos os sexos)	Abrigo	Soc. Civil	20	40
Abrigo Moacyr Alves (exclusivo para crianças e adolescentes com deficiência)	CAJs (ambos os sexos)	Abrigo	Soc. Civil	50	64
Associação Educacional e Beneficente Pão da Vida	CAJs (ambos os sexos)	Abrigo	Soc. Civil	20	28
Associação Beneficente O Pequeno Nazareno	CAJs (masculino)	Casa-lar	Soc. Civil	10	14
Abrigo O Coração do Pai	CAJs (ambos os sexos)	Abrigo	Soc. Civil	20	45
Fazenda da Esperança Casa da Criança São Felipe Neri	CAJs (ambos os sexos)	Casa-lar	Soc. Civil	10	11
<b>Total</b>				<b>200</b>	<b>702</b>

Fonte: Censo SUAS, 2021.

Por outro lado, tem-se a experiência do próprio NAF SOS em Manaus, que atendeu, até julho de 2022, 224 famílias, 19,2% das quais com risco iminente de ruptura de vínculos por conta da perda do cuidado parental de mães e pais em relação aos seus filhos e filhas e de ações pastorais e missionárias de diversas igrejas e projetos desenvolvidos por outras organizações não religiosas. A questão da falta de financiamento público continuado para o fortalecimento familiar também emergiu na pesquisa, a partir do grupo focal realizado com a Rede Acolher (páginas 106 a 120).

Quanto à inadequação do número de unidades em relação ao contingente populacional, os Conselhos Tutelares em Manaus têm situação similar à do CREAS, visto que Manaus possui nove conselhos e, pela resolução 170/2014, do Conanda, deveria ter, pelo menos, 22, dada a proporção mínima de um CT para cada cem mil habitantes<sup>16</sup>. Essa realidade que pode explicar parcialmente as dificuldades relatadas nesta pesquisa de algumas organizações e serviços em relação ao Conselho Tutelar, trazidas também por conselheiras tutelares entrevistadas.

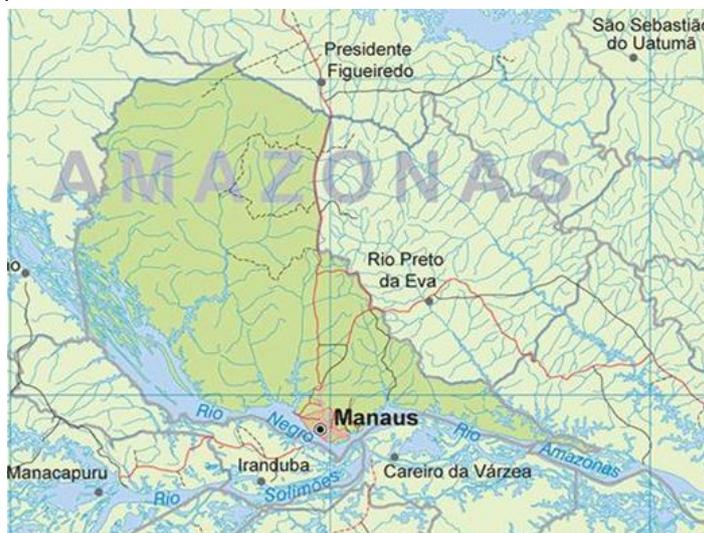
O atendimento especializado da Polícia Civil a crianças e adolescentes foi relatado como carente de uma estrutura de resposta mais efetiva, sendo proposta a transformação da DEPCA em um departamento com mais unidades regionais de atendimento, o que demandaria maior efetivo, inclusive, dada a necessidade de se ampliar a equipe própria da área com profissionais

<sup>16</sup> Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32131032/do1-2015-01-27-resolucao-n-170-de-10-de-dezembro-de-2014-32130908](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32131032/do1-2015-01-27-resolucao-n-170-de-10-de-dezembro-de-2014-32130908).

capazes de realizar atendimentos psicossociais qualificados, não apenas para realização de depoimentos especiais, mas também para perícias psíquicas.

Soma-se a isso, para agravar o cenário de falta de serviços e órgãos em quantidade adequada à demanda e aos parâmetros técnicos expressos em normativas federais, o fator sociogeográfico da Amazônia e propriamente de Manaus, parte importante do fator amazônico, que tem nas hidrovias, vias de acesso único ou principal para muitas comunidades rurais ribeirinhas. Trata-se de uma complexidade socioterritorial ímpar entre as capitais brasileiras e que apresenta problemas de acesso importantes, tanto para as populações em relação à cidade quanto de serviços e órgãos públicos para o atendimento delas. Essa situação é agravada pelas grandes distâncias e pelas condições de trafegabilidade, ainda que se possa buscar o uso de rabetas, canoas, barcos e outros, sem mencionar o custo mais elevado do transporte.

A anterior apresenta Manaus inteira, com seus 11.401 km<sup>2</sup>, não apenas as seis grandes zonas de sua diminuta região urbana, composta de apenas 377 km<sup>2</sup> contra 11.128 km<sup>2</sup> da região rural (IBGE, 2022).



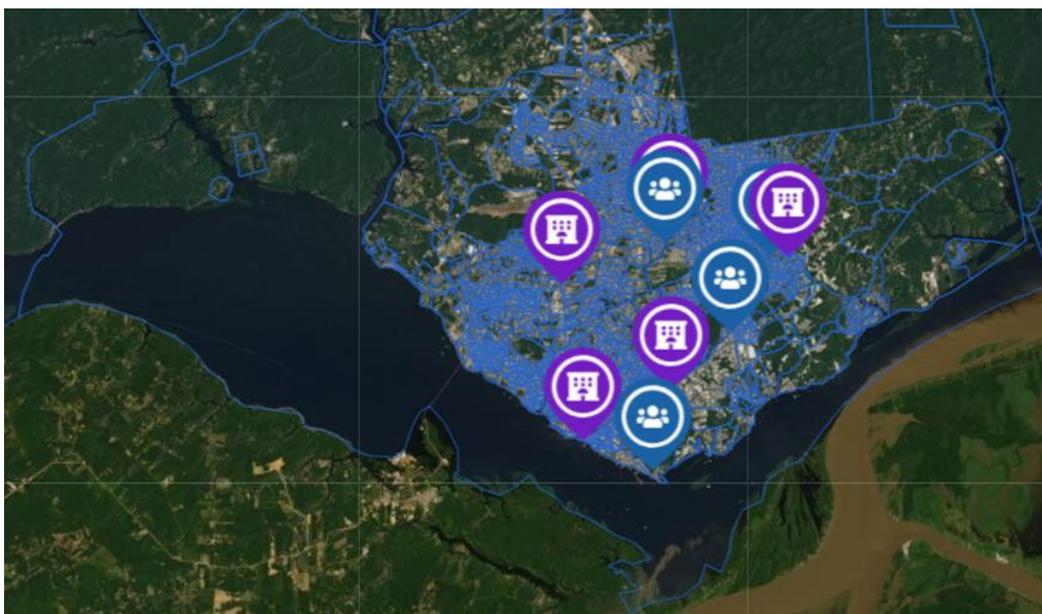
Mapa total de Manaus, com destaque a área urbana

Tanto os cinco CREAS, quanto os nove Conselhos Tutelares e a DEPCA estão localizados no perímetro urbano, fazendo com que o deslocamento da população e das pessoas que atuam nesses órgãos e serviços seja ainda mais dificultado. A distribuição geográfica dos nove Conselhos Tutelares é ainda pior do que a dos cinco CREAS. Nenhum deles conta com base física junto ao Igarapé Tarumã-açu e todas as comunidades ali residentes, por exemplo, para não falar de toda a área banhada pelo Rio Negro.

Finalmente, o machismo e o racismo estruturais no Brasil estão bastante presentes em Manaus, segundo relatos trazidos à pesquisa, dando conta de que discriminações e aliciamentos para trabalho em condições análogas à de trabalho escravo em casas de família se manifestam de forma importante contra a população indígena, negra, parda e LGBTQIA+, tanto na pesquisa com estudantes quanto nos relatos de pessoas entrevistadas e representantes de segmentos importantes do Sistema de Garantia de Direitos da cidade e do estado do Amazonas, ao que se soma a xenofobia no que se refere a imigrantes.

No próprio Plano Municipal de Assistência Social de Manaus, com dados da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, a violência contra mulheres tem peso importante, sendo a terceira maior violência registrada em 2021, com 18.870 ocorrências, ficando atrás somente de lesão corporal seguida de morte e furto. A violência contra crianças e adolescentes é a quinta maior, com 4.974 casos, quase o mesmo número de casos de violência contra idosos: 4.991. Destaque-se a subnotificação no caso de crianças e adolescentes por conta do isolamento social na pandemia.

Nesse sentido, qualquer discussão acerca da construção de planos protetivos para crianças, adolescentes e jovens, torna imprescindível a participação ativa desses grupos sociais por suas representações e diretamente por intermédio das próprias crianças, adolescentes e jovens que vivem as discriminações e convivem com seus efeitos. Os direitos enunciados no ECA “aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem” (ECA, Art. 3º, parágrafo único).



MOPS/MDS - Roxo (prédio) CREAS / Azul (pessoas) CTs (prédios)

## PARTE 3

### RESUMO CONTEXTUAL E RECOMENDAÇÕES

#### - Resumo contextual

Os efeitos da pandemia de COVID-19 foram variados junto à população em maior situação de vulnerabilidade social de Manaus. Fundamentalmente a vulnerabilidade social mais evidente e grave foi a extrema pobreza, também causadora ou potencializadora de outras vulnerabilidades e, por vezes, violências, atingido uma em cada cinco pessoas, segundo dados do Ministério da Cidadania, a partir de dados coletados pelo Sistema Único de Assistência Social (Brasil, 2022) da capital amazonense.

**A extrema pobreza explica a quase totalidade das indignas condições de vida das pessoas em situação de rua, migrantes ou brasileiras**, como a falta de alimentação. Essas condições de vida e vulnerabilidades são, por vezes, lidas erroneamente como negligência de cuidados familiares, conforme relatos de muitas pessoas entrevistadas, familiares de crianças e adolescentes e profissionais do SGDCA.

No contexto da escuta diretamente realizada junto a estudantes de escolas públicas:

- A pesquisa ouviu diretamente **estudantes, entre 12 e 29 anos, 79% dos/as quais cursando o Ensino Fundamental, 15% o Ensino Médio e 6% a EJA; meninas 50%, e meninos 48%. Autodeclararam-se heterossexuais 77,8% e cerca de 18% bissexuais, homossexuais, pansexuais, assexuais, lésbicas ou “em questionamento”. Majoritariamente pessoas de cor parda (55,1%) e preta (12,4%), 29,8% de cor branca, 2% amarela e 0,2% indígena.**
- Em termos etários, **95,9% estudantes adolescentes; 62,9% entre 12 e 14 anos e 32,9% entre 15 e 18 anos. Maiores de 18 anos somaram 4,1%.** Quanto à religiosidade, quase 60% afirmam que seguem ou se identificam com alguma religião e cerca de 40% que não. Residem em palafitas, em leitos de igarapés ou rios 71 estudantes (17,3%), 25 dos/as quais informaram que a residência sofre com efeitos de alagamentos.
- **Estudantes que moram com a mãe somam 77%, com irmão/s e/ou irmã/s 62% e 52% residem com o pai. Em 9% dos casos, adolescentes/jovens vivem apenas com a mãe ou com a mãe e irmão/s e/ou irmã/s. Quase metade das pessoas adolescentes e jovens disseram que são cuidadas pela mãe e 21% pela mãe e pelo pai.** Outras 7% disseram que são cuidadas apenas pelo pai. Onze por cento relataram que alguém com quem moravam faleceu devido à COVID-19 (47 casos), 20% destes/as, nove estudantes, tiveram mais de um falecimento de alguém que vivia com eles/as devido à COVID-19. **Antes da pandemia, 22% já haviam experimentado falta de comida em casa e durante a pandemia esse percentual subiu para 29%.** Passaram a residir com outras pessoas durante a pandemia 12% (destes/as, 14 estudantes por infecção por COVID-19 da pessoa cuidadora ou de outro familiar); em dois casos, por morte da pessoa cuidadora

por COVID-19 e, em seis casos, adolescentes/jovens mudaram de residência devido a conflitos e brigas familiares, inclusive uma expulsão de casa pelo pai de estudante autodeclarada lésbica.

- Cerca de **40% afirmam que cuidam ou que ajudam a cuidar de outra pessoa, mesmo entre adolescentes de 12 a 14 anos (36% destes/as)**. Majoritariamente, **estudantes que cuidam são do sexo feminino (44%)**, enquanto estudantes do sexo masculino que cuidam somam 35%. Entre **jovens e adolescentes pretos/as e pardos/as, também é mais expressiva a proporção de quem afirma cuidar ou ajudar a cuidar de alguém (42%), em comparação com autodeclarados/as de cor branca (31%)**. Entre que cuida, a maioria cuida de irmão/s e/ou irmã/s: **99 adolescentes/jovens, cerca de 1/4 das pessoas entrevistadas**. Entre adolescentes de 12 a 14 anos, 36% relataram que cuidam ou ajudam a cuidar de alguém e com 15 anos ou mais a proporção é de mais de 40%. **Estudantes que trabalham cuidam em maior proporção (46%) em relação a quem não trabalha (38%)**. Foi maior o percentual de estudantes cuidadores/as (68%) que declarou ter enfrentado dificuldades para acompanhar as aulas remotas durante a pandemia, do que estudantes não cuidadores/as de familiares (61%).

- Aproximadamente **17% dos/as estudantes disseram que trabalham atualmente e 13% afirmaram que não trabalham atualmente, mas já trabalharam**. Destes/as, **91% informaram trabalhar em troca de dinheiro e 6% em troca de alimentação**. Dezesesseis já trabalharam na sinaleira e uma disse trabalhar. As atividades realizadas na rua/sinaleira eram relacionadas a vendas (flores, água, bala, picolé, peixe, etc.). Na faixa entre 12 e 14 anos, 22 estudantes (8,5%) trabalham atualmente. **Entre os/as estudantes que já trabalharam no passado ou que trabalham atualmente, 9% começaram antes dos 12 anos de idade e 46% começaram quando tinham entre 12 e 14 anos**. Estudantes de cor preta e parda têm, em maior proporção, trajetórias de trabalho precoce, em comparação com adolescentes e jovens autodeclarados/as de cor branca.

- **Em 86% dos casos, a pessoa responsável (ou as pessoas responsáveis) pela/o estudante tinha/m trabalho no momento da aplicação do questionário**. Em cerca de 1/4 das residências de jovens e adolescentes, havia alguma pessoa residente que recebia aposentadoria. Já em 46% das residências havia alguma pessoa moradora que recebia Bolsa Família (Auxílio Brasil). **Em 22,4% dos casos, alguém que mora com a/o adolescente/jovem perdeu o emprego durante a pandemia**. **Em 43% das famílias houve diminuição da renda durante a pandemia**. A redução do salário (em 39%), bem como a demissão de alguém da família no período (em 30%) foram os principais motivos da diminuição da renda familiar. Estudantes autodeclarados/as de cor preta e parda constituem a maior proporção entre os que relatam ter havido perda de emprego por pessoa corresidente durante a pandemia, se comparados/as a estudantes autodeclarados/as de cor branca. Da mesma forma - e como consequência -, é maior a proporção de adolescentes e jovens autodeclarados/as de cor preta e parda cuja renda familiar diminuiu no período da pandemia. **Em 2/3 das famílias de estudantes haviam pessoas com 16 anos de idade ou mais desempregadas, sendo que o impacto negativo**

da pandemia sobre as famílias em termos de emprego e renda foi maior para estudantes autodeclarados/as de cor preta e parda do que de cor branca.

- **Quase 85% dos/as estudantes disseram que têm acesso à internet fixa em casa e 4% que não, sendo que 86% tiveram aulas remotas.** Cerca de 3/4 acessavam as atividades escolares das aulas remotas por meio de celular individual. **O acompanhamento das aulas remotas foi difícil para quase 2/3. Como nota para seu aprendizado durante as aulas remotas, numa escala de 0 a 10, a média dada por estudantes foi de 6,3, sendo que um em cada três estudantes atribuiu nota baixa - entre 0 e 5 - para seu próprio aprendizado.** Entre estudantes do sexo feminino e entre autodeclarados/as de cor preta e parda, observou-se maior proporção de relatos acerca de dificuldades para acompanhar aulas remotas durante a pandemia. Buscaram ou tiveram alimentação na escola durante a pandemia 45% dos/as estudantes, sendo que quase a metade das famílias recebeu cesta básica ou auxílio para alimentação/higiene no período.
- **Para 1/4 dos/as estudantes, a convivência familiar piorou durante a pandemia. Com percentual mais expressivo entre adolescentes e jovens homossexuais (65%) e bissexuais (43%).** Sintomas relacionados à saúde mental mais citados foram: preocupação e medo em relação ao futuro (79%), mudanças repentinas de humor (67%) e alterações no sono (63%) foram os citados com mais frequência. **As meninas sofrem em maior proporção os efeitos da pandemia na saúde mental. A maioria se considera otimista em relação ao futuro (quase 70%), mas as meninas são menos otimistas do que os meninos, assim como homossexuais e bissexuais também se mostraram menos otimistas do que heterossexuais.**
- **A maioria dos/as estudantes conhece ou já ouviu falar do Conselho Tutelar (94%), 10% afirmaram que são ou já foram atendidos/as por ele; 15% disseram que alguma pessoa da família já foi ou é atendida pelo CT. Já o CRAS é conhecido por 40%, sendo que 14% já foram atendidos/as pelo equipamento. O CREAS é menos conhecido (apenas 9% conhecem ou ouviram falar e 4% já tiveram atendimento).**
- **A casa é o local em que adolescentes e jovens estudantes se sentem mais seguros e protegidos (84%).** A rua é o local mais inseguro para 71%. A escola é o local mais seguro para 19% e mais inseguro para 16% (juntamente com a praça).
- **A mãe é a pessoa em quem os/as estudantes mais confiam (67%), enquanto 29% têm maior confiança no pai e 13% na/o amiga/o.** Quando se compara os níveis gerais de confiança com os níveis de confiança de adolescentes e jovens que já passaram por experiências de vitimização, observa-se que a confiança na mãe e no pai cai entre todos os tipos de experiência de vitimização. **A confiança na mãe cai especialmente entre aqueles que foram vítimas de ato de conotação sexual sem consentimento, mas também cai de forma significativa entre quem foi vítima de violência ou castigo físico, racismo e preconceito sexual. Já a confiança no pai cai especialmente entre quem foi vítima de preconceito sexual e de ato de conotação sexual sem consentimento, mas também de forma expressiva entre aqueles/as que sofreram racismo e tentativa de**

**ato de conotação sexual sem consentimento**, enquanto a **confiança em amiga/o** aumenta entre adolescentes e jovens que sofreram algum tipo de **vitimização**, especialmente entre aqueles/as que sofreram **preconceito sexual, preconceito religioso, racismo e violência física**. Ao citarem a pessoa em que menos confiam, observou-se uma maior variação nas respostas: 17% citaram o vizinho; 14% citaram a/o amiga/o; 13% citaram o pai. No que se refere à não confiança no pai, esta é mais expressiva entre quem já passou por processos de vitimização, especialmente quem já sofreu preconceito sexual e tentativa de ato de conotação sexual sem consentimento.

- **Onze estudantes (2,7%) têm filhos/as. Destes/as, 07 têm mais de 18 anos e 04 têm entre 15 e 17 anos.** Dois dos adolescentes/jovens que têm filhos/as também trabalham. Em um caso, um adolescente/jovem com filhos perdeu alguém da família devido à COVID-19. 23% dos/as estudantes afirmaram que, na sua turma, existe algum/a estudante com filha/o ou grávida.

- **A maioria dos/as estudantes (¾) entende que violência é tanto agressão física quanto agressão psicológica. No entanto, cerca de uma em cada cinco pessoas respondentes entendem por violência apenas a agressão física.** 44% afirmaram que já sofreram violência psicológica e 25% violência física. **As meninas relataram proporcionalmente maior incidência de violências sofridas quando comparadas aos meninos, especialmente no que tange à violência psicológica e ao preconceito sexual.** A vitimização é significativamente mais frequente entre adolescentes e jovens homossexuais e bissexuais, em comparação a estudantes heterossexuais, em todos os tipos de violência abordados. **Mais da metade relataram já ter sofrido *bullying* na escola em algum momento de suas vidas. Atualmente 8% disseram sofrer *bullying* na escola.** Entre estudantes homossexuais e bissexuais a incidência de *bullying* é mais expressiva, em comparação com os/as estudantes heterossexuais. Quase 30% já sofreram assédio sexual, tais como toques sem permissão ou envio de fotos íntimas sem consentimento, sendo uma violência mais expressiva entre meninas do que entre meninos. Da mesma forma, adolescentes e jovens homossexuais e bissexuais sofreram assédio sexual com maior frequência, se comparados a adolescentes e jovens heterossexuais. **Afirmaram que já sofreram tentativa de violência sexual 14% dos/as adolescentes e jovens entrevistados/as (71 casos) e 3% relataram que já sofreram violência sexual** (sendo 2 casos entre adolescentes/jovens com filho/a). **Apenas 34% dos 71 casos receberam ajuda quanto à situação de violência sexual. Ao serem questionados/as se gostariam de receber ajuda, apenas 30% disseram que sim; 17% disseram que preferem pensar melhor e responder em outro momento ou preferem não responder e 54% que não gostariam de receber ajuda.** Todas as pessoas entrevistadas que disseram aceitar ajuda foram informadas sobre como e onde a poderiam buscar. Algumas já estão sendo encaminhadas.

- **Entre os/as adolescentes e jovens que já passaram por constrangimento sexual, a maioria conhece o Disque 100, mas nunca utilizou (19 casos), enquanto quatro não conhecem; 15 conhecem o Disque 180, mas nunca utilizaram, e sete não conhecem;**

**16 conhecem o Disque 190, mas nunca utilizaram, seis conhecem e já utilizaram e dois/duas não conhecem.**

Portanto, com 95% de confiança se pode afirmar que grande parte dos/as adolescentes e jovens passaram e estão passando por situações variadas de desproteção e violências.

O direito à convivência familiar e comunitária da população em maior situação de vulnerabilidade social passa pelo atendimento de todos os direitos sociais assegurados pelo Artigo 6º da Constituição Federal, a mesma carta magna que diz em seu Artigo 226 que: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” e, no Artigo 227, que: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Famílias que vivem em situação de miséria, com as vulnerabilidades próprias que a miséria traz, em regra buscam, apesar de tudo, bem cuidar, conforme as entrevistas realizadas.

Contudo, para mitigar essas vulnerabilidades e atender adequadamente as famílias em situação de violências intrafamiliares são necessárias políticas públicas adequadas às características e demandas de Manaus. Isso não se observa na capital amazonense, visto que há falta grave de serviços, já diagnosticada pela própria política pública de assistência social, com déficit de unidades de 54,5% de CREAS e 52,4% de CRAS. Essa situação explica, em grande parte, o gravíssimo contexto em que apenas 4,21% dos 8.845 (oito mil, oitocentos e quarenta e cinco) casos notificados de crianças e adolescentes vítimas de violência/violação de direitos, em 2020, foram atendidos pelo CREAS.

Parte desse trabalho de atendimento a famílias com situações de afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção, violência física, psicológica e negligência, violência sexual, situação de rua, discriminação em decorrência da raça/etnia, situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, vivência de trabalho infantil e rompimento de vínculos familiares por ação do Estado, é realizado pela Aldeias Infantis SOS junto ao Núcleo SOS de Apoio às Famílias, mediante uma forma de cuidado denominada Fortalecimento Familiar (conforme detalhado na Parte 2, junto aos relatos da Rede Acolher). Do mesmo modo, contribuem as ações realizadas por diversas outras organizações da sociedade civil, como, por exemplo, a Associação de Mulheres Indígenas, que atua no combate à prática do aliciamento de meninas para serviços domésticos em condições análogas à de trabalho escravo.

Foram relatados casos de negligência ocorridos junto à Rodoviária de Manaus, em termos da oferta qualificada de serviços protetivos e violações de direitos importantes à população de origem venezuelana, como a exposição a violência psicológica pelo ambiente de acolhimento inseguro.

Já no que diz respeito à busca de sustento em sinaleiras, emergiram falas de impossibilidade, limites e/ou descaso, de órgãos e serviços que deveriam agir em favor dos direitos de crianças, adolescentes e de famílias que vão em busca de apoio das políticas públicas, transparecendo - inclusive - certo agir técnico com feições de limpeza/higiene social, como no

relato da mãe que relatou tirar o sustento da família pedindo na sinaleira, enquanto também busca outro trabalho que lhe possibilite mais dignidade, e diz ter sido posta para correr da sinaleira após ganhar um pacote de fraldas de integrante do Conselho Tutelar.

Além disso, a questão do transporte hidroviário entre o Centro de Manaus e as comunidades rurais e/ou ribeirinhas foi alvo de preocupação por parte de pessoas entrevistadas, especialmente quando a falta deste também tem a ver com o acesso à saúde. A política pública foi criticada, ainda que com os méritos de suas equipes durante o período pandêmico, inclusive por adolescentes e jovens, na sua oferta precária nas periferias.

Diante dessas informações colhidas na pesquisa de campo e na análise de dados secundários consultados e informados, foram organizadas 12 recomendações prioritárias para dar conta dos agravos mais importantes verificados a partir das evidências obtidas. Recomendações que - claro - podem e devem ser avaliadas junto às demandas e lutas de cada grupo social e à luz dos direitos estabelecidos na Constituição, nas Leis, nas demais normativas das políticas públicas brasileiras e nas deliberações das conferências e resoluções de cada conselho de gestão das políticas públicas em Manaus e no Amazonas.

## - Recomendações

Contexto	Embasamento normativo	Recomendação
Entrevista com presidente do CEDCA/AM, representante da Defensoria, da DEPCA, de Conselhos Tutelares e da Rede Acolher	Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção Sobre os Direitos da Criança; Diretrizes sobre Cuidados Alternativos de Crianças; Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária	<b>1 - Construção do Plano Municipal e do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária</b> , a partir das informações, dores e esperanças de tantas famílias e profissionais, sistematizadas por esta pesquisa e em outras similares, com a participação ativa da cidadania, por meio de debate que envolva os conselhos municipais, especialmente os dos Direitos da Criança e do Adolescente, o de Assistência Social, Tutelar e da Mulher, entidades, fóruns e redes, assim como crianças, adolescentes e jovens diretamente - especialmente dos segmentos e grupos sociais percentualmente mais violados em seus direitos, incluindo as vítimas de violências.
Relatos trazidos por profissionais e por pessoas que, com persistência, apesar da exposição social muitas vezes indigna, vão para as sinaleiras buscar comida e moradia para suas famílias	Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente em seus artigos 3º, 5º, 6º, 7º, 23, 203, 226 e 227	<b>2 - Manutenção e/ou retomada dos Auxílios Emergenciais Municipal e Estadual em complementação aos recursos nacionais para famílias em situação de pobreza, assim como iniciativas de favorecimento dos planos e projetos de vida de cada pessoa para apoiá-las a prover o autossustento e o sustento de sua família.</b>

Contexto	Embasamento normativo	Recomendação
<p>Informações contidas nesta pesquisa, especialmente sob o título “Impactos da pandemia na convivência familiar e saúde mental”</p>	<p>Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente em seus artigos 206 e 227; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei 8.080/1990 e Lei 13.935/2019</p>	<p><b>3 - Realização de esforço de cooperação técnica entre as secretarias de educação, saúde, assistência social e organizações da sociedade civil, para uma atenção mais próxima a crianças, adolescentes e jovens em sofrimento psíquico devido aos efeitos da pandemia de COVID-19, incluindo o cumprimento da lei que prevê a existência de profissionais de serviço social e psicologia nas escolas.</b></p>
<p>Dados desta pesquisa, apresentados sob o título “Condições de moradia e cuidados parentais”, onde cerca de 40% das pessoas entrevistadas, adolescentes estudantes, afirmam que cuidam ou que ajudam a cuidar de outra pessoa (entre adolescentes de 12 a 14 anos: 36%)</p>	<p>Constituição da República Federativa do Brasil; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Pacto Pela Primeira Infância e Decisão do Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário [RE] 1008166, Tema 548 da repercussão geral, 2022)</p>	<p><b>4 - Ampliação da rede de escolas infantis do município para dar cumprimento ao direito de a criança ter um local de socialização e desenvolvimento adequados, assim como apoiar irmãos e irmãs, especialmente se crianças, adolescentes e jovens escolares, a terem condições de desenvolvimento e aprendizagem menos desfavoráveis. Reduzir sofrimentos e riscos evitáveis, especialmente às crianças que ficam sob cuidado de outras crianças ou adolescentes, e a criminalização de mães, pais e outras pessoas responsáveis, que não têm alternativa ao cuidado de qualidade, sem que o município cumpra com suas responsabilidades constitucionais.</b></p> <p><b>5 - Realização de pesquisa junto a crianças estudantes das redes de ensino de Manaus, inclusive da rede privada, para verificar os impactos da pandemia sobre as mesmas, inclusive para ampliar o conhecimento acerca da existência de crianças cuidando de crianças, para possibilitar melhores intervenções de cada família, de políticas públicas e do Sistema de Garantia de Direitos como um todo.</b></p>
<p>Dados constantes do PMAS 2021-2025 de atendimento incipiente e informações que comprovam resultado positivo de manutenção de vínculos familiares, por meio da ação do Núcleo SOS de Apoio à Família e outras iniciativas, e da falta de financiamento público relatada em diversas entrevistas</p>	<p>Constituição da República Federativa do Brasil; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei 8.742/1993, especialmente em seus artigos 4º e 26 e Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária</p>	<p><b>6 - Financiamento de médio e longo prazos para iniciativas da sociedade civil, com expertise no trabalho com famílias e jovens, visando à promoção de cuidados familiares com qualidade e à manutenção dos vínculos, como ação também preventiva ao rompimento destes, em articulação com os CRAS, CREAS e outros serviços públicos. Destinado especialmente para o público não atendido devido ao déficit estrutural de unidades de CREAS e CRAS, especialmente famílias e pessoas que deveriam receber atendimento em FAIF e PAEFI.</b></p>

Contexto	Embasamento normativo	Recomendação
Informações trazidas à pesquisa nas entrevistas, por profissionais do SGDCA, e análise contida sob o título “Sobre o Sistema de Garantia de Direitos em Manaus e seus desafios” e Tabela 39	Lei 8.742/1993 e Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (2011)	<b>7 - Ampliação do número de CRAS e CREAS e outros serviços governamentais de apoio a famílias em situações complexas de vulnerabilidade social e violências</b> , especialmente em situações já estabelecidas de rompimento de vínculos, por conta do acolhimento institucional ou familiar de crianças, adolescentes e jovens, e em situação de iminente risco de rompimento.
Falta de condições de resposta dos Conselhos Tutelares ao contingente populacional de Manaus e a complexidade do trabalho do/a conselheiro/a	Constituição da República Federativa do Brasil; Estatuto da Criança e do Adolescente e Resolução 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)	<b>8 - Equipagem, capacitação continuada e criação de Conselhos Tutelares em número adequado à população de Manaus.</b>
Contexto de atendimento apresentado nesta pesquisa	Constituição da República Federativa do Brasil; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei 13.431/2017 e Decreto 9.603/2018	<b>9 - Estudo para tratar da viabilidade de transformação da DEPCA em departamento, com delegacias regionais em Manaus e/ou outra solução que favoreça maior proximidade territorial do atendimento da delegacia</b> , assim como garantia de efetivo que dê conta de suas atribuições, especialmente no que diz respeito à escuta humanizada na delegacia, ao depoimento especial e às perícias psíquicas.
Informação de desconhecimento de estudantes sobre canais de busca de ajuda e denúncia em Manaus (ver título “Violências”)	Constituição da República Federativa do Brasil e Estatuto da Criança e do Adolescente	<b>10 - Ações dialogadas com crianças e adolescentes, a partir de suas linguagens e respeitando as diversas culturas existentes no contexto de Manaus, para a dinamização e divulgação de canais para pedido de informações e ajuda de crianças, adolescentes e jovens.</b>
Alto índice de relatos de violências no contexto escolar e fora das escolas trazido nesta pesquisa, especialmente junto a estudantes		<b>11 - Propiciar formação para profissionais da Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Lazer e da Assistência Social sobre <i>bullying</i>, buscando distinguir essa das demais formas de violência, favorecendo a realização de processos preventivos e reparatórios mais efetivos, e dando visibilidade às violências de gênero, identidade sexual, raciais, entre outras.</b>

Contexto	Embasamento normativo	Recomendação
Relatos trazidos à pesquisa, especialmente por pessoas adultas, em atendimento ou egressas de serviços de acolhimento na cidade de Manaus	Estatuto da Criança e do Adolescente e Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	<b>12 - Instituir junto aos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens, assim como aos destinados à população adulta de rua e migrantes, especialmente com filhos/as, canais de escuta e encaminhamento de sugestões, reclamações e denúncias de participantes (usuários/as) desses espaços, com repasse constante de relatórios aos conselhos das respectivas políticas públicas.</b>

## Referências

BRASIL, Agência. Matéria: **Brasil é 5º país mais buscado por imigrantes venezuelanos**. Brasília, publicada em 30/04/2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/brasil-e-o-5o-pais-mais-buscado-por-imigrantes-venezuelanos>. Acesso em 15 ago. 2022.

BRASIL, **Atlas das Juventudes 2021**. Disponível em: [https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2\\_Relatorio\\_Nacional\\_20210702.pdf](https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf). Acesso em: 13 jul.2022.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL, **Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**. Brasília, 2017. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/conanda/diretrizes\\_nacionais\\_atendimento\\_situacao\\_de\\_rua\\_2017.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/conanda/diretrizes_nacionais_atendimento_situacao_de_rua_2017.pdf). Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm). Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações por Cidades e Estados - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/manaus.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL, **Painel Decisões de mérito**. CONARE, MJSP. Brasília, 2022. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMwVlliwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9&pageName=ReportSection>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **Relatório de Programas e Ações**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=130260&aM=0>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *In: A queda das internações de adolescentes a quem se atribui ato infracional*. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/23-anuario-2022-a-queda-das-internacoes-de-adolescentes-a-quem-se-atribui-ato-infracional.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GIBBS, Camila Cecilia Mascarenhas; AMAZONAS, Leília NE. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS PÚBLICAS: os limites à efetivação dos direitos na cidade de Manaus**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/populacao-em-situacao-de-rua-e-politicas-publicas-os-limites-a-efetivacao-dos-direitos-na-cidade-de-manaus.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

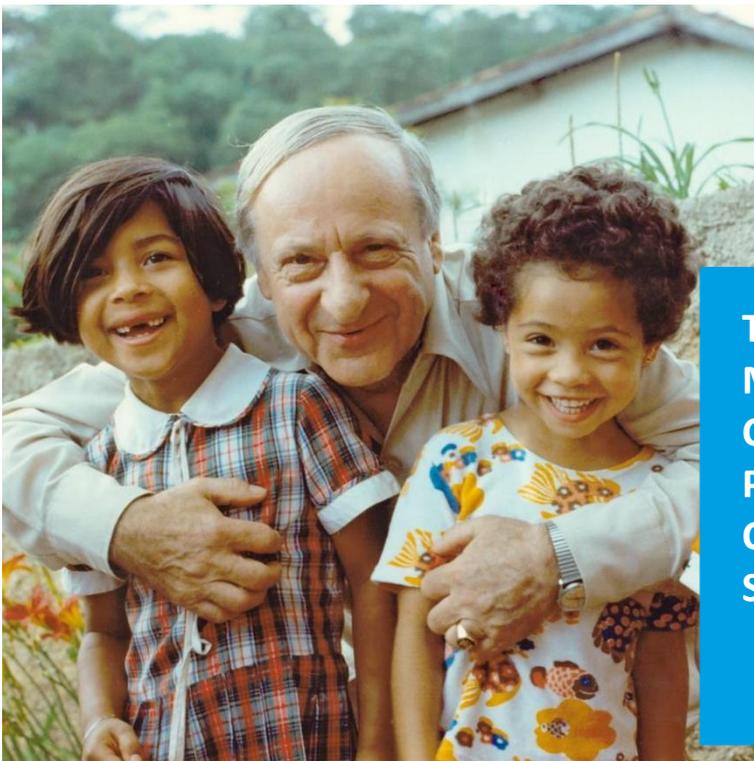
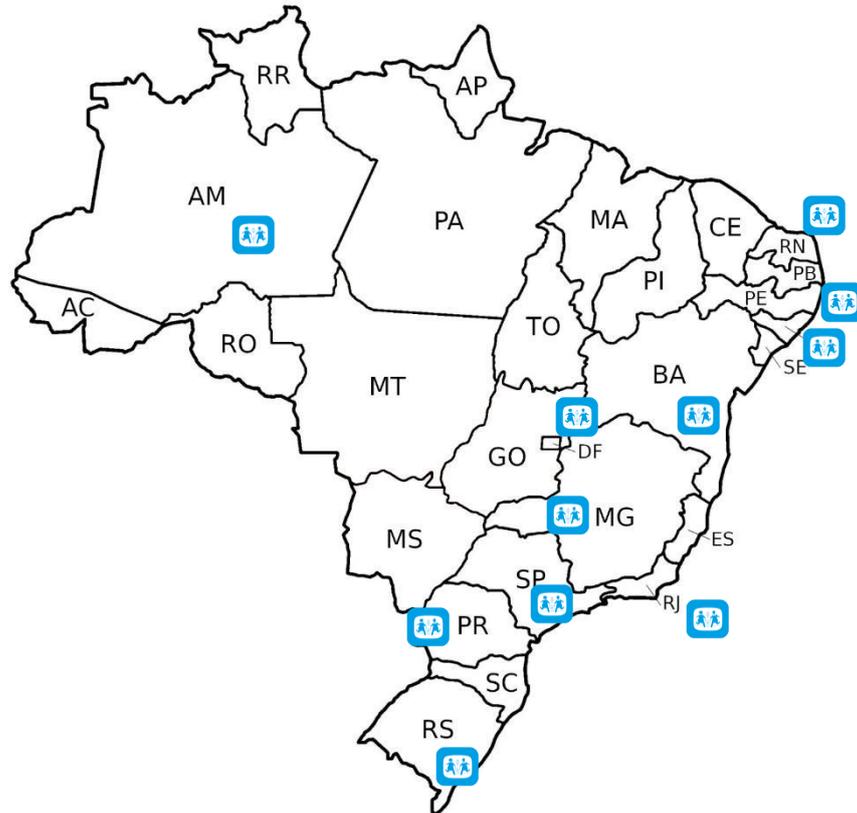
FONSECA, Claudia Lee Williams Fonseca. **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica**. *In: Saúde e Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio-ago 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WGpvJkq4tm4wmZJbGcMkHGg/?lang=pt#>. Acesso em 10 ago. 2022;

**MANAUS - AM. Primeira Infância no Município**. *In: Relatório da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal*. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/capitais/manaus-am/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

**Plano Municipal de Assistência Social - 2022/2025**. Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC), Manaus, 2022.

SALATA, Andre Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 09, 2022. Disponível em: [https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2022/08/BOLETIM\\_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES\\_09-1.pdf](https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2022/08/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_09-1.pdf). Acesso em: 12 ago. 2022.

**Aldeias Infantis SOS** está presente no Brasil há **55 anos**, atuando em **11 estados** e no **DF**. São mais de **90 projetos** em operação em **31 localidades**.



**TODAS AS CRIANÇAS DO MUNDO SÃO NOSSAS CRIANÇAS. O DIA QUE PUDERMOS AFIRMAR ISSO COM TODA CONVICÇÃO SERÁ O INÍCIO DA PAZ NA**

**Hermann Gmeiner**  
Fundador das Aldeias Infantis

O **Instituto Bem Cuidar (IBC)** é uma OSC que tem o compromisso com a sociedade de promover a proteção e o cuidado de qualidade com a infância e juventude, através da produção, promoção e distribuição de conteúdo digital educativo.

É uma unidade meio da Aldeias Infantis SOS responsável pela **Gestão do Conhecimento, Sistematização, Pesquisa, Consultorias Externas e Desenvolvimento de Competências**, através da utilização de uma plataforma, para a disseminação de uma cultura do bem cuidar de crianças, adolescentes e jovens.

Em junho de 2021, **o IBC recebeu o legado da ONG Criança Segura**, como parte do nosso enfoque de atuação nos Entornos Seguros e Protetores, no que se refere a oferta de serviços de: diagnósticos e mapa de riscos, apoio para adequação de espaços para prevenir acidentes, formação para prevenção, informação e dados, e comunicação.

